

Universidade de Lisboa
Instituto de Ciências Sociais



Habitar o 6 de Maio: as casas, os homens, o bairro

Catarina Maria Garção Serra Coelho Sampaio

Mestrado em Antropologia Social e Cultural

2013

Universidade de Lisboa
Instituto de Ciências Sociais



Habitar o 6 de Maio: as casas, os homens, o bairro

Catarina Maria Garção Serra Coelho Sampaio

Mestrado em Antropologia Social e Cultural

2013

Tese orientada pelo Doutor João Vasconcelos

Agradecimentos

O momento fulcral da apreensão da importância de adquirir conhecimentos no âmbito da Antropologia Social e Cultural surgiu com a realização da tese de mestrado em arquitetura *“Habitação Rural em Santo Antão – Cabo Verde”* onde, durante o trabalho de campo, os elementos que achava essenciais desenvolver, e que ficaram pendentes, aproximavam-se de questões inerentes ao conhecimento antropológico. Por outro lado, a estadia em Cabo Verde – ilhas de Santo Antão e S. Vicente - provocou a consciência de que a minha própria realidade ficou dividida em dois mundos. Este contexto e os parâmetros vivenciais que observava e que vivia motivaram-me a procurar uma continuidade da minha formação em arquitetura com a frequência do mestrado em antropologia social e cultural no ICS-UL. Neste sentido, tenho que prestar a minha gratidão aos Professores Jorge Figueira, José António Bandeirinha e Walter Rossa do dArq (departamento de Arquitetura da FCTUC) e ao Professor Leão Lopes (M-eia) que estimularam e compreenderam esta minha vontade.

Agradeço especialmente ao meu orientador, o Professor João Vasconcelos, pelo seu cuidado, partilha de conhecimentos e colaboração nesta empreitada. Expresso, igualmente, a minha gratidão à Professora Cristiana Bastos pela paciência e pelas ideias que me foi transmitindo ao longo das nossas conversas.

Esta pesquisa não teria sido possível sem a colaboração dos habitantes do bairro 6 de Maio. Assim, agradeço a todos que tiveram a disponibilidade de conversar comigo, especialmente ao Senhor Florzinho, José Alberto e Jorge Varela. Agradeço também a Rui Cidra e a Olivier Blanc pelos contactos cedidos.

No Instituto de Ciências Sociais, tenho que mostrar a minha gratidão aos professores e professoras que ainda não mencionei – Simone Frangella, José Sobral, Elsa Peralta, Susana Matos Viegas, João Pina-Cabral, Ruy Blanes, Paulo Granjo, Diana Espírito Santo, Ramon Sarró, Wilson Trajano Filho e Ricardo Roque –, bem como à incansável Maria Goretti Matias. Também não posso esquecer todos os meus colegas que comigo compartilharam os seus conhecimentos durante estes anos, principalmente aqueles que não posso deixar de nomear por me terem acompanhado nesta e noutras lutas ao mesmo tempo que partilhávamos as nossas vidas. São eles Inês Galvão, Ricardo Machaqueiro, Teresa Santos, Amanda Guerreiro, Gonçalo Veiga, Susana Boletas e Vítor Popinsky.

No âmbito da arquitetura a troca de ideias também foi fértil, não seria correcto não mencionar a disponibilidade dos meus amigos arquitetos - Susana Serigado, Pedro Trindade Ferreira, Jorge Leal, Ângelo Lopes, Patrícia Miguel, Pedro Machado Costa, Rui Simões, Pedro Lemos Cordeiro e também aos meus ex-alunos Rita Figueiredo e Mário Raposo -, bem como aos sempre presentes Nuno, João, Fuentez, Neuza, Rita, Carla, Vânia, Helder e ao meu irmão Miguel.

Acima de tudo expresso a minha gratidão ao meu pai e à minha mãe, que sempre me acompanharam, estimularam e ensinaram a olhar o mundo. Sem a presença, confiança e apoio deles esta caminhada não seria possível.

Resumo

Tendo como eixo central de debate o habitar a casa e o habitar o bairro, e a forma como esta dualidade se insere no quotidiano e nas trajetórias de vida de homens de origem cabo-verdiana que habitam um bairro autoconstruído na Área Metropolitana de Lisboa – o bairro 6 de Maio –, a presente dissertação explora a relação entre o sujeito, a casa e o espaço comum deste bairro, analisando o quotidiano destes imigrantes, a construção de masculinidades, as diferentes formas de sociabilização consoante a geração e o processos de criação de laços de pertença num lugar marcado por tensões, vulnerabilidade e precariedade. Analisa-se, igualmente, o modo como as experiências de mobilidade migratória dos sujeitos dialogam com a forma como estes ocupam, ou autoconstróem, e habitam as suas casas e o bairro. Por último, pretende-se mostrar como este bairro se constitui como “casa” dos homens que nele habitam, de modo permanente ou pendular, e como essa “domesticidade” do bairro decorre em parte de continuidades com práticas e saberes do país de origem dos seus moradores cabo-verdianos.

Palavras-chave: bairros informais; casa; autoconstrução; imigração laboral cabo-verdiana; bairro 6 de Maio; sociabilidades de bairro; masculinidades; arquitetura vernacular.

Abstract

This dissertation focuses on the duality of dwelling the house and inhabiting the neighbourhood, and how this duality participates in the everyday life and in the life course of men of Cape Verdean origin inhabiting the *bairro* 6 de Maio, a self-built neighbourhood in the metropolitan area of Lisbon. It explores the relationship between the constitution of individual subjects, the house and the common space of the neighbourhood, by analysing the ways of life of these migrants, their sociabilities, the construction of masculinities, and the creation of territorialised bonds of belonging in a place marked by tensions, vulnerability and precariousness. It analyses also how men's experiences of migratory mobility articulate with the ways by which they occupy, self-build and inhabit their homes and neighbourhood. Finally, it aims to show how the men who live in 6 de Maio make it their "home", and how this "domesticity" of their neighbourhood derives partly from continuities with practices and know-how brought from Cape Verde.

Keywords: informal neighbourhoods; house; self-build architecture; Cape Verdean labour migration; *bairro* 6 de Maio; neighbourhood sociabilities; masculinities; vernacular architecture.

Índice:

Lista de abreviaturas	iii
Introdução	1
Capítulo I – “História do passado camuflada na memória”	7
Transformações na paisagem da Área Metropolitana de Lisboa	9
As raízes da emigração em Cabo Verde	10
Cabo-verdianos em Portugal	12
Bairros da Estrada Militar: o eixo Portas de Benfica/Estação da Damaia	14
Primeiro momento: 1960-1973	14
Segundo momento: 1974-1976	17
Terceiro momento: 1976-1992	20
Quarto momento: 1992-2012	21
As consequências do PER	24
O bairro 6 de Maio	29
Capítulo II - A casa que nunca acaba	32
O bairro visto de fora	33
O bairro visto de dentro	36
O processo construtivo	38
A casa	39
As moradas de Flor di Mundo	44
O casamento do senhor Florzinho	48
Os laços de parentesco, a casa e o habitar	51
A casa e os percursos migratórios	56
Capítulo III - O bairro enquanto casa	60
Sociabilidades masculinas no bairro: o homem exterior à casa	60
Viver a rua: geração X	65

Viver a rua: geração Y	71
As festas	77
Conclusão	79
Bibliografia	83

Lista de abreviaturas:

AML - Área Metropolitana de Lisboa

CATU - Centro de Apoio aos Trabalhadores Ultramarinos

CEE - Comunidade Económica Europeia

CMA – Câmara Municipal da Amadora

CRIL - Circular Regional Interior de Lisboa

MFA - Movimento das Forças Armadas

PAAR - Programa de Apoio ao Auto Realojamento

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PER - Programa Especial de Realojamento

SAAL - Serviço Ambulatório de Apoio Local

UE - União Europeia

Introdução

Esta dissertação incide sobre um bairro clandestino na Área Metropolitana de Lisboa (AML) – o bairro 6 de Maio – tendo como eixo central de problematização a dualidade habitar a casa/habitar o bairro, tal como ela se inscreve no quotidiano e nos percursos de vida dos seus habitantes, de origem maioritariamente cabo-verdiana. A pesquisa que deu origem deste estudo foi feita na companhia de homens de diferentes idades. Pretende-se compreender, consoante a geração dos sujeitos, o modo como articulam a experiência migratória (ou a sua memória) com a forma como ocupam ou autoconstroem e habitam as suas casas, num bairro marcado por tensões e vulnerabilidade. Considerando os usos dos espaços da casa e do bairro e as relações sociais neles envolvidas, pretende-se analisar a relação entre o sujeito, a casa e o espaço “comum” do bairro tendo em conta as trajetórias individuais quotidianas, a construção das masculinidades, as diferentes formas de sociabilização consoante a geração, e como estes parâmetros são importantes no processo de criação de laços de pertença a um bairro socialmente estigmatizado e onde as condições de vida são precárias.

Explorando as memórias da história pessoal dos sujeitos, as suas mobilidades e o processo da construção da pessoa, intimamente ligados ao processo de autoconstrução da habitação na Lisboa pós-colonial, o principal contributo do trabalho será o de analisar a relação entre sujeito, casa e bairro, e elucidar o que é o habitar um bairro de construção informal pela perspectiva masculina. Se o bairro 6 de Maio é composto por uma justaposição de habitações autoconstruídas, que progressivamente ocuparam um território, propõe-se analisar este contexto a partir das memórias e histórias de vida dos cabo-verdianos que edificaram as suas habitações enquanto pontos de partida da sua vida em Portugal, ao mesmo tempo que se estavam a construir enquanto pessoas num contexto migratório muitas vezes hostil.

A invisibilidade desta população e deste bairro na cidade faz com que um dos principais objetivos da presente dissertação seja dar a conhecer as várias “camadas” de vivência do espaço do bairro, consoante a geração dos sujeitos. Assim, ir-se-á explorar como é que

diferentes gerações de habitantes criam laços de pertença ao bairro a vários níveis, enquanto lugar de memória de Cabo Verde, lugar de nascença, lugar de produção de práticas culturais próprias, por vezes inseridas nas tendências mundiais, como é o caso do *hip-hop*.

O bairro 6 de Maio – tal como os outros bairros de construção clandestina na AML – é uma consequência das dinâmicas pós-coloniais e do fenómeno da imigração, sendo marcado por uma estigmatização social e de urbanidade (Ascensão, 2011). Situa-se na fronteira entre o concelho de Lisboa e concelho da Amadora e fez parte de um *continuum* de bairros de construção informal que se edificaram junto à antiga Estrada Militar, desde a década de sessenta do século XX. Caracteriza-se pela precariedade das suas construções e pelo seu espaço de circulação marcado por ruas estreitas e becos. Com efeito, a área geográfica do bairro é bastante reduzida e, por não haver mais espaço disponível para construção, assistiu-se ao crescimento das habitações em altura. Os homens do bairro trabalham sobretudo na construção civil ou em obras públicas, enquanto as mulheres trabalham em serviços domésticos, restaurantes e venda ambulante, como a generalidade dos imigrantes cabo-verdianos (Batalha, 2004).

A minha primeira tentativa de entrada no 6 de Maio fez-se através de uma proposta de voluntariado para uma instituição de solidariedade social que se situa numa localização fronteira aos limites físicos do bairro. Desde logo percebi que por esta “porta” não teria acesso às dinâmicas vivenciais que poderia encontrar no interior do bairro se a entrada fosse feita na companhia dos seus habitantes. O tema inicial que me propunha pesquisar era a construção, ampliação e vivência da casa no 6 de Maio, à luz do conceito de “ciclo de desenvolvimento dos grupos domésticos” (Fortes, 1958), e mais especificamente o modo como as transformações no grupo doméstico e a vida quotidiana provocam alterações no “objecto” casa e no seu habitar. Ao abordar o tema casa, tem de se explorar os sistemas relacionais que a integram e a rede de interdependências que se estabelece entre a sua construção, as estruturas familiares, as dinâmicas de produção/transformação da paisagem do bairro e as práticas de utilização da casa enquanto elemento do quotidiano. Assim, seria essencial encontrar famílias dispostas a colaborar neste projeto partilhando um pouco da sua intimidade. Cedo percebi que entrar no terreno em estudo enquanto voluntária seria uma desvantagem pois, para os moradores, estaria associada a uma instituição, e o discurso deles seria dominado pelos temas e preocupações “institucionalmente” aceites, não entrando noutros aspectos das suas vidas tão ou mais relevantes para os próprios.

Consegui obter então contatos de moradores do bairro sem passar por qualquer mediação “institucional”¹. Depois de telefonar ao Zé², combinei um encontro para ele me mostrar o bairro. No dia combinado, enquanto o aguardava, o grupo de rapazes que se encontrava numa das poucas entradas do 6 de Maio inibiu, com a sua postura e os seus olhares, que eu me aventurasse bairro adentro, até que o Zé chegasse. A partir daqui, fui sempre identificada como “sócia” do Zé, o que me facilitou a presença no local e preveniu problemas enquanto deambulava pelas ruas. Comecei a andar sempre acompanhada por homens, ou então sozinha, e a acompanhá-los aos espaços que frequentavam nas suas mobilidades quotidianas, o que teve consequências no percurso de investigação.

A hostilidade das mulheres em relação à minha presença no bairro, principalmente daquelas com família constituída, foi sempre grande. Pode especular-se sobre as causas desta “discriminação” – verem-me como uma ameaça para o lar, dada a vulnerabilidade das relações amorosas neste contexto, ou acharem que eu andava com “más companhias”, por exemplo – mas quaisquer que elas sejam resultam do facto de a minha primeira aproximação ao interior do bairro ter sido feita a partir do contato com homens solteiros e de eu os acompanhar no seu quotidiano. Ao evitarem de forma firme e bastante ostensiva a minha companhia, as mulheres impossibilitaram que eu desenvolvesse a estratégia de trabalho que planeava em primeiro lugar e, dessa maneira, ajudaram-me a delinear o terreno que acabei por desenvolver: “[...] tive de procurar e construir o ‘terreno’ através da interação e do relacionamento” (Berg, 2006: 50) com as pessoas com quem criei empatia. Com efeito, enquanto processo social de colaboração, a pesquisa etnográfica fundamenta-se na interação, estabelecendo relações de confiança mútua que se prolongam no tempo e na pluralidade dos espaços vividos quotidianamente pela comunidade em estudo. Tal como Bourgois (2003), considero que só com o estabelecimento de uma relação de respeito mútuo a longo prazo se torna possível colocar questões sensíveis, obter respostas sérias e ao mesmo tempo criar condições para estar no terreno sem tensões.

A partir de certo momento, tratava-se de encontrar qual seria o meu papel para justificar a minha presença no bairro para a população que ainda não me conhecia, durante o período em que estive em trabalho de terreno (desde novembro de 2011 até agosto de 2012). Embora se soubesse o tema geral que me encontrava a trabalhar – a habitação, tema

¹ Agradeço sinceramente ao Prof. João Vasconcelos, a Rui Cidra e a Olivier Blanc os contatos de moradores que me deram, essenciais para a realização deste trabalho.

² Utilizo nome fictício para proteger a privacidade.

politicamente sensível – era necessário encontrar formas de estar que não interferissem com as dinâmicas quotidianas dos habitantes e que fizessem com que a minha presença fosse vista com maior naturalidade, como uma presença não invasiva. A visita informal, sem horários ou datas preestabelecidas e sem implicar uma presença constante, foi uma das formas que encontrei para garantir a empatia e prolongar facilmente as minhas deslocações ao bairro, sem criar grandes desconfianças. Ou seja, aprendi a “jogar” com as presenças e as ausências. Da mesma forma, a opção por não utilizar o crioulo, a língua que quase todos falam no bairro, criava uma espécie de “proximidade de segurança”: mesmo estando presente, assegurava que não fazia parte da comunidade, era a amiga portuguesa que estava a fazer um trabalho sobre as casas e o bairro 6 de Maio. Outro ponto a salientar é que, ao saberem que eu já tinha vivido em Cabo Verde, os meus interlocutores mostrava-se bem mais à-vontade comigo, mesmo aqueles que, tendo nascido em Portugal, nunca se tinham deslocado ao arquipélago.

Estabelecer uma relação de confiança com os moradores do 6 de Maio foi um processo lento, gradual e complexo. Tive de construir e reconstruir a postura metodológica de acordo com os conhecimentos do bairro que fui adquirindo, em função das formas de estar que encontrei e dos obstáculos que surgiram. Uma vez que as dinâmicas do quotidiano do bairro estão sempre em alteração, tanto a nível das presenças e ausências dos sujeitos, como a nível de formas de contato – por exemplo, os moradores estão sempre a mudar de número de telemóvel – a planificação antecipada do que pretendia efetuar era, muitas vezes, impossível de concretizar. Assim, o imprevisto conforme as situações inesperadas que iam surgindo foi aquilo que garantiu a continuidade da recolha de dados, muitas vezes não focada nos objetivos imediatos da pesquisa, mas nos acontecimentos do momento.

“A importância atribuída à permanência no terreno, o reconhecimento de que a pesquisa afecta a experiência da vida pessoal do antropólogo e, nessa medida, condiciona o percurso da investigação e afecta os seus resultados, demonstra como o trabalho de campo é constitutivo do próprio processo de produção científica da antropologia e não apenas a estratégia metodológica que define a disciplina. O antropólogo é um ser humano a estudar outros seres humanos, com quem pode dar-se bem ou mal, que se misturam na sua vida e deixam, em maior ou menor grau, entrar na intimidade das suas vidas.” (Sarró *et al.*, 2006: 21)

Algumas pessoas mantiveram-se desconfiadas acerca das minhas intenções. Podia ser uma agente do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, da polícia, ou uma técnica da Câmara Municipal da Amadora. Podia ser mais uma toxicodependente que por ali passava. Todas

estas suspeitas decorriam da marca de ilegalidade colada à condição, à ocupação ou às habitações de vários moradores do 6 de Maio. Isso faz com que seja tabu falar de muitos temas – tais como as casas e a sua construção, a imigração ou o pequeno narcotráfico – para proteção dos moradores no seu conjunto. Nesta perspetiva, faz todo o sentido um primeiro sentimento de desconfiança relativamente à minha presença, coisa que se foi diluindo com o tempo para a comunidade, mas não para a sua vizinhança. Para a população que habita nas imediações do bairro, o único motivo plausível para a minha presença seria a compra ou o tráfico de droga, pois consideravam que nada havia ali de “valor” para ser estudado, o que só por si é um dado que demonstra a extrema marginalização de que são alvo os moradores do 6 de Maio.

Depois de ter entrado no “mundo dos homens” e de tomar conhecimento das suas trajetórias de vida e formas de estar, pareceu-me que trabalhar a casa e o bairro pelo ponto de vista dos homens – que são quem constrói com as suas mãos as casas, mas que acabam por ter uma grande vulnerabilidade a nível habitacional, pois são eles que saem de casa quando uma relação conjugal termina – seria uma contribuição nova e relevante para os debates em torno dos bairros de construção informal na AML. Esta dissertação pretende corresponder a esse objetivo. Ela compreende três capítulos que se articulam de modo a explicitar como homens de diferentes gerações habitam e constroem o seu quotidiano num bairro clandestino altamente marginalizado.

O conhecimento das mobilidades migratórias e das suas consequências no espaço urbano é essencial para a compreensão do terreno na sua complexidade. Desta forma, o primeiro capítulo explora a forma como a história da emigração cabo-verdiana para a AML dependeu das transformações urbanas ocorridas em Lisboa. No período pós-colonial, a mobilidade migratória dos cabo-verdianos teve Lisboa como destino principal. A população de origem cabo-verdiana acumulou-se na AML, formando uma faixa de cidade informal na fronteira entre o concelho de Lisboa e os concelhos de Oeiras, Amadora e Loures. Se a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia promoveu uma série de obras e a criação de infraestruturas, o que possibilitou a vinda de muita mão-de-obra cabo-verdiana, a consequência foi a formação de comunidades que seriam largamente marginalizadas.

O segundo capítulo propõe-se compreender as relações entre a pessoa e a casa no bairro 6 de Maio, considerando a ocupação de terrenos, a autoconstrução da casa e o habitar num

bairro de habitação informal. Atendendo a que a casa é um polo de relações socioespaciais, através da análise da trajetória de vida de um habitante do bairro, das suas relações familiares, do seu quotidiano e das relações sociais que estabelece, pretende-se mostrar várias etapas do viver no 6 de Maio e nos bairros adjacentes. Por outro lado, põe-se em evidência como a mobilidade migratória deste homem, desde a sua chegada a Lisboa em 1974, teve sempre no 6 de Maio a sua âncora, e como fez parte da sua construção enquanto pessoa, incluindo a formação da sua masculinidade.

O terceiro capítulo explora as sociabilidades de bairro, mais especificamente as sociabilidades masculinas, consoante a geração dos sujeitos. Visto que no 6 de Maio existe uma relação de continuidade entre a casa e a rua, o que faz com esta seja uma extensão da casa, as ruas do bairro tornam-se um espaço de utilização coletiva, palco essencial para as diferentes sociabilidades masculinas e um lugar que fornece sentimentos de pertença a toda a comunidade. Desta forma, propõe-se que o bairro seja olhado como a “casa” dos seus moradores, mais importante do que a célula habitacional em si.

Acima de tudo, trata-se aqui de registar a história do bairro, em risco de demolição, percebendo a relação da pessoa com a envolvente arquitetónica que se caracteriza por estar sempre em mutação, seja por força de fatores externos – intervenções ou demolições por iniciativa da Câmara Municipal da Amadora ou das Estradas de Portugal – ou de fatores internos – ampliação das habitações devido a necessidades pessoais ou familiares, ou construção de outro tipo de edificado –, considerando também a chegada de novos habitantes, a partida de outros, e os ciclos de presença e ausência de moradores associados à imigração temporária, estadias em estabelecimentos prisionais ou viagens a outros países para visitas a familiares ou amigos.

Capítulo I

“História do passado camuflada na memória”

“Ghetto é assim, para e observa
droga, arma, crime é a life que nós leva,
necessidade nenhuma, roubar não precisava,
mamã não me culpes prá vida que eu levo,
papá não me julgues se não tornei no sucedido,
será que o ghetto six que tornou-me num bandido?

Presente se tudo fosse aquilo que eu pensava,
ou não,
de certa forma o crime compensava mas não.
Papá, mamã lutaram muito depois de emigrar,
god bless abençoa a minha família,
ghetto stress foi onde eu nasci,
de nome bairro 6 de Maio sem descanso até amanhecer.

Passando eu procuro não cair,
em dias diferentes eminente nada muda,
presente alegremente sem espaço para pedir ajuda.
Vivo na Damaia com chama mas sem glória,
história do passado camuflada na memória.
Levantar todos os dias com esperança em ser alguém,
sempre com boa fé a vida vai e vem [...].”

(Baby Dog feat. Niggaz Fuz, Clan Fuz-Más ki Ás, “Confirmation”, 2007)

Em Cabo Verde, arquipélago de parques recursos, sucessivas gerações foram percepcionando a mobilidade como uma parte intrínseca da vida. Ao longo do tempo foram construindo uma “cultura de migração” graças à mobilidade no espaço (Åkesson, 2004: 41). Esta percepção faz com que os cabo-verdianos considerem que a mobilidade é algo que lhes é necessário e natural, uma tendência que Åkesson denomina como “cultura” ou “ideologia da migração” (Åkesson, 2004: 41). É este facto, interligado às práticas transnacionais, sobretudo através de redes familiares, que faz com que as comunidades da diáspora cabo-verdiana sejam percebidas como uma “extensão da nação” e que, por isso,

os seus membros costumem ser considerados tão cabo-verdianos como aqueles que ficaram no arquipélago (Åkesson, 2004: 22).

As condições adversas encontradas no arquipélago motivaram, desde cedo, mobilidades intensas na procura de uma vida melhor. O aumento do prestígio pessoal, a melhoria da situação da vida da família e o desejo de “descoberta” de novas formas de estar no mundo são motivações comuns nos trajetos migratórios. A tradição de migração orienta as pessoas a procurarem o seu futuro fora do arquipélago, tecendo fortes laços sociais com o mundo exterior:

“[...] Um desejo de ‘fuga’ que contribui para uma emigração sempre crescente, que se tornou característica da sociedade cabo-verdiana, mas inspira também todo o imaginário gerado em volta do conceito antónimo: ‘Querer partir e ter de ficar / Querer ficar e ter de partir’, ou seja, a intransponibilidade do factor insular face ao desejo de sair, por oposição à transponibilidade do mar e à vontade de ficar.” (Filho, 2007: 21)

A emigração faz parte da realidade cabo-verdiana, tendo tido destinos muito diferenciados desde o século XVIII. No período pós-colonial, a mobilidade migratória teve como destino principal Lisboa. A concentração de população de origem cabo-verdiana desenvolveu-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML), desaguando os seus fluxos migratórios na faixa de cidade informal que se formou entre o concelho de Lisboa e os concelhos de Oeiras, Amadora e Loures, mais precisamente nos bairros da antiga Estrada Militar. O conceito de cidade informal tem sido utilizado em várias áreas de conhecimento para referir zonas onde o crescimento urbano se faz de uma forma espontânea e à margem do planeamento urbano proposto pelos poderes governativos. Este termo refere-se a paisagens construídas e universos sociais que, situados fora do controlo do Estado, apresentam dinâmicas socioeconómicas próprias, à margem da cidade planeada, a cidade formal (Ascensão, 2012: 35).

A concentração da população vinda de Cabo Verde nestes bairros periféricos de génese clandestina favorece uma série de desigualdades sociais, evidentes no bairro 6 de Maio. No *continuum* de bairros informais³ adjacentes à Estrada Militar – no eixo Portas de Benfica/Estação da Damaia – o 6 de Maio é o único que mantém a sua materialidade

³ O *continuum* de bairros informais adjacentes à Estrada Militar no eixo Portas de Benfica/Estação da Damaia foi composto pelos bairros das Fontainhas, Bairro Novo das Fontainhas, 6 de Maio e Estrela d’África.

arquitetónica própria, bem como dinâmicas próprias de sociabilidades e relações definidas entre os sujeitos e o espaço em que habitam e que eles próprios construíram.

Transformações na paisagem da Área Metropolitana de Lisboa

As décadas de quarenta a sessenta do século XX conheceram um aumento da intensidade de urbanização na cidade de Lisboa, provocada pela necessidade de habitação, equipamentos e serviços, o que implicou a “expulsão” do centro da cidade dos migrantes rurais vindos de todo o país que procuravam a capital para melhorar as suas condições de vida. Esta situação provocou o aparecimento progressivo de bairros de construção informal junto à coroa periférica da cidade (Quedas, 1994: 55). Lisboa da década de setenta caracteriza-se por um alargamento generoso da cidade, o que a agrupa, territorialmente, a outros núcleos urbanos periféricos. Cria-se, deste modo, uma estrutura urbana de tendência policêntrica. Surgem novas centralidades urbanas, de comércio, lazer, serviços e áreas industriais, que proporcionam a existência de enclaves habitacionais com uma vivência próxima à de pequenas aldeias, com uma estrutura social e organizativa própria, muitas vezes contraditória com o entorno urbano que os rodeia.

As alterações da paisagem e das vivências urbanas resultaram numa fragmentação socioespacial desta área metropolitana, tal como refere Teresa Barata Salgueiro:

“Uma organização territorial marcada pela existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura socioespacial que os cerca. A fragmentação traduz o aumento intenso da diferenciação e a existência de rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios.” (Salgueiro, 1997: 225)

As modificações na organização da estrutura urbana são resultado de processos de produção e apropriação do espaço, já que estes processos articulam o território com as dimensões económica e social (Salgueiro, 1997: 227).

Nas décadas de sessenta e setenta, deu-se uma entrada massiva de pessoas provenientes das antigas colónias portuguesas (retornados ou migrantes dos PALOP), o que provocou um grande aumento do número de residentes na cidade de Lisboa e na sua periferia. Apesar dos constrangimentos, estes novos habitantes da cidade “foram elementos transformadores da lógica e da estrutura espacial urbana, alterando ilegalmente e clandestinamente a especialização funcional destes territórios, produzindo novas formas de

urbanização e alargamento extensivo da cidade de Lisboa” (Martins, 2012: 47). Os novos processos de ocupação do território e de crescimento urbano refletiram-se em novas formas de uso do espaço urbano e dinâmicas de crescimento da cidade, bem como na criação de novas políticas urbanas.

Os fluxos de imigração cabo-verdiana (muito superior à dos outros PALOP) e de migrantes de espaços rurais levaram, num contexto pós-colonial, a uma ocupação do espaço urbano de forma a garantir uma sustentabilidade económica dos seus projetos de vida. Lisboa, com os recursos existentes, não conseguia assegurar habitação e outros tipos de infraestruturas para esta comunidade imigrante. Desta forma, a periferia da capital apresentou-se como uma alternativa viável e atrativa.

Progressivamente, aumentou a densidade populacional de imigrantes das ex-colónias em relação à de migrantes rurais portugueses, principalmente em Loures, Odivelas, Amadora, Oeiras, Cascais, Sintra e na margem sul do Tejo, em Almada, Seixal, Barreiro e Setúbal. As suas práticas vão caracterizar-se por um esforço de integração de forma a encontrar trabalho e algum conforto económico, mas também de procura de uma incorporação nesta nova sociedade de acolhimento que muitas vezes era hostil. Os imigrantes cabo-verdianos procuram equilibrar as suas vivências anteriores do quotidiano com as formas de estar neste novo território, buscando uma estabilidade pessoal nem sempre conseguida.

As raízes da emigração em Cabo Verde

A percepção da mobilidade transnacional como uma vertente natural e necessária para os cabo-verdianos deve-se tanto à posição geográfica do arquipélago, como às condicionantes socioeconómicas que o caracterizam, como também aos ideais cabo-verdianos acerca do que deve ser a vida de uma pessoa:

“O segundo âmbito relacionado com a compreensão de como a mobilidade é necessária e natural tem a ver com a vida de uma pessoa. A ideologia da migração também é a ideologia da pessoa social. Ela fornece o modelo de como um verdadeiro cabo-verdiano deve ser. As pessoas dizem que o significado do seu projeto de migração é ‘Fazê um vida’ (fazer uma vida). Esta decisão de vida está associada à subsistência, mas também significa a transformação de uma vida insatisfatória numa vida potencialmente cumprida. O desejo de migrar e fazer uma vida está, portanto, intimamente ligado noções locais do que constitui uma boa vida.” (Åkesson, 2004: 22)

O primeiro fluxo migratório iniciado em Cabo Verde deveu-se aos trabalhadores embarcados em navios baleeiros norte-americanos, que tinham como principal destino os Estados Unidos. No entanto, muito prematuramente este país impôs medidas restritivas que limitavam a possibilidade de entrada de cabo-verdianos. Estas restrições, com o objetivo de favorecer a imigração proveniente da Europa, alteraram as correntes migratórias cabo-verdianas para outros destinos como Dakar, Roterdão e Lisboa. Durante a primeira fase migratória do século XX, entre 1900 e 1939, a maioria dos migrantes cabo-verdianos foram homens (Carreira, 1984: 160).

“Na primeira fase desta corrente migratória, a mulher manteve grandes reservas à sua deslocação para terras estranhas. Optou pela permanência nas ilhas, criando os filhos, cultivando as terras ou guardando e tratando o gado, enquanto o homem trabalhava no estrangeiro afincadamente na conquista de um pecúlio que lhe permitisse melhorar as condições de vida do agregado, restaurar a sua casa ou construí-la (se não a possuía), adquirir terras, fazer a sua cisterna e assim captar mais água das chuvas para os anos de estiagem, comprar mais rezes, etc.” (Carreira, 1984: 163)

A *emigração forçada* (Carreira, 1984: 173) também faz parte da história dos cabo-verdianos. As roças de São Tomé e Príncipe precisavam, desde o final do século XIX, de trabalhadores braçais para o desenvolvimento da cultura do cacau e do café em regime de plantação. Sob o pretexto da situação de secas e fomes que causavam mortandade em que se encontrava o arquipélago, o governo português começou a transportar para São Tomé e para o Príncipe indivíduos de ambos os sexos, persuadindo-os a aceitar esta situação que era vista em Cabo Verde como “uma deportação ou mais propriamente uma condenação a degredo – sem ter cometido crime algum” (Carreira, 1984: 175) e reconhecida na memória popular como uma espécie de escravatura (Åkesson, 2004: 34). Era o chamado *contrato para sul* (Carreira, 1984: 175), último expediente a que os cabo-verdianos recorriam quando não conseguiam emigrar para outro país e quando os períodos de estiagem eram grandes. São Tomé e Príncipe era visto como um destino cruel, não apenas devido ao clima, ao trabalho duro nas roças e à alimentação, mas também porque o salário era extremamente baixo – não se conseguindo juntar dinheiro para sair daquela situação submissa – e pelos maus tratos físicos a que os trabalhadores eram sujeitos (Carreira, 1984: 175). Este período de emigração forçada foi longo, terminando apenas em 1974.

O Senegal tornou-se numa “estratégica” porta de saída e também de acolhimento do arquipélago, devido à sua proximidade geográfica, e ao facto de os EUA restringirem a

entrada de cabo-verdianos, numa altura em que as autoridades coloniais impunham a emigração para São Tomé (Åkesson, 2004: 34). No Senegal, usualmente, as mulheres trabalhavam enquanto empregadas domésticas e os homens como artesãos e pequenos comerciantes. Quando este país adquiriu a independência, em 1960, muitos cabo-verdianos partiram para França com os seus empregadores (Åkesson, 2004: 34).

No pós-guerra deu-se um crescimento exponencial da emigração espontânea. A mobilidade foi facilitada pelo facto de as deslocações efetuadas por via aérea e marítima se terem tornado mais regulares e mais rápidas e económicas. E a Europa, que se reconstruía dos escombros da Segunda Guerra, tornou-se o principal destino migratório desejado pelos cabo-verdianos. O primeiro destino privilegiado na Europa foi a Holanda, por trabalhadores contratados primeiro para a marinha mercante e depois para outros ofícios. Posteriormente à experiência no porto de Roterdão seguiram-se outros destinos no norte da Europa, como as cidades portuárias de Hamburgo (Alemanha), Gotemburgo (Suécia) e Oslo (Noruega) (Åkesson, 2004: 38). A partir daqui começaram a surgir outros destinos, como França, Luxemburgo, Itália e Bélgica (França, 1992: 49).

Cabo-verdianos em Portugal

Anteriormente a 1960, só um grupo privilegiado de cabo-verdianos, pertencentes a elites de estudantes, comerciantes e administradores, entrava em Portugal (Åkesson, 2004: 36). Aqui, alguns estudantes cabo-verdianos relacionaram-se com colegas de outras colónias africanas, começaram a politizar-se e a formular estratégias políticas em prol do pan-africanismo⁴ e da libertação face às potências colonizadoras. Uma das figuras chave destes debates foi Amílcar Cabral, que mais tarde se tornou o líder do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) e principal ideólogo da formulação de uma estratégia política que levou à libertação nacional.

As ideias independentistas destes atores provocaram uma viragem político-ideológica no regime de Salazar. Começaram a tomar-se medidas de planeamento de combate às crises em Cabo Verde, ao mesmo tempo que houve uma melhoria dos serviços de saúde, pelo que

⁴ A ideia-chave do pan-africanismo consistia na defesa dos negros em todo o mundo contra a exploração e abuso dos seus direitos. O Congresso Pan-Africano de Manchester, que se realizou em 1945, gerou um manifesto que defendia a necessidade da independência dos territórios africanos colonizados.

as grandes mortandades provocadas pela fome durante os regulares períodos de seca cessaram, verificando-se um significativo aumento da densidade populacional do país (Carreira, 1984). Mas a falta de empenho por parte do governo colonial em fomentar investimentos infraestruturais em Cabo Verde, de forma a criar emprego que incentivasse a fixação da população, e as graves secas, provocaram um aumento da pobreza ao longo da década de 1960 e uma pressão migratória para o exterior (Batalha, 2007: 30). O contexto português era marcado, então, pela saída de mão-de-obra dos campos para a Europa, bem como pelo recrutamento dos homens jovens para combater na Guerra Colonial, que teve início em 1961. Concomitantemente, Lisboa era palco de uma grande transformação urbana que precisava de mão-de-obra para pôr em prática a nova cidade planeada pelo governo de Salazar:

“Uma nova fase de Lisboa começaria nos finais de 30: em 1938, o próprio chefe do Governo afirmaria numa entrevista que os ‘arquitetos e urbanistas (na vida atual) teriam cada vez mais que fazer’ [...]. O plano de urbanização começado a estudar em 1938 foi definido sob a direta autoridade e graças à energia de Duarte Pacheco, presidente da Câmara, que chamou como consultor o urbanista E. De Gröer, presente de 1938 a 40. Uma outra cidade começou a nascer ali, como projeto ordenador, corrigido e melhorado durante os anos 40. [...] Na base do novo processo estava a opção legalizada de a câmara assumir a iniciativa e o exclusivo de urbanizar a área concelhia – e para isso logo começaram aquisições e expropriações de terrenos que, até 1951, deram ao município a posse de 35% da superfície total, ou seja 2800 hectares, e a possibilidade consequente de comercializar 135 hectares para os bairros programados, numa operação rentável.” (França, 1989: 104-105)

Para pôr em prática operações urbanas desta dimensão, que vão ocorrer em Lisboa desde a década de quarenta até à queda do regime salazarista, em que se incluem obras de melhoramento e expansão urbana e a construção do metro de Lisboa (a primeira linha foi inaugurada em 1959) e da ponte 25 de Abril (antiga ponte Salazar, inaugurada em 1966), eram necessários muitos trabalhadores de construção civil. A falta de mão-de-obra em Portugal, derivada da emigração para França e do recrutamento compulsivo para a guerra colonial, no momento em que eram visíveis algumas dinâmicas de desenvolvimento económico e um aumento da industrialização reforçado pela expansão das obras públicas e da construção civil, incentivou a entrada de naturais da então província de Cabo Verde para preencher essa lacuna.

Bairros da Estrada Militar: o eixo Portas de Benfica/Estação da Damaia

A história dos bairros de autoconstrução da Estrada Militar, relaciona-se diretamente com a história da imigração cabo-verdiana para Portugal. Segundo França (1992), esta conheceu três fases diferentes, que se distinguem entre si pelos condicionamentos causados por mudanças no contexto económico e político português, com claras consequências nos fluxos migratórios e nos constrangimentos de carácter habitacional com que os imigrantes se confrontaram:

“O acesso (ou a falta dele) à habitação nestas duas regiões de acolhimento – a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve – revelar-se-ia um constrangimento com consequências sociais profundas no processo de integração social dos cabo-verdianos em Portugal. A inexistência de habitação disponível contribuiu, como se veria nas décadas subsequentes a este fluxo migratório, para uma certa segregação espacial e, em alguns casos, mesmo para uma guetização de muitos cabo-verdianos chegados neste período.” (Góis, 2007: 15)

Em Portugal o fluxo de cabo-verdianos dirigiu-se essencialmente para a Grande Lisboa, sendo o atual concelho da Amadora⁵ um dos destinos privilegiados. Este concelho apresenta uma forte presença de bairros clandestinos, não só devido ao facto de conter terrenos “disponíveis” para ocupação e construção de casas – entre estes espaços destacam-se os terrenos adjacentes à antiga estrada militar –, mas também por neste concelho existir uma grande oferta de emprego, e pela sua posição geográfica, nos subúrbios de Lisboa e na proximidade de várias vias de acesso. Tanto a presença de indústrias como a de empresas de construção civil apresentaram-se como elementos “catalisadores”, visto que eram unidades que podiam empregar muitos migrantes laborais. Este facto influirá nos três momentos fundamentais da génese, ocupação progressiva dos terrenos e consolidação do *continuum* de bairros informais adjacentes à antiga estrada militar, que estão intimamente ligados aos fluxos migratórios direcionados para a AML.

Primeiro momento: 1960-1973

A primeira fase do fluxo migratório para AML, compreendida entre 1960 e 1973 (França, 1992), coincide com um primeiro momento de ocupação de terrenos para construção ilegal de habitação. Caraterizou-se por ser um período no qual a entrada de mão-de-obra cabo-

⁵ O município da Amadora foi criado a 11 de setembro de 1979, pela separação das freguesias da Amadora e Venteira, do concelho de Oeiras. A vila da Amadora foi elevada a cidade dias depois.

verdiana foi essencialmente masculina, de forma a suprir a carência criada pela emigração portuguesa – em especial para França – e pela ida de contingentes militares para a Guerra Colonial. Os primeiros migrantes que vieram para Lisboa foram trabalhar na construção civil e nas obras públicas. Efetivamente, Portugal da década de sessenta caracterizou-se por um incremento dos trabalhos de construção civil e obras públicas, o que atraiu os trabalhadores cabo-verdianos (Batalha, 2007: 31).

“A emigração cabo-verdiana para Portugal acelerou rapidamente ainda na década de 1960, altura em que algumas empresas portuguesas de construção e obras públicas foram contratadas para construir infraestruturas de dessalinização, eletrificação, fontes, estradas, pistas de aviação e portos, na então colónia de Cabo Verde. Essas empresas começaram a oferecer trabalho aos trabalhadores cabo-verdianos na metrópole.” (Batalha, 2007: 31)

Representantes de várias empresas portuguesas deslocaram-se ao arquipélago com o objetivo de contratar pessoal. Os cabo-verdianos com algumas qualificações arranjaram emprego como motoristas ou cobradores de transportes públicos de Lisboa, como a Carris. Outros trabalhavam como pedreiros, carpinteiros, preparadores de ferro para betão armado, etc. (Carreira, 1977: 168). Embora estes imigrantes viajassem por iniciativa pessoal, as suas deslocações eram, de certa forma, protegidas pelas entidades governamentais. Este facto foi reforçado pela criação em 1972 de um departamento destinado ao apoio e encaminhamento profissional destes trabalhadores, denominado C.A.T.U. – Centro de Apoio aos Trabalhadores Ultramarinos (França, 1992: 51). Nesta altura os principais empregadores eram as empresas J. Pimenta, Pereira da Costa e as Docas da Margueira. A construção civil, as minas (da Panasqueira, de Aljustrel, etc.), os serviços de limpeza da cidade e áreas suburbanas e outros sectores de trabalho exigiam de imediato mão-de-obra para não paralisarem.

Neste período, os trabalhadores cabo-verdianos são considerados portugueses, por se tratar de uma época anterior à independência de Cabo Verde. A generalidade da comunidade cabo-verdiana era formada por homens, a maior parte camponeses, provenientes do interior da ilha de Santiago, que tiveram que se adaptar à vida urbana em Portugal. Passando de camponeses a operários, a sua nova condição social não abdicou dos “valores e representações sociais fundamentais da sociedade rural cabo-verdiana” (Batalha, 2007: 30). Estes trabalhadores fixaram-se em Lisboa – Campo de Ourique, Estrela, Camões, Conde Barão – e nas suas periferias, como a Amadora, Reboleira, Carnaxide, Margem Sul ou Algarve.

“Uma vez instalados, os primeiros trabalhadores encarregavam-se de passar palavra aos seus ‘patrícios’ em Cabo Verde sempre que mais trabalhadores eram precisos. Criou-se assim uma migração em cadeia que fez crescer rapidamente o número de trabalhadores cabo-verdianos imigrantes, atingindo-se um pico no início da década de 1970.” (Batalha, 2007: 31)

Após a Segunda Guerra Mundial, muitas indústrias que se encontravam em Lisboa foram transferidas para novas localizações. Os terrenos da Venda Nova⁶ (Amadora) reuniam as condições perfeitas para o estabelecimento de uma nova área industrial, conhecida como a “zona industrial da Venda Nova”⁷ (Firmino, 1988: 39), ao mesmo tempo que apresentavam as condições necessárias para resolver os problemas de alojamento dos trabalhadores que as novas unidades fabris atraíam. Assim, era uma área que acumulava pessoas à procura de trabalho e, conseqüentemente, que procuravam um lugar para habitar próximo do local de trabalho para terem menos despesas.

A instalação de habitações informais nestes vazios urbanos periféricos a Lisboa deriva do facto de a política urbana do Estado Novo – principalmente a partir dos anos cinquenta – não contemplar os desejos e necessidades das populações migrantes (Martins, 2012: 49). Este facto é ampliado com o primeiro grande fluxo migratório de cabo-verdianos para a capital. O governo, pela inexistência de uma política de planeamento que considerasse os migrantes laborais, deixava à criatividade, ao improviso e à espontaneidade de cada sujeito – o chamado “desenrascanço” ou, em crioulo, *desenrascá* – a resposta às suas necessidades habitacionais. Neste período há uma progressiva ocupação dos terrenos para autoconstrução de habitação e vão-se criando as “redes” que estimulam a chegada de mais pessoas e que contemplam a angariação informal de trabalho, uma garantia de teto e a proximidade de familiares e conterrâneos.

⁶ A atual freguesia da Venda Nova resulta da cisão com o território da Falagueira, ao qual esteve ligada de 1979 a 1997, na freguesia da Falagueira-Venda Nova.

⁷ Esta área abrangia sectores como o têxtil, gráfico, da construção civil e metalomecânico, sendo a mão-de-obra essencialmente masculina, com exceção dos sectores têxtil e farmacêutico. Na década de 1990, as principais indústrias situadas nas imediações eram as seguintes: Edifer – Construções Pires Coelho e Fernandes SARL (construções e obras públicas), M.B. Pereira da Costa Limitada (construções e obras públicas), HANDY Portuguesa – Indústrias Metálicas SARL (fabrico de máquinas, equipamentos e produtos metálicos), CEL-CAT – Fábrica Nacional de Condutores Elétricos SARL, Machado e Ribeiro Limitada (indústrias da madeira e cortiça), GASINA – Sociedade de Construtora de Aparelhos para Combustíveis, SARL, Assis e Tavares Limitada (indústrias têxteis de vestuário e do couro), Laboratórios Vitória (indústrias químicas dos derivados do petróleo e do carvão e dos produtos de borracha), COMTNA – Companhia Metalúrgica Nacional SARL (indústrias metalúrgicas de base), Fábrica de Plásticos TITAN SARL (indústrias químicas dos derivados do petróleo e do carvão e dos produtos de borracha), entre outras. Estas indústrias pertenciam ao parque industrial da Venda Nova, importante a nível económico a partir da década de 1940 mas em decadência no final da década de 1990 (Firmino, 1988).

O *continuum* de bairros da Estrada Militar na Venda Nova, onde se insere o bairro 6 de Maio, nasce neste contexto. Começou a ser ocupado no início dos anos sessenta por migrantes de origem portuguesa, principalmente de Trás-os-Montes, Minho e Alentejo, mas também já por alguma população de origem cabo-verdiana (Coutinho, 1990: 13). Estas áreas habitacionais de génese clandestina tiveram como incentivo um provocado desvio destas populações carenciadas dos centros urbanos para as periferias. O bairro das Fontainhas (atualmente demolido) foi o primeiro a surgir, situando-se perto das Portas de Benfica. O Bairro Novo das Fontainhas foi construído para realojar as vítimas de um incêndio ocorrido em 1977 nas Fontainhas. O bairro Estrela d'África (atualmente em processo de demolição) é o de ocupação mais recente.

Embora tivessem denominações diferentes, estes bairros começaram a consolidar-se e a formar um todo, e acima de tudo uma fronteira entre os concelhos de Lisboa e da Amadora, fronteira essa que começou a ter significados múltiplos para os seus habitantes: fronteira entre “mundo europeu” e “mundo africano”⁸, entre pobreza e riqueza, e entre bem-estar e precariedade.

Segundo momento: 1974-1976

Durante a fase compreendida entre 1974 e 1976, após o processo de descolonização, verificou-se um fluxo de cabo-verdianos oriundos das ex-colónias, muitos deles combatentes por Portugal durante a guerra das independências africanas. Em Portugal, integraram-se na administração e serviços públicos e optaram pela nacionalidade portuguesa, ou continuaram a trabalhar na construção civil (França, 1992).

No dia 25 de abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas (MFA) desencadeou uma série de ações que visaram a libertação de Portugal do regime ditatorial que o dominara durante quarenta e oito anos. Apenas num dia foram criadas condições para o país sofrer grandes transformações. No entanto, verificou-se um arrastamento do processo de democratização, numa trajetória marcada por confrontos permanentes entre projetos políticos e pela explosão de reivindicações, greves e lutas populares. Até 1976, sucede-se uma série de governos provisórios que não conseguem garantir a estabilidade do país, devido à disputa entre diferentes opções ideológico-partidárias, até se estabelecer a

⁸ Observação feita numa conversa informal por um habitante do bairro 6 de Maio.

constituição. Este ano é marcado, igualmente, pelo pedido de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE).

Depois de vários anos de luta pela libertação, é o 25 de Abril que permite o processo descolonizador. A premência duma resolução para o término da Guerra Colonial, a pressão internacional para a autodeterminação das antigas colónias, bem como a própria evolução dos acontecimentos em Portugal, foram alguns dos motivos que originaram a entrega rápida dos territórios africanos pertencentes ao antigo império colonial Português. A Guiné-Bissau foi reconhecida enquanto república através da assinatura do Acordo de Argel⁹, em agosto de 1974, ficando agendado o dia da independência para 10 de setembro. A 25 de junho de 1975, Moçambique viu consagrada a sua independência. O Acordo de Argel estendeu-se a Cabo Verde, que proclamou a independência a 5 de julho de 1975. A proclamação da República de São Tomé e Príncipe deu-se a 12 de julho de 1975. Em Angola, o processo de independência caracterizou-se por numerosos atritos de ordem interna e internacional. Proclamada a independência a 11 de novembro de 1975, seguiu-se uma guerra civil até 2002. Moçambique conheceu também um longo período de guerra civil, que durou de 1977 a 1992. O moroso processo de descolonização esteve na origem de um dos mais importantes fenómenos sociais da nossa história: o regresso e a integração em Portugal de cerca de meio milhão de retornados e de muitas famílias que decidiram manter a cidadania portuguesa para refazerem as suas vidas.

Neste período, os portugueses fizeram reivindicações no domínio da segurança social, saúde, educação, justiça e acesso à habitação (Santos, 1990: 133). Assim se desencadearam, entre as camadas mais pobres da população, processos reivindicativos de luta pelo direito à habitação: “O 25 de Abril tornou possível a intervenção de movimentos populares de luta pela casa e pelo direito à cidade, movimentos durante muitos anos controlados: reprimidos” (Siza, 1986: 37). Neste contexto e como resposta às reivindicações populares, foi criado em agosto de 1974, pelo secretário de estado da Habitação do II Governo provisório – o arquiteto Nuno Portas – o Serviço Ambulatório de

⁹ O PAIGC proclamou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau a 24 de setembro de 1973, tendo posteriormente sido apoiado por outros países. Só após a revolução de abril de 1974 é que Portugal aceitou esta independência: “Em 26 de agosto, Mário Soares e Pedro Pires assinaram em Argel o acordo que punha formalmente termo à administração portuguesa na Guiné e no qual se declarava que Portugal reconheceria *de jure* a existência daquela República a partir de 10 de setembro. O texto do acordo reafirmava e garantia ainda o direito das ilhas de Cabo Verde à autodeterminação e à independência.” (Woollacot, 1983: 1152-1153)

Apoio Local (SAAL)¹⁰. Este serviço tinha como propósito a resolução dos problemas de alojamento das populações carentes, propondo a participação ativa destes habitantes, que deveriam estar presentes no constante diálogo entre os técnicos e a população no sentido de se encontrar a solução adequada a cada situação¹¹. Apesar das importantes iniciativas para a resolução dos problemas de alojamento das zonas carenciadas, os primeiros governos provisórios do pós 25 de Abril não podiam prever o êxodo migratório que sucedeu à descolonização, nem as suas consequências para o universo urbano português, principalmente na Grande Lisboa. Salvo raras exceções, os muitos migrantes que chegaram a Lisboa neste período não encontraram lugar no contexto habitacional urbano, em consequência quer do preço da habitação, quer das práticas de discriminação. Consequentemente, mostrou-se mais vantajoso enquadrarem-se nas dinâmicas habitacionais da cidade informal. A ocupação dos terrenos da periferia de Lisboa continuou pois a desenvolver-se com maior intensidade a partir de abril de 1974. Como afirma Eduardo Ascensão:

“Estes bairros foram locais onde os imigrantes pós-coloniais pobres (trabalhadores das obras públicas, os homens, e empregadas domésticas ou vendedoras de peixe, as mulheres), que tiveram dificuldades de acesso ao sistema de habitação devido aos fracos rendimentos ou a práticas racistas de senhorios que não lhes arrendavam casas, resolveram o seu problema habitacional.” (Ascensão, 2012: 10)

Deste modo, a “cidade informal”, no eixo das Portas de Benfica até à estação da Damaia, vai-se consolidando com a chegada de novos habitantes que autoconstroem as suas casas, provocando o crescimento destes bairros tanto em extensão como em densidade construtiva e populacional. As habitações vão crescendo em altura e os vazios anexos à estrada militar (entre outros territórios) continuam a ser ocupados para a construção de casas. A ocupação deste local e as práticas construtivas vão basear-se no imprevisto e no “desenrasca”.

¹⁰ O programa SAAL atuava através de Brigadas Técnicas constituídas por arquitetos, engenheiros, sociólogos, economistas e assistentes sociais. Eram cerca de 170 equipas que pretendiam resolver as carências habitacionais de 45 mil pessoas. Estes corpos técnicos deveriam trabalhar nos locais a reabilitar, num permanente diálogo entre as brigadas e as comissões de moradores (Dias, 1994: 13).

¹¹ Outro aspeto de referência do programa SAAL é a prioridade dada à reabilitação urbana, em reconhecimento do direito à permanência das comunidades no sítio em que já habitavam (Sampaio, 2001: 69); ou melhor, como afirma Nuno Portas: “tratava-se de reconhecer uma certa continuidade às comunidades que viviam em condições de habitação más, mas em áreas que muito provavelmente lhes serviriam” (Portas, 1979: 59).

Terceiro momento: 1976-1992

No cenário migratório cabo-verdiano, Portugal funcionou desde a década de 1950 como “placa giratória” ou porta de entrada para outros destinos (Europa ou Estados Unidos, por exemplo) onde havia necessidade de mão-de-obra. A independência das ex-colónias portuguesas em África e as consequentes guerras civis, que não ocorreram em Cabo Verde, também provocaram longos fluxos migratórios para Portugal. Este êxodo teve como destino prioritário a AML. No período compreendido entre 1976 e 1992 (data de publicação do estudo sobre a “comunidade cabo-verdiana” em Portugal coordenado por Luís de França, que aqui seguimos), os trabalhadores cabo-verdianos surgem como trabalhadores estrangeiros, trabalhando na construção civil, nas obras públicas e em serviços de limpeza (França, 1992). Durante este período é usual estes imigrantes trabalharem em situação precária, sem vínculos laborais, o que os vai obrigar a formas não legais de permanência em território nacional, bem como, em alguns casos, a ter de desenvolver formas de economia paralela para sua própria subsistência e das suas famílias:

“O recurso às ‘formas ocultas de trabalho’ através de contratações ilegais e de fuga às responsabilidades sociais para com os trabalhadores, encontra terreno fértil na construção civil e obras públicas, com especial utilização de trabalhadores cabo-verdianos, os quais, como imigrantes e estrangeiros, se encontram numa situação mais frágil e se sujeitam a aceitar condições que, na generalidade, os trabalhadores portugueses tendem a não aceitar.” (França, 1992: 78)

Este período da história da imigração em Portugal coincide com a assinatura do pedido de adesão à CEE em 1976 e a consequente entrada nesta em 1986:

“A chegada destes novos migrantes responde à necessidade de mão-de-obra para a construção de infraestruturas urbanas após a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia em 1986, possibilitando um conjunto de ocupações profissionais na área da construção civil por todo o país.” (Martins, 2012: 51)

O período pré e pós entrada de Portugal na CEE é, pois, prolixo em construção de infraestruturas e de outros edifícios simbólicos de uma Lisboa que se quer “europeia”. Isto vai dar lugar a inúmeras obras com o intuito de fornecer nova representatividade a esta cidade, num processo de “reabilitação urbana” que tenta aproximá-la das congéneres europeias. As intervenções urbanas da época em Lisboa caracterizaram-se, principalmente, por renovações das infraestruturas e pela construção de várias obras emblemáticas para a cidade. De entre estas intervenções significativas, deve mencionar-se a reconstrução do

Chiado depois do grande incêndio de 1988, o Centro Cultural de Belém (iniciado em 1988 e concluído em 1993) e a Casa dos Bicos (atual fundação José Saramago), reconstruída em 1983 para a XVII Exposição de Artes, Ciência e Cultura. O afluxo de trabalhadores para estas empreitadas de construção também significou uma grande ocupação dos bairros informais nas periferias de Lisboa. Há uma aceleração da ocupação das casas já construídas – por meio de empréstimo ou de subaluguer – e da construção neste interstício urbano, bem como um aumento da densidade populacional. Não só se mantêm os habitantes de fluxos migratórios anteriores, como se soma a presença de novos habitantes.

Quarto momento: 1992-2012

Se na década de oitenta já existem grandes obras públicas em Portugal, na década de noventa esta situação expande-se. Um bom exemplo disso é a Expo 98, surgida ideia de organizar em Lisboa uma exposição internacional¹² para celebrar o quinto centenário das viagens dos navegadores portugueses dos séculos XV e XVI. Pensava-se numa exposição internacional especializada, construída num recinto de cerca de 50 hectares, situado em Lisboa. Escolheu-se a zona oriental da cidade, numa vasta área considerada degradada e poluída, já que apresentava instalações industriais antigas, depósitos petrolíferos, velhos armazéns militares, um matadouro obsoleto e uma lixeira a céu aberto que deveriam dar lugar a uma intervenção urbana que permitisse devolver a Lisboa uma faixa de território de cerca 5 quilómetros de extensão, situada à beira do Tejo¹³. Esta estratégia de “regeneração” urbana revelou-se polémica por vários motivos, tal como refere Portas (2005):

“A operação Expo 98 pode ser vista e avaliada sob múltiplos ângulos [...]. O desígnio regenerador para além do seu retângulo, de que a localização escolhida para a Expo 98 se reclamou, era e ainda é um desafio de resultado incerto e o facto de nunca se ter explicado de qual Lisboa oriental se falava e de que ‘regeneração’ se tratava – como se fosse óbvia a resposta – pode sugerir que se estava perante uma intuição generosa mas difusa que carecia de

¹² “A partir de 1851, realizavam-se as primeiras exposições universais, que se constituíam na mais condensada representação material do projeto capitalista de mundo. Reuniam, num mesmo espaço, representações das regiões em expansão (países europeus e Estados Unidos emergentes), das regiões sob pleno regime colonial e das regiões distantes (do ponto de vista imperialista), promissoras fontes de matérias-primas, como a América Latina. Uma verdadeira representação do mundo, tal como concebido pela filosofia dominante. O próprio facto de se fazer este tipo de representação correspondia a que, em função da expansão capitalista, o mundo estava, agora, todo ligado em redes de interdependência económica.” (Barbuy, 1996: 211)

¹³ Ver http://www.parqueexpo.pt/conteudo.aspx?lang=pt&id_object=692&name=EXPO'98 sobre a promoção da Expo 98 (consultado a 20 de agosto de 2013).

aprofundamento a tempo de influenciar o Plano de Intervenção e a respectiva política de investimento, infraestrutura e gestão imobiliária ou os planos das áreas vizinhas que não acompanharam as grandes opções tomadas para a frente do rio. [...] É um facto que a Expo justificou a incorporação na sua área de uma parte substancial dos fundos comunitários (da região ou do resto do país) destinados a ‘renovação urbana’, saneamento ou recuperação ambiental – mas a parte dura destas ações no *hinterland* metropolitano oriental continua atrasada e terá de continuar a ser feita pacientemente pelos municípios vizinhos nos próximos tempos, já sem contar com a alavanca do ‘grande evento’ [...]. Em suma, se há várias Lisboas orientais em presença, há também vários níveis de regeneração, renovação ou requalificação, começando na construção das continuidades físicas e ambientais e passando à atenuação de exclusões e desníveis de oportunidade de emprego e cultura.” (Portas, 2005: 357-361)

Os anos de 1994 a 1998 foram de consolidação e construção deste evento. O terreno da futura exposição foi “limpo” das construções consideradas obsoletas, e o lugar da exposição foi ganhando forma, à medida que se iniciava a construção das Áreas Internacionais Norte e Sul, do Pavilhão de Portugal, do Pavilhão do Futuro, do Pavilhão do Conhecimento dos Mares, do Oceanário ou da Estação do Oriente. A empreitada da Expo, os postos de trabalho que esta oferecia durante o evento, tal como a construção da Ponte Vasco da Gama (entre 1994 e 1998) e o início da construção da Circular Regional Interior de Lisboa (CRIL, em 1991) mostravam-se como sinais de um país próspero e com oferta de emprego, sendo assim um chamariz de trabalhadores. No entanto, segundo Fikes (2009), a integração de Portugal na União Europeia (UE) fez aumentar a precariedade das relações de trabalho e a marginalização de imigrantes dos PALOP, alterando a relação quotidiana entre estes e os cidadãos portugueses, com impactos nas dinâmicas e sociabilidades urbanas.

Ao *continuum* dos bairros informais em situação periférica a Lisboa – Fontainhas, 6 de Maio e Estrela d’África – continuam a chegar pessoas provenientes de Cabo Verde, com consequente construção e ocupação de casas de uma forma massiva. Neste momento, já se encontram várias gerações no local que, como regista Malheiros (2001), se define como comunidade transnacional:

“Malheiros [...] caracteriza as comunidades transnacionais com base num confronto de quatro critérios cumulativos: (a) a existência de um movimento de vai-e-vem regular ou de circulação frequente entre locais situados no país de origem e/ou em diversos países de destino associada a uma troca de informações regular; (b) a existência de uma cultura migratória ativa, um saber circular, isto é, um domínio de mecanismos formais que permitem a existência de uma situação migratória com riscos reduzidos. O aproveitamento dos diferentes nós na cultura migratória ou

das diferentes linhas da rede migratória e a manutenção ativa destas é igualmente importante; (c) a existência de um envolvimento societal duplo ou múltiplo, isto é, o desenvolvimento e manutenção de formas de participação em processos sociais, económicos, políticos e culturais tanto no local de origem (ou local de origem ancestral) como no destino; (d) a existência de uma consciência de pertença (coletiva) a uma diáspora, ou seja, a consciência de pertença a um grupo disperso por diversos locais do mundo, uma mesma memória ético cultural coletiva e que mantem laços culturais ou simbólicos com o seu território de origem (ou local de origem ancestral).” (Góis, 2006: 171)

Aqui, a população é maioritariamente de origem cabo-verdiana¹⁴, seguindo-se-lhes em menor número os guineenses e os portugueses e, por fim e numa escala ainda menor, os santomenses e os angolanos. Segundo dados da Câmara Municipal da Amadora (CMA), em 1993, o número de residentes era o seguinte (Comissão Social da Freguesia da Venda Nova, 2004: 6):

	Residentes	Agregados
Estrela d’África	968	308
Fontainhas	1157	353
6 de Maio	1179	369
Total	3304	1030

Tabela 1: Número de residentes e de agregados familiares nos bairros Estrela d’África, Fontainhas e 6 de Maio em 1993. Fonte: “Diagnóstico Social da freguesia da Venda Nova, 2004”.

Nestes bairros, segundo os dados da Freguesia da Venda Nova, o emprego em 2001 incidia principalmente nas seguintes ocupações: os homens dedicavam-se maioritariamente à construção civil e as mulheres dedicavam-se à venda ambulante de peixe ou trabalhavam como empregadas domésticas ou de limpeza.

Sector	Número de indivíduos (%)		
	Estrela d’África	Fontainhas	6 de Maio
Indústrias transportadoras	8 (1,87)	20 (3,91)	16 (2,61)
Eletricidade, gás e água	4 (0,94)	5 (0,98)	8 (1,30)
Construção civil e obras públicas	212 (49,65)	231 (45,21)	349 (56,84)
Comércio, restaurantes e hotéis	32 (7,49)	54 (10,57)	42 (6,68)
Transporte, armazéns, comunicações	24 (5,62)	15 (2,94)	29 (4,72)
Serviços pessoais e coletivos	147 (34,43)	186 (36,40)	171 (27,85)
Total	427	511	614

Tabela 2: Profissões exercidas nos bairros Estrela d’África, Fontainhas e 6 de Maio em 2001. Fonte: “Diagnóstico Social da Freguesia da Venda Nova, 2004”.

¹⁴ Como consequência da independência das ex-colónias portuguesas, verificaram-se alterações nas leis da nacionalidade em Portugal. O Decreto-Lei 308-A/75 de 24 de julho vai retirar retroativamente a nacionalidade portuguesa a migrantes cabo-verdianos, transformando-os em imigrantes. Contudo, esta lei, ao abrigo do seu artigo 5.º, possibilita a conservação ou obtenção da nacionalidade portuguesa. A Lei n.º 37/81 de 3 de outubro vai modificar, posteriormente, a atribuição da nacionalidade mudando o princípio do *Jus soli* em favor do *Jus sanguini* (Góis, 2006: 213).

Na atualidade, as gerações mais jovens, principalmente as mulheres mais novas, preferem trabalhar em lojas de centros comerciais. No entanto, os sectores da construção civil e da limpeza continuam a ser os maiores empregadores, pelo menos até 2012:

“Até este ano, porque a crise acabou com isto, noventa por cento dos homens que trabalhavam, trabalhavam na construção civil. Noventa por cento das raparigas, já nem digo senhoras porque a partir dos..., desde que sejam mães, antes de serem mães não trabalham, no dia em que são mães elas tornam-se mesmo, até porque eles ajudam muitíssimo pouco, mulheres ativas, tenham elas 18 tenham elas 25. As mulheres, noventa por cento são empregadas de limpeza, porque mesmo ganhando menos preferem trabalhar em firmas. Isto é muito interessante porque uma empregada doméstica já ganha seis ou sete euros [por hora] em Lisboa. Eu não sei se isto é empírico, não sei se isto são as pessoas de Cabo Verde se são as pessoas dos bairros, preferem trabalhar em firmas, não é só pela segurança social, porque se ela trabalhar numa casa particular ela é obrigada a fazer descontos, é trabalhar em conjunto com outras pessoas, o trabalhar em equipa, acham giro o poder falar e elas preferem trabalhar numa firma de limpeza sem grande ligação a uma família do que serem empregadas domésticas. E não é só a oferta de trabalho ser maior aí, preferem mesmo, já reparei. Portanto, noventa por cento trabalham em firmas, até sem ordenados e tudo, e têm muito valor.”¹⁵

As consequências do PER

Ao mesmo tempo que se dá uma aceleração e “modernização” da cidade formal, verifica-se uma consolidação dos bairros de construção informal nas periferias de Lisboa. Esta dualidade ambígua vai ter consequências nas políticas de tendência “higienista” que querem ver o todo urbano como um território “limpo”. Como resposta às formas de habitação precária existentes no país, surge em 1993 o Programa Especial de Realojamento (PER¹⁶), através do Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de maio:

¹⁵ Entrevista a técnicos do Departamento de Habitação da CMA em abril de 2012.

¹⁶ “O Programa de Realojamento visa proporcionar aos municípios condições para proceder à erradicação das barracas existentes e ao consequente realojamento dos seus ocupantes em habitações de custos controlados. Existe o Programa Especial de Realojamento (PER) para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, criado pelo Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de maio (última alteração através do Decreto-Lei n.º 271/2003, de 28 de outubro), que como o próprio nome indica, visa proporcionar, aos municípios daquelas áreas, condições para proceder à erradicação das barracas existentes, concedendo apoios financeiros para a construção, aquisição, ou arrendamento de fogos destinados ao realojamento de agregados familiares residentes nessas barracas e habitações similares. No âmbito do PER é ainda possível a concessão de apoios financeiros para a reabilitação de fogos ou de prédios devolutos, propriedade das entidades beneficiárias, ou para a aquisição de prédios ou fogos devolutos e pagamento do custo das referidas obras de recuperação, quando esses fogos ou prédios se destinem também a realojamento de famílias recenseadas no PER. Para além do programa específico de realojamento nas áreas de Lisboa e Porto, existe a possibilidade dos restantes municípios do País procederem a ações de realojamento em habitações sociais construídas ou adquiridas com

“O problema da habitação, sendo, sem dúvida, um dos mais importantes, pelo reflexo na qualidade de vida das populações, encontra-se longe de estar resolvido, quer em termos qualitativos quer em termos quantitativos. A procura de soluções para este problema leva a considerar a necessidade da implementação urgente de medidas prioritárias, com incidência especial nas zonas em que tais carências mais se fazem sentir, ou seja, nas áreas de Lisboa e Porto. A erradicação das barracas, uma chaga ainda aberta no nosso tecido social, e consequente realojamento daqueles que nelas residem, impõem a criação de condições que permitam a sua total extinção.” (Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de maio)

Este Programa tinha como objetivo a erradicação definitiva das barracas existentes nos municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mediante o realojamento em habitações das famílias que nelas residiam. A partir de 1993, o Governo e as autarquias financiaram com fundos parcialmente vindos da União Europeia (UE) a construção de bairros sociais com o propósito de realojar famílias vindas de “bairros de lata”, muitas delas de origem cabo-verdiana (Batalha, 2007: 27). No concelho da Amadora foram extintos 15 bairros até 2007, entre os quais os bairros da Ribeira da Falagueira, da Azinhaga dos Besouros e das Fontainhas. Os realojamentos fizeram-se em quatro grandes bairros de habitação social: Bairro do Zambujal, Casal da Boba, Casal da Mira e Casal do Silva, mas o que pretendia ser uma resposta ao plano de extinção dos bairros degradados não constituiu uma solução satisfatória para a população, a vários níveis.

Usualmente, estes bairros de realojamento situam-se em locais de difícil acesso, aumentando, desse modo, o grau de estigmatização que os seus habitantes sofrem:

“Os ‘bairros sociais’, à semelhança dos ‘bairros de lata’, constituíram-se como espaços de isolamento social para as famílias cabo-verdianas. Espaços onde a maior parte dos filhos dessas famílias nasce e cresce sem necessidade de sair, a não ser para frequentar a escola e para trabalhar. Alguns desses bairros possuem escolas ‘integradas’ que apenas servem as crianças e os jovens aí residentes, o que contribui para acentuar a ‘guetização’ e dificultar uma integração social satisfatória.” (Batalha, 2007: 27)

No concelho da Amadora ainda persistiram bairros de construção informal, como a Quinta da Lage, o 6 de Maio, o Estrela d’África e a Cova da Moura, estando 1.816 agregados à espera de obter realojamento desde 1993, altura do recenseamento no PER, uma vez que não têm existido fogos municipais livres. No final do ano 2007, existiam também 1.816

o apoio financeiro da Administração Central e das instituições bancárias que procedam a financiamentos bonificados para este fim.” In <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/habitacao/programasapoio/per.html> (consultado em maio de 2013).

agregados residentes nas 2.167 barracas do município, que representavam ainda 45,2% das existentes em 1993 (4.792). Contudo, segundo os dados do Departamento de Habitação da Câmara Municipal¹⁷, foram sujeitas ao processo de demolição 2.625 construções (54,2%). E a demolição que se verificou no bairro das Fontainhas ficou a dever-se, principalmente, à empreitada do último troço da CRIL, vinte anos após o início da sua construção. Este último troço da estrada abriu em 2011, estabelecendo um novo percurso de 3,6 quilómetros entre a Buraca (Amadora) e a Pontinha (Odivelas). Confunde-se, em casos como este, qual é a real intenção das autarquias e do governo: se a melhoria das condições de vida dos habitantes de bairros precários, ou antes a criação de infraestruturas viárias e a “modernização” da cidade formal:

“Em muitos casos, mais do que proporcionar às populações boas condições de habitabilidade, a necessidade de realojar é ditada por razões de especulação imobiliária, em particular quando se trata de antigos bairros da lata ‘envolvidos’ pelo centro da cidade devido ao próprio crescimento desta. Faz-se, assim, sentir a urgência de dar uma outra utilização rentável ao espaço – seja através da implantação de atividades terciárias, seja pela ocupação residencial de outras camadas sociais. Noutras situações ainda, entra em jogo a construção de estradas ou de outras infraestruturas.” (Cardoso *et al.*, 1994: 109)

No território em estudo – no eixo de cidade informal entre as Portas de Benfica e a estação ferroviária da Damaia – é exemplo disto o “Estudo de Urbanização para a Área da Falagueira–Venda Nova”¹⁸, mandado realizar por um consórcio que envolveu a Câmara Municipal da Amadora e proprietários privados, mas que nunca deu origem a obras no terreno. As motivações da construção de infraestruturas rodoviárias, como a CRIL, nem sempre são claras, surgindo situações de ambiguidade relativamente a elas, tendo em conta argumentações como esta:

“Se, por absurdo, a construção da CRIL, não tivesse servido para mais nada, teria, pelo menos, tido a virtude de ter ajudado a requalificar toda a zona entre a Buraca, as Portas de Benfica e Alfovelos. A construção da estrada obrigou a modernizar bairros, redefinir acessos

¹⁷ “Segundo dados do Departamento de Habitação, com base num levantamento de dados em 1993, no âmbito do Plano Especial de Realojamento PER, existiam na altura 35 bairros degradados. Destes foram extintos 15, sendo os 2.775 agregados em questão abrangidos pelos diferentes Programas Habitacionais, a maioria através do realojamento (1.993). Os Programas Habitacionais, são distintos e destinados aos diferentes tipos de população alvo: estes são: PER Famílias; PAAR [Programa de Apoio ao Auto Realojamento]; Programa de Retorno [...]”. (“Diagnóstico Social do Concelho da Amadora, 2008”, em <http://www.cm-amadora.pt/files/2/documentos/20081120161427500937.pdf>, pp 34-35; consultado em março de 2012.)

¹⁸ Para mais informação sobre o “Estudo de Urbanização para a Área da Falagueira–Venda Nova”, ver http://ptfarquitecto.com/pdfs_destaque/Apresentacao26Out06-JornadasAUP.pdf (consultado em fevereiro de 2012).

rodoviários e demolir construções clandestinas. Estas últimas não se limitavam a entravar o avanço da obra: correspondiam a habitações insalubres onde era impossível viver com o mínimo de qualidade. E faziam ainda outra coisa: degradavam a paisagem, desfeavam o ambiente, e também por essa via eram um obstáculo a uma vida melhor para quem ali trabalhava, residia ou simplesmente passava. [...] Se houvesse apenas seres humanos pelo caminho as coisas já não seriam fáceis. Mas havia muito mais. As Estradas de Portugal já tinham tido que tomar a seu cargo e realojar cavalos puro sangue por ocasião da construção do Eixo Norte-Sul. Agora, nas Portas de Benfica, numa área referenciada pela polícia como problemática, sobretudo à noite, havia uma nova comunidade a desocupar: dúzia e meia de colmeias e respetivos enxames... Colmeias em área urbana já era uma originalidade. Juntado a isto um apicultor referenciado como pouco cordato estavam reunidos os ingredientes para uma situação desagradável. De resto, durante a fase final da obra houve sempre um graduado da PSP à porta do estaleiro principal e respetivos escritórios. Tanto mais que não foram raras as situações de tentativa de furto de materiais ou equipamentos. Até uma máquina de lagartas, acabada de estrear, levou sumiço e apareceu horas depois no terreno de um sucateiro, que como seria de esperar, disse às autoridades nada saber do caso e que até estranhara haver ali semelhante veículo...” (Cardoso, 2012: 111-129)

Depois da demolição do bairro das Fontainhas e da parcial demolição do bairro Estrela d’África (este por causa de uma ação judicial da proprietária do terreno), o bairro 6 de Maio aparece como um espaço “amputado”, um vestígio da materialidade, das dinâmicas sociais e de mobilidade que aquele todo apresentava.

Imagem 1: Fotografia aérea de 1995 - bairros de construção informal entre Portas de Benfica e Estação da Damaia

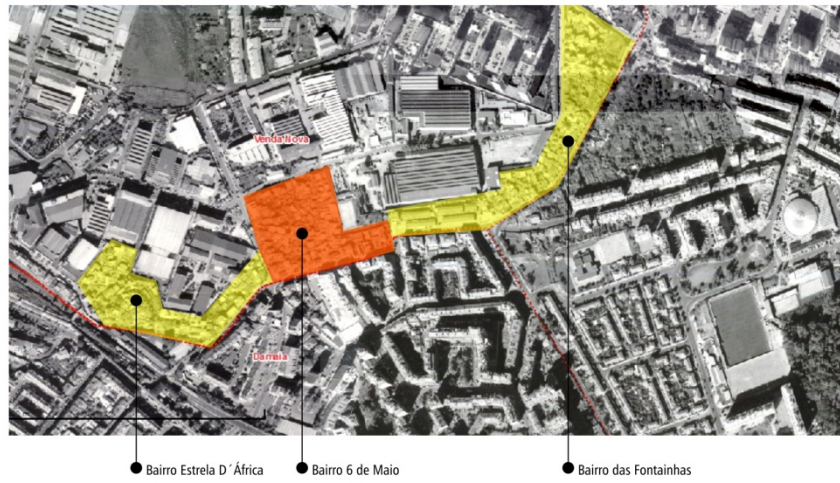
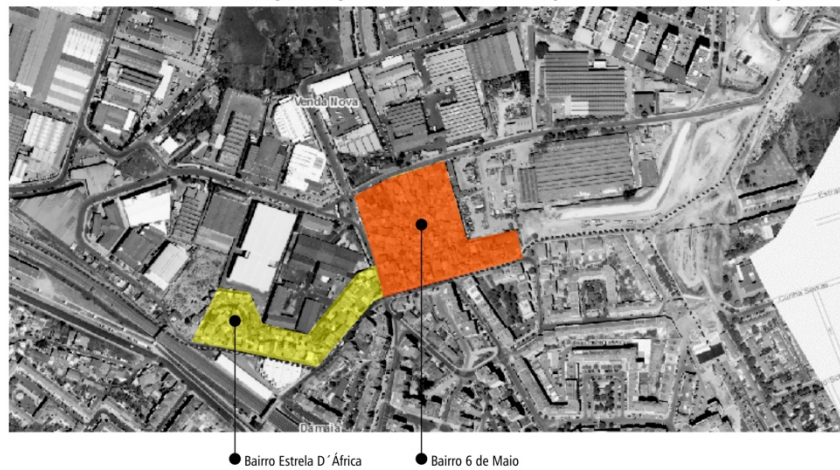


Imagem 2: Fotografia aérea de 2003 - bairros de construção informal entre Portas de Benfica e Estação da Damaia



Imagem 3: Fotografia aérea de 2009 - bairros de construção informal entre Portas de Benfica e Estação da Damaia



O bairro 6 de Maio

O bairro *6 di Maio* (nos crioulos cabo-verdiano e guineense) caracteriza-se morfologicamente por uma série de ruas sinuosas, com cerca de um metro de largura ou menos, ladeadas por casas com um ou dois pisos. Este bairro é o único que mantém a materialidade e as dinâmicas de sociabilidade que marcavam o *continuum* urbano anterior às grandes demolições para a construção da CRIL. O bairro define-se entre a Rua da Estrada Militar, a Rua das Fontainhas e a Rua Francisco Simões Carneiro, na Damaia. Do lado sul do bairro encontramos edifícios de habitação em altura, provavelmente da década de 1990. Para o lado oeste encontramos o bairro Estrela de África (parcialmente demolido), de construção posterior ao 6 de Maio mas com o qual estabelece uma estreita relação, como estabelecia com o Bairro das Fontainhas. Efetivamente, as descrições do realizador de cinema Pedro Costa¹⁹ acerca do bairro das Fontainhas são muito similares ao que se verifica hoje no 6 de Maio:

“E era uma cópia do impressionante sistema das medinas, das velhas cidades árabes ou africanas: entras por num edifício por uma pequena porta que abre para um espaço dividido em mil outros onde vivem quarenta famílias. [...] É a cidade subterrânea: saís por uma janela que dá para uma espécie de terraço, de onde sai um túnel que entra noutra casa e, de repente, estás no outro lado da cidade. O que é prático para as grandes evasões, porque a polícia nunca entra por esses caminhos. Vi jovens a entrar por uma pequena porta de um cubículo e a sair no cabeleireiro na estação da Damaia, a cem metros de distância, e a polícia completamente estupefacta: ‘como fizeram aquilo?’. Limitaram-se a percorrer todos os túneis, os corredores, os telhados.” (Costa, 2012: 126)

¹⁹ Pedro Costa caracteriza-se por ser um cineasta independente. É influenciado pelo *cinéma vérité*, conceito que surge no final dos anos cinquenta e que se refere a uma tendência de realização empenhada em captar a realidade tal como ela é. Filmou nesta zona três longas-metragens e duas curtas-metragens, das quais se destacam “Ossos” (1997), “No Quarto de Vanda” (2000), “Juventude em Marcha” (2006), “Tarrafal – O Estado do Mundo” (2007), “The Rabbit Hunters – Memories” (2007). Nelas sobressai a marca da sua relação com os atores, que nunca são profissionais. A relação com eles constrói-se com o tempo passado juntos, cúmplice das suas vivências, sendo a sua experiência no local muito próxima da experiência etnográfica.

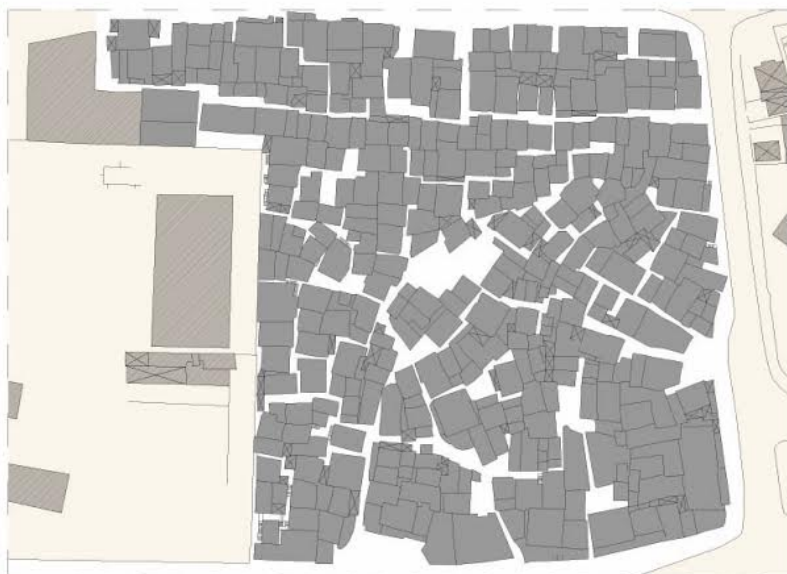


Imagem 4: Planta do bairro 6 de Maio em 2011.

O bairro 6 de Maio era o mais compacto dos três. As suas construções começaram por ser de madeira e passaram depois para alvenaria. O bairro designou-se assim porque a primeira reunião da comissão de moradores se realizou num dia 6 de maio, no ano de 1976. Tal como os outros bairros de construção clandestina, o processo da sua edificação não foi fácil nem pacífico. A construção destes bairros e o seu processo de fixação foram “atos de resistência” em que os moradores se empenhavam fortemente de modo a garantir uma sobrevivência digna neste novo território. O fluxo para estes locais mostra que há uma aproximação a pessoas da mesma condição e da mesma origem, de forma a encontrar uma solidariedade necessária para enfrentar uma nova condição num novo país. Encontram-se vários tipos de grupos de parentesco e é usual encontrarem-se grupos domésticos com várias gerações na mesma habitação.

Funcionando muitas vezes apenas enquanto local de passagem, a concentração de cabo-verdianos nestes bairros permite que estes sejam os únicos locais onde ao mesmo tempo se tem contato com a realidade de origem e o país de acolhimento, e onde a entreajuda permite uma resolução mais célere das dificuldades sentidas no acesso ao trabalho ou à habitação. Desta forma, a génese e o devir do bairro são marcados por todas as questões relacionadas com a realidade da imigração cabo-verdiana desde o meado da década de sessenta, nomeadamente o acesso à habitação. Ao mesmo tempo, Batalha (2004) afirma que os motivos pelos quais os cabo-verdianos começaram a instalar-se nestes bairros informais são vários e não forçosamente relacionados com a falta de acomodações para

alugar e ficarem livres de taxas, mas porque conseguiriam reproduzir mais facilmente a vida cultural e a envolvente física que tinham em Cabo Verde (Batalha, 2004: 139).

“Quando viviam nos bairros, onde eram a maioria, conseguiram reproduzir a cultura e a envolvente física daqueles que ficaram em Cabo Verde, assim não precisavam de falar ou atuar como portugueses.” (Batalha, 2004: 140)

A complexidade que caracteriza a ocupação informal/ilegal de um terreno, com as consequentes instalações precárias e grande densidade de construção, aumenta as desigualdades sociais e diminui as possibilidades de uma “integração” dos habitantes, que vivem em realidades extremamente estigmatizadas, tanto pela imagem exterior do conjunto edificado como pelos discursos produzidos (muitas vezes pelos *media*) sobre os seus habitantes. Estes focos habitacionais acabam por ser núcleos com uma vivência de quotidiano intensamente precária e silenciada, de alguma forma totalmente desconhecida e completamente marginalizada pela generalidade da população que lhes é externa.

Capítulo II

A casa que nunca acaba

Partindo do princípio de Levinas que considera que “o papel privilegiado da casa não consiste em ser o fim da atividade humana mas em ser a sua condição e, nesse sentido, o seu começo” (Levinas, 2008: 144), o presente capítulo pretende analisar as relações entre a pessoa e a casa tendo em conta os seguintes parâmetros: a ocupação do terreno, a construção da casa e o habitar, dentro do contexto de um bairro de habitação informal na Área Metropolitana de Lisboa, o bairro 6 de Maio. No presente trabalho a ideia de casa obedece ao conceito de Marcelin (1999):

“A ideia de casa refere-se, na região estudada, não somente à construção física, mas também às relações estruturais dentro das casas e entre elas, às pessoas que as habitam e aos mitos que as fundam. Ela se refere ao universo familiar em perpétua transformação, a um lugar ontológico socioespacial que se define em termos identitários ou em termos de ligações afetivas, familiares ou domésticas (donde o sintagma ‘configuração de casas’). A casa, em sua configuração, é aqui construída como uma unidade sociocultural empírica e analítica de base. Ela nos permite explorar as formas das relações sociais que ela traduz, circunscreve e articula, assim como os modos de produção e reprodução de identidades e de hierarquias no local estudado.” (Marcelin, 1999: 54)

Os edifícios, tal como as casas, são um produto da agência humana e uma força estável para a estruturação da ação social, que definem as interações no espaço e o seu significado no mesmo (Gieryn, 2002: 41). A compreensão das formas de construir e dos modos de habitar é essencial para “apreendermos os sentidos das relações sociais, investidas na experiência da família e do parentesco, em sua complexidade” (Marcelin, 1999: 33). Neste sentido, também se pretende explorar a construção do sujeito e das suas famílias dentro do contexto migratório e a relação pessoa/casa, considerando que a casa é um espaço de relações socioespaciais.

O bairro visto de fora

O bairro 6 de Maio situa-se na fronteira entre o concelho de Lisboa e concelho da Amadora. Como já foi mencionado, o 6 de Maio fez parte de um *continuum* de bairros de construção informal²⁰ que ocuparam os terrenos adjacentes à Estrada Militar que circundava Lisboa a partir dos anos sessenta do século XX. A densidade de ocupação destes terrenos foi aumentando, criando uma homogeneidade da paisagem e uma heterogeneidade de formas arquitetónicas das unidades habitacionais.

O bairro 6 de Maio caracteriza-se pela precariedade das suas construções e por possuir um espaço de circulação marcado por ruas estreitas e becos e por demolições pontuais que estão sempre a acontecer. A área geográfica do bairro é bastante reduzida e, por não haver mais espaço disponível para construção, assistiu-se ao crescimento em altura. Do cimo dos prédios vizinhos, aqueles que fazem fronteira com a cidade formal, observa-se uma grande amplitude de coberturas de diferentes materiais, como telha, chapa zincada, telas têxteis, e terraços, dispostos em todas as direções.

Na aproximação ao lugar, a uniformidade da paisagem, que mostra ao forasteiro apenas um acumular de materiais de construção desestruturado, esconde uma complexa teia de relações sociais, convivências e modos de vida. A criatividade e o imprevisto presentes na construção de cada unidade habitacional, sempre inacabada, tanto a nível formal como a nível espacial, faz com que a casa e sua vivência constitua o ponto de partida para esta nossa análise ao habitar do todo que é o bairro. Nestes bairros de construção espontânea, o espaço é “regulado” pelo somatório de casas que vão, assim, definir o desenho do espaço construído e os seus vazios, onde há uma relação inseparável entre a unidade da “casa” e o todo do bairro:

“O modelo que proponho aqui se funda na relação indissociável entre dois níveis – o da ‘casa’ e o da ‘configuração de casas’ (conjunto de casas vinculadas por uma ideologia de família e de parentesco) – que conformam um sistema de sentidos, mediante o qual a casa e a configuração de casas se constroem. Esses dois níveis articulam-se por sistemas de tensão, em suas relações simbólicas e sociológicas.” (Marcelin, 1999: 33)

²⁰ Fazendo um paralelismo entre os bairros de habitação informal da AML e as favelas brasileiras (ver França, 2010) conclui-se que: “Duas características principais distinguem as favelas da cidade formal. A primeira é que sua formação não obedece a nenhuma das regras urbanas ou legislativas: as ruas não são definidas antes da construção das casas e as redes de água e esgoto são implementadas depois da construção das moradias. A segunda é que as unidades habitacionais são construídas de acordo com a disponibilidade de lotes vazios. Esse processo de ocupação acontece, geralmente, de maneira ilegal, independentemente de a área ser de propriedade pública ou privada.” (França, 2010: 11)

No caso do 6 di Maio, a “configuração de casas” que forma o bairro é marcada por este ser habitado por sujeitos com a mesma origem que se “juntam” no mesmo território, dentro do contexto migratório. A necessidade de habitar é o que rege a “ordem” local do 6 di Maio. Segundo Martin Heidegger (1958)²¹, habitar é a nossa forma de estar no mundo e é a partir desta ação que construímos as realidades que nos circundam. O habitar não se limita à vivência de uma casa ou de um abrigo, mas estende-se a todo o espaço que é palco para a vida. Ao habitar está associado o construir.

Constrói-se porque se habita, porque se tem necessidade de habitar. Nessa medida, da construção decorrem as possibilidades de se ser-no-mundo. Habitar é um facto antropológico (Segaud, 2012: 70), que faz parte da condição humana e se exprime através de várias formas, consoante as sociedades e a sua relação com o território e os contextos envolventes. Marcado pela relação espaço/tempo, estabelece uma teia de correspondências com o território que permite que a pessoa se identifique e construa o seu quotidiano de acordo com as diferentes etapas da sua vida, os contextos da paisagem e da sua temporalidade, as realidades intra e extra bairro, e o contexto do país. Habitar consiste na ligação que o sujeito ou o grupo de sujeitos estabelecem com o lugar em que decidem construir a sua habitação “em função da cosmovisão (conhecimento e crença) que possuem de si mesmos, dos outros e do meio em que vivem” (Marcelin, 1999: 33). Esta decisão implica factores externos (tais como, no caso dos imigrantes, os constrangimentos da sua situação, os terrenos disponíveis para construção e o mercado de trabalho) e factores internos (que se prendem com a cultura de origem e com o ser do próprio sujeito). A casa tem a função de proteção e acolhimento perante a vastidão do mundo. Dentro da casa, o ser humano conquista o poder de escolher tudo aquilo que considera importante para a sua existência, e pode ordenar e controlar o “caos” do mundo exterior nesse espaço delimitado.

“A casa, no seu conjunto, é pensada como uma combinação, por assim dizer, da ordem da natureza com a ordem social. Sua organização estrutural é tal que seu interior opõe os espaços entre si, assim como os microespaços a eles associados, fixando as fronteiras invisíveis que condicionam e localizam os modos de conduta que dão forma e sentido às relações familiares. [...] A casa não é somente um bem individual transmissível, uma coisa, um bem familiar, uma ideologia. Ela é uma prática, uma construção estratégica na produção da domesticidade. Ela

²¹ Em 1951, na conferência “Construir, Habitar, Pensar” [Bauen, Wohnen, Denken] – publicada em *Vorträge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, em 1954 – Martin Heidegger utiliza o estudo da linguagem para recuperar a ligação entre o construir e o habitar. A palavra construir – em alemão *Bauen* – e também as palavras *permanecer*, *morar* e *ser*, derivam da palavra *buan*, que significa *habitar*.

também não é uma entidade isolada, voltada para si mesma. A casa só existe no contexto de uma rede de unidades domésticas. Ela é pensada e vivida em inter-relação com as outras casas que participam de sua construção – no sentido simbólico e concreto. Ela faz parte de uma *configuração*.” (Marcelin, 1999: 36)

No caso dos imigrantes, este papel da casa será mais vincado: a proteção relativamente a um mundo ao qual se sente não pertencer, pelo menos de maneira integral. Tal como Segaud (2012: 97) afirma relativamente à imigração magrebina em França, a casa é um lugar de recomposição, de desconstrução e reconstrução de uma cultura de origem, mas também uma tentativa de encontro com a sociedade de acolhimento. Para compreender esta coexistência/convivência, é necessário conhecer os códigos da sociedade daqueles que chegam e as reconstruções identitárias que estes vão realizando no espaço urbano que os acolhe. Nesta perspetiva, é na relação entre a dimensão doméstica e a dimensão urbana do habitar que se gerem as dinâmicas de contato (Segaud, 2012: 97) entre a cultura de origem e a sociedade de acolhimento, onde a pessoa se constrói na ambiguidade integração/conflito.

O “campo de possibilidades” (Velho, 1994: 40) que se abre com a ocupação dos terrenos de antiga serventia militar pelos imigrantes cabo-verdianos para a construção de casa própria é vasto. Para além de este tipo de ocupação permitir uma liberdade na “forma de estar” e de construir um quotidiano mais próximo ao das ilhas, tanto no sentido da dimensão doméstica como no sentido da vivência do espaço comum do bairro (ou *continuum* de bairros com a mesma génese), também se concretiza o sonho de estar na Europa. Os terrenos habitados pelos cabo-verdianos localizam-se junto à linha de caminho de ferro, às principais vias de acesso ao centro da cidade de Lisboa, e por isso a outras zonas do país e da Europa, através do aeroporto, que também os pode levar ao arquipélago. Há uma proximidade física com os locais de trabalho, comércio e outros serviços, o que permite uma mobilidade fácil para quem procura trabalho e para quem trabalha. Deste modo, a localização possibilita que as pessoas sejam “um e o outro”, na ambiguidade entre as vivências da cidade formal e da cidade informal, correspondendo a primeira ao mundo do trabalho e a segunda ao mundo doméstico, à família, às sociabilidades de bairro e ao lazer.

O bairro 6 de Maio, é um “território circulatório” (Telles, 2010), no sentido em que as suas matrizes são produzidas pelos e nos circuitos transnacionais de uma população caracterizada por dinâmicas de mobilidade intensas. Apresenta-se como a “casa” da qual se parte e onde

se chega. É um lugar-âncora, no que se refere às mobilidades pendulares (dia/noite) e às migrações externas relacionadas com o trabalho, bem como no que se refere às deslocações de familiares cabo-verdianos a Lisboa. É também o espaço onde se constituem as teias relacionais que promovem a relação entre a cidade informal e a cidade formal, a nível de angariação de mão-de-obra, tanto para trabalhos domésticos, no caso das mulheres, como para a construção civil, no caso dos homens. No espaço urbano da AML, a cidade formal e a cidade informal coexistem através de continuidades e interdependências. Uma e outra estão intimamente ligadas a diferentes momentos económicos e suas consequências sociais, nomeadamente ao nível de fluxos migratórios e do mercado da construção. São tais realidades que vão definir a postura do sujeito perante o mundo urbano que o rodeia.

O bairro visto de dentro

A ocupação dos terrenos anexos à antiga Estrada Militar para a edificação de habitações mostra um desejo de construção de uma nova realidade. Este facto advém diretamente da necessidade inerente à condição do imigrante, que se pretende reconstruir num novo contexto – um contexto urbano num outro país. As ideias da possibilidade de se ser em Portugal/na Europa estão intimamente conectadas com a forma de apropriação destes terrenos para construção. Para Gilberto Velho (1994: 40), a noção de campo das possibilidades refere-se a um espaço para “formulação e implementação de projetos” nas trajetórias de construção da pessoa. No caso dos imigrantes cabo-verdianos, esta dimensão parece-nos essencial para compreender a sua posição no mundo, num quadro sócio-histórico em que os percursos migratórios pertencem ao imaginário coletivo cabo-verdiano. Este facto encontra-se registado em muitas letras de canções e na literatura do arquipélago, e é como um “valor” identitário permanente – o dilema entre ter de partir e querer ficar, e ter de ficar e querer partir, que acaba por acontecer tanto em Cabo Verde como em qualquer contexto de diáspora.

A maior parte dos habitantes do bairro 6 di Maio provém da ilha de Santiago de Cabo Verde, mais concretamente do concelho de Tarrafal²². A iniciativa da construção de uma

²² O concelho do Tarrafal foi criado no início do século XX, abrangendo o norte e o nordeste da ilha de Santiago. Em 1996 o concelho foi desmembrado em dois: Tarrafal, a norte, e São Miguel, a nordeste.

casa deve-se, tal como em Cabo Verde, à constituição de uma família ou à necessidade de alojamento de uma família já formada. Tal como em Cabo Verde, o casamento é muitas vezes realizado depois do nascimento dos filhos, e a maioria das uniões não são fruto de casamentos formais, mas sim uniões de facto (Rodrigues, 2007: 177).

Do mesmo modo que Bourdieu associa a construção da casa cabila ao casamento e consequente nascimento de uma nova família (Bourdieu, 2002: 42), a génese da construção de habitação está relacionada – na primeira geração de ocupantes do bairro – com o aparecimento de novas famílias que, na generalidade, se constituem devido ao nascimento do primeiro filho dentro de um relacionamento amoroso. O primeiro filho é a causa principal da resolução de uma coabitação conjugal no mesmo espaço doméstico e de um relacionamento mais efetivo no tempo. É a motivação principal para construir e para o abandono de coabitações com familiares ou amigos. Importa dizer que, tanto nestes bairros como em Cabo Verde, a maior parte dos relacionamentos verificados são entre cabo-verdianos e/ou descendentes de cabo-verdianos. Muitos são entre pessoas que habitam na AML em bairros com características similares ao 6 de Maio. O retrato sociodemográfico do mundo proletário da ilha cabo-verdiana de São Vicente no início do século XX que Vasconcelos (2012) resume citando uma fonte da época, assemelha-se surpreendentemente ao que se encontra hoje no território em estudo:

“[...] A população é quase inteiramente flutuante. Tão depressa entram como saem centenas de pessoas de proveniências diferentes. [...] É muito irregular a constituição dos fogos, formados na maioria por uniões ilícitas e sujeitos a contínuas transformações de membros da família. Une-se com a mesma facilidade com que se desune. [...] As residências não são fixas. As mudanças de habitação de umas ou para outras ruas ou localidades são muito frequentes [...]” (Rol da população residente em São Vicente em 1908, pelo padre Luís Loff Nogueira; cit. in Vasconcelos, 2012: 96)

Efetivamente, na maior parte dos casos em que há ruturas de relacionamento, quem sai de casa é o homem. Assim, as trajetórias residenciais destes são pautadas por muitas mudanças de casa que acompanham os sucessivos relacionamentos afetivos que acontecem nas suas vidas.

Quando mencionam o concelho do Tarrafal, os imigrantes cabo-verdianos referem-se geralmente à divisão administrativa anterior a 1996.

O processo construtivo

Segundo Ingold, a casa é pensada antes da sua realização material (Ingold, 2010: 175)²³. Tendo em conta este argumento e analisando o processo construtivo de cada habitação do bairro 6 di Maio e o seu contexto de aparecimento, em que imigrantes recém-chegados de Cabo Verde ocuparam um vazio urbano para construção de habitação própria, é natural que haja uma mimese relativamente à arquitetura doméstica no arquipélago, não tanto ao nível da imagem externa do edifício mas, sobretudo, relativamente à distribuição dos espaços no interior da casa. Já que se trata de uma ocupação ilegal de terrenos, a autoconstrução é o primeiro método utilizado para o edificar nestes bairros de habitação informal, com a ajuda de amigos, familiares e vizinhos – seguindo o princípio costumeiro do *djunta-mon*²⁴.

Depois de uma primeira etapa correspondente à ocupação do terreno e à construção de barracas em madeira, e da posterior transformação destas em casas de alvenaria de tijolo, num segundo período, misturam-se técnicas construtivas no “levantar/acrescentar” a casa. Ao mesmo tempo que se utilizam os mesmos processos construtivos da cidade formal, como a alvenaria ou a laje de betão, verifica-se um “improviso construtivo” na reciclagem para construção de materiais que não têm essa função. Os homens que constroem estas casas são também, na maioria, os trabalhadores da construção civil que edificam a cidade formal. O cineasta Pedro Costa, que filmou no terreno a trilogia de filmes chamada “Cartas às Fontainhas”, corrobora este facto:

“Agora vivem em casas que não construíram. Todo o bairro das Fontainhas, cada pedaço de parede que vês no filme, foi erguido aos fins-de-semana, clandestinamente, com pedreiros como o Ventura, que durante o dia trabalhavam nas obras e passavam os dias livres, os domingos, a construir a sua casinha.” (Costa, 2013:165)

Olhando o bairro de acordo com as várias gerações que ali vivem, verifica-se que a forma de construir foi variando ao longo do tempo. Numa primeira fase de ocupação do terreno, a implantação das casas faz-se na totalidade do terreno disponível após prévia definição do lote, utilizando as mesmas estratégias construtivas. Numa segunda fase, e ao mesmo tempo

²³ “The difference between the lodge and the house lies, I argued, not in the construction of the thing itself, but in the origination of the design that governs the construction process. [...] As Joseph Rykwert has put it: ‘unlike even the most elaborate animal construction, human building involves decision and choice, always and inevitably; it involves a project’. It is to this project, I maintained, that we refer when we say the house is made rather than merely constructed. [...] They are only being made, I claimed, when they are constructed in the imagination prior to their realization in the material.” (Ingold, 2010: 175)

²⁴ Sobre os contextos de entreajuda em Cabo Verde, ver Couto (2010: 434).

que se investe na melhoria das condições de habitabilidade das casas, verifica-se o crescimento em altura destas habitações.

Funcionando o 6 de Maio como porta de entrada na Europa e “placa giratória” (Góis, 2006: 195)²⁵ para muitos cabo-verdianos, diversas casas vão sendo desocupadas pelos “proprietários”, que as emprestam ou alugam a novos moradores (que por sua vez ocasionalmente as subalugam), recém-chegados das ilhas, familiares ou amigos, criando novas dinâmicas de regulação interna do espaço habitável e novas sociabilidades. O aluguer poderá estar relacionado com uma permanência mais fixa no tempo e o empréstimo com uma ocupação mais temporária do espaço da casa. Este período de “empréstimo de casa” acontece, muitas vezes, durante um curto espaço de tempo, visto que as pessoas que as ocupam só querem o teto até conseguirem migrar para outros países europeus, preferencialmente a França ou a Suíça. Nestes casos, podemos olhar o bairro enquanto “placa giratória” que, ao mesmo tempo, continua a funcionar enquanto bairro-âncora, para os cabo-verdianos que fixam residência em Portugal mas que trabalham em destacamentos temporários noutros locais da Europa (Góis, 2006: 195).

A casa

Ao contrário do que Paul Oliver (2007)²⁶ afirma, ao dizer que na maior parte dos contextos de cidade informal de génese migratória em todo o mundo as casas são erguidas sem “tradição”, percebe-se que o esquema organizativo do espaço doméstico da casa no bairro 6 de Maio tem raízes nos modelos habitacionais que se encontram no arquipélago.

²⁵ “A ideia de que Portugal assume, em alguns casos, o papel de plataforma giratória tem sido defendida por vários autores que sustentam que Portugal não é, em muitos casos, o destino final dos migrantes que acolhe num dado momento, isto é, de acordo com o que defendem, em muitos casos a imigração para Portugal seria instrumental numa migração por etapas no intuito de atingir outros destinos. [...] Alguns migrantes, tendo em conta condições objetivas e condições subjetivas, escolheriam Portugal como etapa num percurso migratório em direção a outros destinos. A lógica de seleção dos países de destino variaria de acordo com a conjuntura social, económica e política do momento.” (Góis, 2006: 195)

²⁶ “In a sense, the urban homeless who have been solving their housing predicament by building their own dwellings have carried on the vernacular tradition of using available resources, even if those accessible to the poor in the city are usually limited to the waste of the affluent. Eventually they have been able to improve their homes. Long-established settlements that have been provided with services have become indistinguishable from the customary low-income housing of the city. This is not to say that they are necessarily well-designed, or make the best use of sites and resources. Nor is it an aesthetic argument for regarding squatter settlements as a ‘new vernacular’ even though most may be said to have been self-built. If the waste products and discarded materials of the city are regarded as the ‘local materials and resources’ some may consider these factors as justifying such an argument. However, though some settlements may have a phase when traditional houses are built on the fringe of the city, the majority of squatter houses are erected without a tradition.” (Oliver, 2007: 225)

Neste sentido não é a sua materialidade – os materiais utilizados na construção – que nos remete para o arquipélago, mas a forma geral do modelo habitacional, a organização do espaço interior e o modo como o quotidiano rege a sua vivência. É nestes últimos aspetos, que considero essenciais, que se verifica grande proximidade entre o modo de fazer em Cabo Verde e em territórios migratórios como o 6 de Maio.

Para Paul Oliver, todas as formas de arquitetura vernacular são construídas para preencher necessidades específicas, que acomodam os valores, formas de subsistência e modos de vida das comunidades que as produzem, podendo adaptar-se ou desenvolver-se no tempo de acordo com as necessidades e circunstâncias de vida (Oliver, 2007: 14). Neste sentido, pode tratar-se de uma nova forma de arquitetura vernacular²⁷, no sentido em que estamos perante uma arquitetura doméstica que evoca, como veremos a seguir, as habitações existentes no arquipélago, principalmente ao nível do interior doméstico, e em que os moradores constroem as habitações com as suas próprias mãos utilizando materiais presentes nos locais onde elas são edificadas. Importa referir que já as construções “vernaculares” existentes no arquipélago muitas vezes adotaram soluções construtivas “não tradicionais”, sendo o único valor perene encontrado a forma do interior doméstico e a lógica das suas variações ao longo tempo, tendo sempre o mesmo modelo base.

Na generalidade, as casas que se encontram no 6 de Maio obedecem a um esquema organizativo similar ao que foi encontrado na maioria dos modelos habitacionais durante o meu trabalho de campo na ilha cabo-verdiana de Santo Antão²⁸. Embora a maior parte dos habitantes do bairro seja originária do interior da ilha de Santiago, as duas realidades insulares aproximam-se por se tratar de ambientes rurais onde a agricultura é o principal modo de subsistência. A organização do espaço doméstico parece provir de um *know how* trazido de Cabo Verde, mesmo que os materiais disponíveis para construção, os terrenos ocupados e o contexto urbano sejam novos. A articulação da necessidade técnica do construir/habitar com os materiais presentes neste novo contexto, e a necessidade

²⁷ Segundo a perspetiva utilizada no presente trabalho: “A arquitetura vernacular compreende todos os edifícios de uma comunidade, relacionados com os contextos envolventes e recursos disponíveis e consiste no trabalho de construção baseado no conhecimento acumulado durante gerações. Geralmente são edifícios autoconstruídos pela comunidade, utilizando tecnologias tradicionais. Todas as formas de arquitetura vernacular são edificadas para responder a necessidades específicas, compreendendo os valores, economia e modos de vida das culturas que a produzem.” (Sampaio, 2006: 30)

²⁸ O trabalho de campo na ilha de Santo Antão, em Cabo Verde, foi realizado entre os anos de 2005 e 2006, no âmbito do Mestrado em Arquitetura, Território e Memória, no Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, tendo como orientadores os Professores Walter Rossa e Leão Lopes, e deu origem à tese de mestrado “Habitação Rural em Santo Antão – Cabo Verde”.

simbólica de manter uma organização do interior doméstico, possibilitam formas de viver o lado mais privado do quotidiano de maneira próxima à da sociedade de origem. Simbolicamente, uma leitura mais imediata, familiar, da forma de estar na casa pode criar um maior conforto:

“A implantação da casa no espaço geográfico e no espaço social, e também a sua organização interior, são um dos ‘lugares’ onde se articulam a necessidade simbólica e a necessidade técnica. Talvez seja em casos nos quais, como aqui, os princípios da organização simbólica do mundo não podem aplicar-se com a liberdade completa e devem de algum modo concertar-se com instâncias externas – as da técnica, por exemplo, que impõem a construção da casa [...] ou noutros casos, as da estrutura social, que querem que qualquer casa nova seja edificada num bairro em particular definido pela genealogia – que o sistema simbólico revela toda a sua aptidão para reinterpretar segundo a sua lógica própria os dados que os outros sistemas lhe propõem.” (Bourdieu, 2002: 40)

À semelhança da maior parte das casas encontradas em Santo Antão, as casas no bairro quase não têm divisões interiores e podem definir-se como sendo variações do que se costuma denominar “casa elementar” (Oliveira, 1994) – uma casa térrea e de pequenas dimensões cujo interior se reduz a um simples compartimento retangular. Entende-se por casa elementar uma construção de carácter habitacional que se baseia num compartimento onde se exerce a generalidade das vivências específicas do habitar: atividades como cozinhar, dormir, comer e conviver intersectam-se num único espaço. Gradualmente, emergem um, dois ou mais quartos, o que, acompanhando melhorias na situação económica, vai proporcionar melhorias na qualidade habitacional. Há uma ausência de espaços de transição como corredores ou átrios. À célula da casa podem agregar-se anexos: a despensa, cozinha, currais, alpendres, etc. O número de peças, o aspeto geral da casa, a existência de um chão revestido, o material da cobertura, dependem muito da situação económica do morador.

Tal como em Santo Antão, no 6 de Maio a entrada na casa faz-se pela sala comum e de refeições, que muitas vezes se converte, à noite, em zona de dormir. Normalmente há apenas um quarto e uma pequena cozinha, não se encontram corredores nem átrios, e nem sempre há instalações sanitárias. A sala é o espaço privilegiado da casa, aquele que tem uma clara ligação com o espaço exterior e que, sendo um espaço privado, também se pode transformar num espaço semiprivado, no sentido em que não é frequente a utilização da casa enquanto lugar de convívio, mas apenas de encontro com familiares e amigos próximos, para se falar de assuntos mais íntimos e sérios longe de ouvidos alheios.

Mas, ao contrário do que se verifica em aldeias portuguesas, onde a cozinha tem dimensões generosas e é muitas vezes um local de convívio e de comensalidade, aqui as cozinhas parecem ser o espaço mais privado da casa, tal como foi observado em Santo Antão. Tanto nesta ilha como no 6 de Maio, nas casas que frequentei houve sempre uma grande relutância em mostrarem-me a cozinha. O convívio e a comensalidade partilhada com amigos ou familiares são feitos fora de casa, ou no “espaço comum” do bairro ou em pequenos “restaurantes” improvisados. Assim, a casa é dividida em dois domínios:

- a) O domínio semiprivado: a sala comum (que pode ser também de refeições e zona de dormir), com uma clara relação com o exterior, à qual o “visitante” tem acesso e onde pode estar, mostrando uma ligação/comunicação com o mundo lá fora.
- b) O domínio do privado: que se refere à cozinha, aos quartos e às instalações sanitárias, claramente relacionados com as atividades mais privadas, como a alimentação, o dormir e a higiene pessoal.



Imagem 5: Cozinha. (Fotografia de João Vasconcelos, 2012)

Sendo, na sua origem, casas de dimensões mínimas, verifica-se que a sua ampliação progressiva está relacionada com o aparecimento de novas necessidades de espaço bem como com o aumento das capacidades económicas, que às vezes já traduzem vivências externas à realidade cabo-verdiana. Tal como Cristiana Bastos (1993) descreve para a serra algarvia, a maleabilidade dos espaços é uma característica dominante nas unidades habitacionais do 6 de Maio:

“Na história do abrir e fechar portas, de acrescentar e baixar paredes, de anexar e cortar espaços, se recompõe a história da sucessão de propriedade. [...] Nos materiais se percebe a simultânea precariedade e flexibilidade que em todo o processo se vê na enorme plasticidade dos espaços construídos. Tal como se recorta e agrupa também se convertem as “casas” que as paredes interiores definem aos usos que convêm a quem nelas vive.” (Bastos, 1993: 153)

Ao contrário do que se passa em Santo Antônio, no 6 de Maio o crescimento da casa dá-se geralmente na vertical, devido à escassez de terreno livre. Constroem-se pisos em cima de pisos. Em muitos casos, os pisos superiores correspondem às casas dos filhos ou de outros familiares. O que acontece igualmente é que, sob o pretexto de construção de coberturas mais definitivas, constroem-se também novos pisos habitáveis, procurando ludibriar a fiscalização municipal.

Os pisos superiores obedecem, na sua génese, aos princípios que regem a construção da casa-mãe, no piso térreo. Numa fase posterior, o processo construtivo correspondente à ampliação regida pelas necessidades é mais livre e independente de um suposto “todo construtivo” que aquele edifício aparenta. Uma das observações mais interessantes que se pode fazer, e que pode justificar a profusão de escadas e passadiços que o bairro apresenta, é o facto de estas células habitacionais terem entradas independentes, como se se fosse construindo uma *layer* superior do bairro, parecendo as arquiteturas imaginadas de Escher, Piranesi ou Calvino.

As dinâmicas de produção/construção do espaço doméstico são uma resposta às alterações das circunstâncias domésticas (Ingold, 2010: 187) e as casas são aqui como organismos vivos. Tal como refere Blier (1987), a análise da arquitetura não é independente da forma de habitar. Por isso, estas habitações, a sua vivência e o seu contexto de aparecimento, têm de ser olhadas enquanto um processo que deriva da realidade da vida quotidiana dos seus construtores e moradores. A construção é, deste modo, um processo contínuo no tempo que tem como duração o período em que a pessoa habita o local. Por isso, o processo construtivo (material) tem uma relação direta com a construção do habitar e com o processo de construção da pessoa dentro do contexto migratório.

As moradas de Flor di Mundo

O senhor Florzinho é músico de funaná, mais precisamente é tocador de ferro – barra de ferro friccionada com uma faca (Cidra, 2008: 117). É assim que gosta de se apresentar, centrando na música a sua identidade para os outros. Conta que graças a esta atividade performativa costuma fazer digressões pela França e Suíça, que duram entre uma semana e um mês, em colaboração com tocadores de gaita como Katuta Branca ou Julinho da Concertina. Até em Cabo Verde o procuram para tocar ferro, afirma com orgulho. Começou a tocar ainda criança. A música fez sempre parte do seu quotidiano e neste momento é mesmo a sua atividade principal, em bailes de *ferro e gaita* que regularmente ocorrem na AML, ou noutros locais da diáspora cabo-verdiana. Com a prática desta sua paixão consegue somar algum dinheiro à sua reforma. Flor di Mundo chegou a Lisboa enquanto migrante proveniente de Cabo Verde a 28 de agosto de 1974. Anteriormente já tinha estado em Lisboa, quando voltara da missão de dois anos em Angola durante a Guerra Colonial, onde combateu no exército português. Regressou da guerra, teve de se apresentar no Regimento de Artilharia de Lisboa (RALIS) em Lisboa a 24 de janeiro de 1974 e voltou a Cabo Verde para entregar a farda militar no quartel da cidade da Praia a 9 de fevereiro de 1974. Para trás ficaram as experiências difíceis da guerra em Angola e nasceu o desejo de constituir família e de voltar para a metrópole para trabalhar, de forma a garantir o sustento da família, em primeiro lugar, e de a trazer para junto dele, em segundo. Em Lisboa já se encontravam o seu pai e a sua madrasta, com quem ficou a viver nos primeiros tempos. No início queria ser polícia, mas como se sentia perturbado com a guerra e estava farto de fardas e armas, optou pela sugestão dada pelo seu primo, que já trabalhava na Carris, onde se inscreveu, já que era uma profissão mais segura e mais prestigiada do que trabalhar na construção civil. Flor di Mundo nasceu a 15 de dezembro de 1949 em Ribeira da Prata, concelho de Tarrafal, ilha de Santiago. Tem sete irmãos de mãe e de pai e mais três irmãs só de pai. Antes de ir para a tropa trabalhou, a partir dos seus dezassete anos, como capataz na construção de estradas no concelho de Tarrafal, o que lhe deu a experiência em construção necessária para trabalhos posteriores, ao mesmo tempo que seguia a tradição familiar, já que o seu avô e o seu pai tinham sido carpinteiros e trabalhado posteriormente na construção civil.

A história de vida do senhor Florzinho²⁹ é parecida com a de tantos outros homens cabo-verdianos que chegaram a Portugal durante a década de setenta do século XX, que habitam e construíram o bairro 6 de Maio ou bairros contíguos e que eram trabalhadores na construção civil. Estes homens têm um percurso de vida marcado por várias experiências em diferentes territórios, com as consequentes tentativas de

²⁹ Identifico neste trabalho o senhor Florzinho pelo seu nome com o seu consentimento. Flor di Mundo, outro dos seus nominhos em crioulo cabo-verdiano, é uma identificação pela qual é também conhecido. Este nome foi-lhe atribuído pelo seu avô no momento em que lhe pegou pela primeira vez ao colo, como expressão de felicidade por ter nascido o seu primeiro neto.

integração/adaptação, desde a experiência na Guerra Colonial, a uma mais ou menos difícil integração nas redes de trabalho em Lisboa, e outras experiências migratórias, esporádicas ou pendulares.



Imagem 6: Senhor Florzinho, 2012.

A biografia do senhor Florzinho ilustra várias etapas do viver as casas no 6 di Maio e bairros adjacentes – ocupar, construir, habitar. Desde a sua chegada a Lisboa em 1974, viveu em quatro casas diferentes, todas na cintura de bairros de construção informal adjacentes à antiga Estrada Militar, na freguesia da Venda Nova. Esta sequência de diferentes “moradas” relaciona-se com as várias etapas da sua vida conjugal e da sua condição em cada momento. No mundo dos homens, ao contrário do mundo das mulheres, é usual a circulação entre diferentes habitações consoante os relacionamentos conjugais se desfazem – na generalidade dos casos em que isto sucede, o homem sai de casa e volta a construir um lar com a nova companheira. As várias etapas da vida são marcadas por um modo de estar e ser em permanente conexão com a casa, a família e o modo de sustento, que envolve trajetórias migratórias complexas, mas que tem como âncora o bairro e os bairros contíguos.

Perto do Café di Palmira, num primeiro andar onde se acede por umas escadas muito íngremes, fica a atual casa de Flor di Mundo. A casa onde habita agora no bairro 6 de Maio foi-lhe atribuída pela CMA, após um complicado processo de divórcio. É uma estrutura de construção informal, tal como todas as outras casas existentes no bairro. Esta, onde vive agora, não foi construída por si, ao contrário da casa onde habitou com a sua ex-mulher e os filhos. O acesso faz-se por umas escadas exteriores que conduzem a

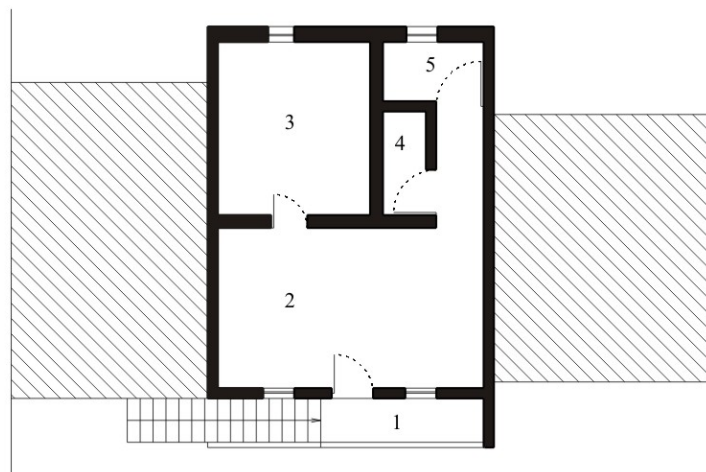
uma pequena varanda que funciona como átrio para a entrada na casa. Daqui acede-se à sala, o espaço menos privado da casa. O quarto, a cozinha e a casa de banho situam-se imediatamente anexos à sala, não existindo espaços de transição, como *halls* ou corredores. As paredes são brancas, mas ele gostaria de pintá-las de verde água, uma cor muito utilizada nos espaços comuns em Cabo Verde. Todas as decisões relativas a modificações ou melhoramentos de habitabilidade da casa têm ficado pendentes por estar sempre à espera de decisões da câmara relativamente ao destino do bairro 6 de Maio. Assim, Flor di Mundo vai arrastando no tempo a sua forma de habitar este espaço.

A estrutura física da casa e os objetos de uso quotidiano definem o seu lar. Aqui, os elementos de uso doméstico que mais se evidenciam são o sofá, que marca a sala, e a mesa com um pequeno rádio, rodeada de cadeiras, que procura mostrar que este espaço é uma zona de convívio. Nos detalhes decorativos não têm lugar símbolos religiosos, ao contrário do que sucede em muitas outras casas visitadas. Existem algumas fotografias de parentes e amigos, mas colocadas no espaço de forma bastante discreta. Salienta-se a organização estritamente funcional da casa, onde não há lugar para recordações da passagem por outros países ou das experiências migratórias.

O que realmente mais se destaca em toda a casa é a fotografia de Flor di Mundo enquanto militar durante a guerra colonial, que, provavelmente, terá sido um dos poucos objetos a acompanhá-lo nas diversas mudanças de casa. Com o começo da guerra em Angola, no ano de 1961, múltiplos jovens cabo-verdianos foram recrutados para o serviço militar obrigatório e assim levados a combater nesta guerra que opunha a metrópole aos movimentos independentistas das suas ex-colónias. A fotografia de Flor di Mundo mostra o orgulho de ter cumprido um “dever” militar, mas também pode mostrar um desejo de pertença a um Portugal que ele vê na dualidade mãe/ madrastra simbólica:

“Antes da independência, Portugal era mãe de Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, essa coisa toda [...]. Porque Portugal e Angola, Angola se teve a independência, Portugal teve que ser a madrastra de Angola. Então para me safar tinha que deixar a minha mãe e procurar a madrastra.”³⁰

³⁰ Senhor Florzinho, em entrevista a 23 de novembro de 2011.



LEGENDA:

- 1 - Varanda
- 2 - Sala
- 3 - Quarto
- 4 - Cozinha
- 5 - W.C.

Imagem 7: Planta da casa do senhor Florzinho.

Ao contrário dos núcleos domésticos onde há presenças femininas e a habitação apresenta muitos elementos decorativos, sejam eles de caráter religioso ou simbólico, ou de propósito estritamente ornamental, como flores naturais ou de plástico e naperons, o despojamento da habitação do senhor Florzinho parece mostrar a vivência num mundo transitório que não se coaduna com a sua afirmação de que aquela é que é a sua casa, apesar das múltiplas vivências em outros lugares aquando das suas jornadas migratórias. Pode ser reflexo da condição masculina de Florzinho, a casa de um homem só, neste momento transitório da sua vida. Ao mesmo tempo, Flor di Mundo possui uma casa na cidade da Praia, que foi construindo ao longo de anos durante as temporadas que passou em Cabo Verde, e que mostra um desejo de regresso.

Neste espaço doméstico no bairro 6 de Maio, tivemos várias conversas que se transformaram numa “viagem” ao seu passado e às suas trajetórias residenciais, e que evidenciaram as teias de relações que se estabelecem entre os espaços e tempos vividos e as várias etapas da vida, nas quais família, casa e formas de sustento estão sempre interligadas.

O casamento do senhor Florzinho

Quando chegou a Portugal, em 1974, o senhor Florzinho foi viver para a casa onde o seu pai morava com a sua esposa (madrasta de Florzinho). Era uma pequena casa de madeira, só com um quarto, no então pouco povoado bairro Estrela d'África. Anteriormente, o seu pai já tinha vivido na rua das Fontainhas, no extinto bairro das Fontainhas, mas resolveu construir a sua casa aqui por o local se mostrar mais tranquilo. Os terrenos onde se situa o bairro Estrela d'África foram os últimos da zona a ser ocupados.

“O meu pai emigrou para São Tomé. E eu fiquei em Cabo Verde com a minha mãe até ter a idade da tropa. A partir da idade da tropa, então, houve as emigrações e eu emigrei também. Dali tive a separação da minha mãe, e fui-me juntar ao meu pai de uma forma mais efetiva porque ele estava aqui. Mas essas duas pessoas para mim é... são as melhores do mundo. [...] Mas eu fui mais criado com a minha mãe, até aos vinte anos, do que fui com ele. [...] Sim, o meu pai, [...] aconselhava-me sempre. Foi muito meu amigo. E ele não queria que eu casasse. Casar, casei. Mas ele dizia-me sempre: ‘Eu não te disse? Não aconselhei-te?’ Muitas vezes. Por isso... Ele faleceu mas é um homem que eu nunca esqueço.”³¹

Pouco antes de regressar a Portugal, depois da ida a Cabo Verde para entregar a farda militar, casou com Laura³² na cidade da Praia, ilha de Santiago. Laura já estava grávida do primeiro filho e a emigração para Portugal era um projeto do casal. Flor di Mundo conheceu a sua futura esposa quando esta ia buscar água perto da sua casa, em Ribeira de Prata. De acordo com as narrativas locais, a liberdade dada às adolescentes para ir buscar água era o espaço concedido para a interação com rapazes e início de namoro. Laura e Florzinho namoraram durante dez anos antes de decidirem partilhar uma vida em comum e casarem³³.

“Quando eu namorei com ela, ela de certo teria catorze anos. Sim, e eu tinha os meus dezassete, tá a ver? Depois, casámos. Quando eu fui para a tropa, saí da tropa, eu casei, com ela. Eu resolvi emigrar-me, emigrei-me... mandei buscá-la. Na altura ela não trabalhava, que

³¹ Entrevista ao senhor Florzinho a 8 de junho de 2012.

³² Utilizo nome fictício para proteger a privacidade.

³³ “Entre os pobres, o casamento pode nunca vir a ser formalizado e é muito comum encontrar mulheres com mais do que um ‘pai d’fidju’, sem no entanto terem um casamento formal pela igreja ou pelo civil. Esta tem sido uma prática constante na história de Cabo Verde. Apesar das práticas sexuais e da aceitação geral da união de facto, os ideais católicos de monogamia continuam a ser cruciais na organização e estruturação de argumentos morais em situações de disputa marital. No entanto, a família nuclear patriarcal católica, composta por um matrimónio permanente, baseado na fidelidade de ambos, homens e mulheres, de forma a assegurar a reprodução das crianças, descendência e herança, não passa de um castelo de areia com um passado questionável e um futuro incerto.” (Rodrigues, 2007: 177)

não havia... as mulheres praticamente nessa altura quase que não trabalhavam, só os homens. E já tínhamos um filho. Nosso primeiro filho, já tínhamos.”³⁴

Com uma tipologia similar aos modelos anteriormente descritos, a casa inicial que o senhor Florzinho construiu para si, sua esposa e seu filho tinha uma sala, uma cozinha e um quarto. A casa de banho era exterior. Flor di Mundo começou a erguer essa barraca de madeira nos terrenos adjacentes à casa do seu pai, entre 1977 e 1978. Ao escolher esta zona para viver por ser mais tranquila, a sua habitação veio a localizar-se junto da casa do pai, com quem estabeleceu ligações mais fortes depois da chegada a Portugal, visto este ter emigrado muito cedo de Cabo Verde, rumo a São Tomé³⁵.

“Este bairro foi construído com bobines de cabos de alta tensão. Ali em baixo, onde é a rua das Fontainhas, está lá o estaleiro da Edifer, era uma fábrica de cabos de alta tensão, uma fábrica onde faziam os cabos de eletricidade, só cabos grossos. Então, quando eles tiravam esses cabos grossos, então aqueles bobines iam para lá e a gente ia-lhes pedir. Desmontávamos aquilo à picaretada e fazíamos a barraca em madeira. Para sobreviver. Para podermos viver.”³⁶

Com a ajuda de seu pai, e através de processos de autoconstrução – como na generalidade das casas destes bairros – Flor di Mundo cumpre o que Couto afirma serem as condições normais na ilha de Santiago que permitem ao pai dispor de um terreno para a construção de casa e oferta de meios para a edificação desta aos filhos homens (Couto, 2010: 108). O nascimento de netos afirma a independência entre pai e filho, bem como a independência do novo núcleo familiar e a criação de uma “unidade de produção e de consumo autónoma” (Couto, 2010: 109), um novo núcleo doméstico. Tal como afirma Couto:

“A casa surge assim, neste contexto, como um elemento que ultrapassa a sua natureza funcional, pois ela é condição das mudanças de estruturação das relações de sociedade entre os diferentes agregados familiares. O pai ajuda o filho a ‘levantar parede’, distribui recursos que propiciam mais autonomia ao filho, enfraquecendo a sua própria unidade de produção em recursos autonomizadores, mas libertando o fardo da sustentação do novo casal e respetiva prole.” (Couto, 2010: 110)

Lentamente, Flor di Mundo foi arranando materiais de construção com o objetivo de transformar a sua efêmera casa de madeira numa habitação com melhores condições e mais duradoura. Entre 1981 e 1982, consegue transformar a sua casa de madeira em casa de alvenaria de tijolo. Não foram tempos fáceis. Foram tempos marcados por uma luta entre

³⁴ Entrevista ao senhor Florzinho a 8 de junho de 2012.

³⁵ Entrevista ao senhor Florzinho a 8 de junho de 2012.

³⁶ Entrevista ao Senhor Florzinho a 8 de junho de 2012.

os moradores destes bairros, a quererem estabilizar a sua situação com a edificação de casas para morar no local, e as autoridades, a destruírem o que fora construído:

“Os africanos viveram nessa situação. Então, quando houve o 25 de Abril, passado uns tempos, começámos a ter um pouquinho de liberdade, houve alguns que compravam uns tijolos... Começámos em fazer a barraca em tijolo, já tínhamos um bocadinho de poder... Mais ventos, não é como agora. O tempo está totalmente mudado. Vinham os agentes da polícia, da GNR, derrubavam-nos a barracada com tijolo todo feito... Vinham de manhã, pumba, destruíam. Com as famílias lá dentro. Meteram o telhado de noite, meteram algumas coisinhas, uma caminha para desenrascar, mas eles vinham e abusavam.”³⁷

Atos de resistência e teimosia fizeram com que estes bairros conseguissem vingar ainda durante algumas décadas. A generalidade das habitações que se encontram no 6 de Maio, e que vão formar o bairro em si, segue um esquema de construção faseada no tempo que obedece, segundo os relatos de Flor di Mundo, na maior parte dos casos, à seguinte sequência:

Primeira fase: Ocupação informal do lote de terreno.

Segunda fase: Construção da casa com madeira proveniente das bobinas de cabos de alta tensão oriundas de uma empresa da vizinhança onde muitos moradores trabalhavam. Estes rolos de madeira eram desmanchados à picareta com autorização da empresa para serem utilizados na construção das barracas.

Terceira fase: Corresponde à construção da habitação em alvenaria de tijolo, no interior da construção efémera de madeira, para que as autoridades policiais não se apercebessem. Por isso, esta tarefa era realizada durante a noite, tal como a edificação da barraca de madeira. É importante referir que os materiais utilizados na construção mais definitiva eram armazenados lentamente, comprados a pouco e pouco ou oferecidos, demorando algum tempo até se conseguir arranjar todo o material necessário. Só nesse momento é que se levava a cabo a execução total da obra.

Quarta fase: Refere-se à construção de pisos superiores ou à construção de espaços anexos ao que vou denominar de casa-mãe, obras nas quais se utiliza regularmente materiais excedentários em empresas de construção ou encontrados na rua, como chapa zincada, madeiras e lonas. Algumas vezes estas obras seguem processos

³⁷ Senhor Florzinho, em entrevista a 23 de novembro de 2011.

parecidos com os descritos na terceira fase de construção da habitação, outras vezes permanecem inacabadas.

Quinta fase: Corresponde aos acabamentos que normalmente são toscos ao nível de fachadas exteriores, ficando o acabamento em reboco à vista. Raramente as casas são caiadas ou pintadas. Também as coberturas são maioritariamente em laje de betão sem pendente, com materiais impermeabilizantes de fraca qualidade ou inexistentes; alternativamente, consistem em telhados de chapa de zinco.

A construção faseada das habitações, consoante a disponibilidade económica, é uma constante nesta realidade. Os modelos habitacionais consideram sempre a possibilidade de ampliação, tanto horizontalmente como verticalmente. Tal como já foi referido, aparecem-nos um modo de fazer apoiado no saber provindo do arquipélago, principalmente das zonas rurais do interior da ilha de Santiago, de onde vem a maior parte dos moradores do bairro. Este modo de fazer não difere muito de ilha para ilha, na medida em que encontramos em todas elas formas permanentes, apresentando apenas algumas diferenças.

Os laços de parentesco, a casa e o habitar

Por existir uma relação dinâmica entre a casa, o habitar, os laços de parentesco e as formas de sustento, torna-se importante fazer uma breve consideração sobre a plasticidade e volatilidade das relações conjugais entre cabo-verdianos. Em contraponto à liberdade dada aos rapazes, às raparigas são atribuídos trabalhos domésticos e outras responsabilidades que as prendem à casa. O nascimento do primeiro filho acaba por ser uma afirmação de masculinidade ou de feminilidade, numa altura em que os progenitores ainda dependem financeiramente dos respetivos pais (Rodrigues, 2007: 140). Consequentemente, quando chega a altura de um casamento ou de uma união de facto, os papéis de género já estão bem definidos: “O homem é ‘solto’ e ‘cabeça de família’ e a mulher é de ‘casa’” (Couto, 2010: 141). Ao mesmo tempo, é usual que o homem tenha relações afetivas com mais de uma mulher ao mesmo tempo, e consequentemente tenha filhos dessas ligações. Para a construção da masculinidade normativa, importa que o homem mantenha distância relativamente à vida doméstica (Lobo, 2010: 122). Embora contribua, no caso de casamentos ou uniões de facto, para o sustento da casa, “o espaço social dos homens não coincide com o espaço social diário das mulheres” (Rodrigues, 2007: 140).

O senhor Florzinho viveu na casa que construiu para a sua primeira família até à separação definitiva com Laura. Num casamento com algumas controvérsias familiares e desentendimentos, a gota de água para a separação e o consequente divórcio veio a acontecer, na perspetiva de Flor di Mundo, por motivos relacionados com “lutas” entre papéis de género conflitantes no seio do casal.

“Ela queria que eu fosse [com ela] para a França. Eu disse: não vou! Não vou pra França viver! Eu já ouvi a história da França. Eu vou pra lá pra viver à custa... ao pé das tuas famílias e não tenho emprego nenhum. Eu tenho o meu emprego certo, que eu trabalhava nos transportes públicos, na Carris. Tinha um emprego certo, não vou abandonar os nossos trabalhos pra viver pra lá, pra viver à custa dos teus familiares. ‘Então eu vou-te... eu mando-te buscar.’ Não vais, podes, não é preciso mandar-me buscar que eu não vou. Assim passas a ser o meu marido e eu a tua esposa. Ela com esta teima foi na mesma. Quando ela foi, eu não gostei: desisti!”³⁸

As ambições de Laura destabilizaram ao “ideal de patriarcado”³⁹ no qual o senhor Florzinho tinha sido educado. De acordo com González (2007: 110), na população originária da ilha de Santiago é normal os homens emigrarem primeiro. Ao contrário de outras ilhas, como a Boavista, onde é usual as mulheres emigrarem primeiro, em Santiago este tipo de situação é mal visto, dando azo a muitas quezílias familiares. Por pôr em causa a sua estabilidade a nível de emprego e a sua masculinidade (de acordo com os critérios definidos para a ilha de Santiago acima descritos), a decisão de emigrar da mulher do senhor Florzinho levou-o a desistir de vez deste casamento. Tal como acontece no resto do bairro, quando há separações os homens saem de casa, deixando-a para as mulheres e os filhos:

“A plasticidade da família nuclear cabo-verdiana não é um fenómeno de conjuntura nem mesmo a expressão de uma regra ou preferência cultural, mas o efeito das condições económicas que levam um homem a não poder manter o estatuto de chefe de família, seja por indigência, ou pelo facto de já possuir outra mulher e prole, ou pela ausência enquanto emigrante, ou outro fator, como o desemprego crónico. A família matrifocal resultante daquela plasticidade consiste na mulher e os seus filhos e por vezes os filhos das filhas, sem marido co-residente ou outro qualquer adulto.” (Couto, 2010: 120)

O senhor João⁴⁰, oriundo da ilha do Fogo, esteve casado com uma portuguesa e viveu muitos anos no bairro 6 de Maio. Quando conheceu Carla⁴¹ – oriunda da ilha Brava, e que se deslocou

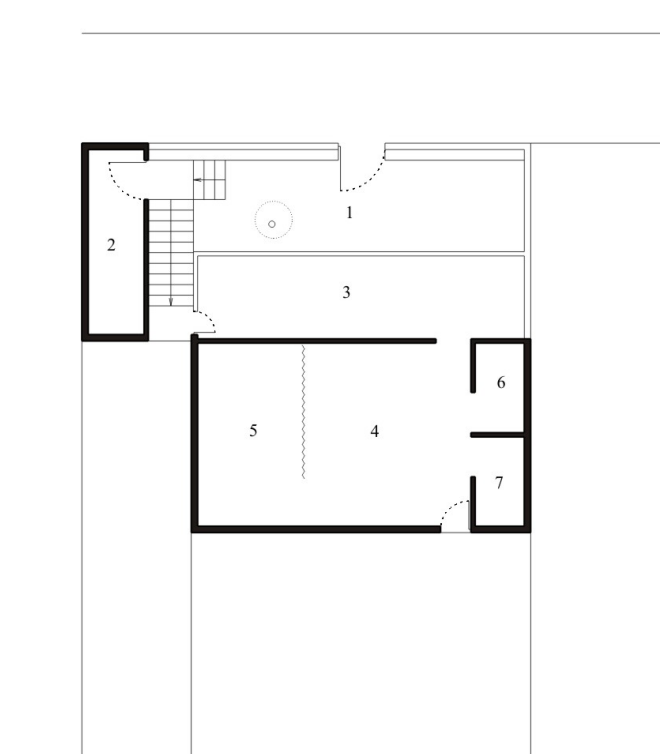
³⁸ Entrevista ao senhor Florzinho a 8 de junho de 2012.

³⁹ Sobre este assunto, ver Rodrigues (2007).

⁴⁰ Utilizo nome fictício para proteger a privacidade.

⁴¹ Utilizo nome fictício para proteger a privacidade.

para Portugal por causa da doença da filha⁴² – resolveu separar-se da sua anterior companheira e juntar-se a ela. Para isso, começou a construir a habitação para o casal num terraço desocupado, a não mais de cinquenta metros da primeira casa. Esta nova casa foi construída com uma tela têxtil vulgarmente utilizada para publicidade, que tem como estrutura pilares e vigas de madeira. Antes de se chegar ao piso da casa, através de umas precárias escadas de madeira, encontra-se um pequeno curral para coelhos e galinhas, que servem para consumo próprio ou para venda. A casa em si tem uma área considerável. Entra-se por uma varanda coberta, que dá acesso a uma sala, que vai distribuir para o pequeno espaço de um quarto, a pequena cozinha e a casa de banho. A nível dos materiais de construção utilizados, não é uma construção vulgar. Já a distribuição do espaço é similar às outras encontradas, mas desproporcionada a nível de escala.



LEGENDA:

- 1-Quintal
- 2-Animais
- 3-Varanda coberta
- 4-Sala
- 5-Quarto
- 6-W.C.
- 7-Cozinha

Imagem 8: Planta da casa do senhor João.

⁴² É importante mencionar que as juntas médicas são um mecanismo bastante utilizado para a efetivação de imigração.

A formação de novos núcleos domésticos corresponde, deste modo, à sequência de relações amorosas estáveis na vida destes homens, o que vai implicar o abandono do lar onde coabitavam com mulher e filhos para a criação de um novo núcleo familiar, correspondente à construção de uma nova casa ou, num período mais recente, à ocupação de uma casa já construída. Num panorama ideal, os homens são os provedores/construtores da casa, enquanto as mulheres têm a responsabilidade de cuidar e educar os filhos.

Tal como afirma Emmanuel Levinas, a mulher é aqui “a condição do recolhimento, da interioridade da casa e da habitação” (Levinas, 2008: 148) e do cuidar da família – uma presença mais fixa no espaço da casa – ao contrário da posição do homem, que envolve uma relação direta com o mundo exterior e uma maior mobilidade. No bairro 6 de Maio quem se vê na rua são os homens. As mulheres podem ser observadas em trânsito: nos percursos para o trabalho, para fazerem compras ou a irem buscar os seus filhos à escola. Nunca em posições de “estar” na rua, mas sim em movimentos pendulares diurnos sempre relacionados com o trabalho assalariado ou com atividades ligadas à esfera doméstica, como o cozinhar e o cuidar dos filhos. Ao contrário da mobilidade masculina, a presença feminina é quase uma ausência no espaço comum do bairro durante o dia, a não ser ao fim-de-semana, quando as mulheres assam linguiça na rua ou fazem tranças nos cabelos de amigas, e também em festividades. Ser mulher envolve uma permanência na casa:

“Elas têm filhos muito cedo, eles fazem filhos aqui, ali, às vezes até fico confusa. Eles são pais de três e quatro meninas no bairro, e elas todas vão trabalhar, geralmente nos turnos das seis da manhã até às nove, para poderem levar os meninos à escola, e depois das cinco às oito. Isto faz com que, quando chegam aos dez, onze anos, os meninos fiquem muito desacompanhados e depois o problema repete-se. Começam a faltar às aulas, porque elas saem às cinco da manhã, vão levar os meninos à escola primária, mas quando o miúdo tem onze anos, leva-o à escola, o miúdo pira-se, e quando ela vem às cinco o miúdo entra em casa, mas ela sai às cinco e meia para o turno da noite, pensando que o miúdo está em casa, mas o miúdo foi fazer outras coisas que não devia, não vai estudar, e depois é um círculo vicioso.”⁴³

A casa que o senhor Flor construiu com as suas próprias mãos e que deixou após a separação retomou o seu processo com a construção do primeiro piso, por iniciativa do seu filho mais velho, para este ter moradia própria. Tomás⁴⁴ construiu esta casa entre 1995 e 1996. Apesar de ser funcionário público, ter outras condições monetárias e outras regalias sociais, não abdicou da proximidade da sua família e da sua comunidade. Este conjunto

⁴³ Técnica do Departamento de Habitação da CMA, entrevistada em abril de 2012.

⁴⁴ Utilizo nome fictício para proteger a privacidade.

habitacional – a primeira casa do senhor Florzinho com a sua ex-esposa, a casa do seu pai (que anteriormente tinha vivido na rua das Fontainhas, no bairro do mesmo nome) e a casa de seu filho – torna-se numa metáfora da importância da família e da descendência para os cabo-verdianos. Este todo habitacional, nas suas diferentes gerações, parece mostrar continuidades, em contexto migratório, com as regras de residência presentes na sociedade camponesa da ilha de Santiago (Couto, 2010: 108):

“Em condições normais, o pai ajuda o filho ainda solteiro a levantar parede para a construção num assento que lhe dá ao lado da sua própria casa. A casa ficará na maior parte dos casos inacabada (em pardieiro) até ao momento em que, já tendo escolhido uma noiva, o filho marca a data do seu casamento. Nessa altura a casa é coberta, rebocada, leva as portas e as janelas.”
(Segurado, 1983: 22)

Numa pequena célula de terreno habitaram três gerações da mesma família, em espaços-casa diferentes mas exatamente no mesmo lote de terreno. O que não significa a coexistência temporal, pois o pai do senhor Flor mudou-se, na década de oitenta, para o Alto da Cova da Moura, um bairro vizinho. Para o pai do senhor Flor⁴⁵, a zona onde criou a primeira habitação começou a tornar-se extremamente povoada, o que não lhe agradava, e por isso resolveu ir morar para outro local, mas com características socioespaciais com algumas semelhanças, como é o bairro da Cova da Moura, onde para além da proximidade física do lugar de onde saiu permaneciam os laços familiares, e também os laços comunitários entre cabo-verdianos.

Percebe-se que estes são os fatores principais para a escolha da casa própria se situar num bairro clandestino, o que pode parecer uma grande contradição. Não o será porque esta localização fornece um cruzamento de sociabilidades que constituem estes núcleos enquanto zonas de conforto, já que podem ser vistas como um “porto seguro” e um “ponto de encontro”, um local onde as raízes familiares, sociais e culturais são o vector de maior importância. Não é por acaso que o bairro 6 de Maio é mais lugar de convívio que os bairros de realojamento, e que é mais fácil observar as deslocações de pessoas realojadas em núcleos de habitação social ao 6 de Maio do que o contrário. Neste sentido, ganha força o argumento de que o bairro funciona como polo de expressão identitária igualmente para a população já realojada em bairros de habitação social, bem como um importante ponto de

⁴⁵ O pai do senhor Flor foi capataz em zonas de cultivo em São Tomé e não voltou a Cabo Verde, tendo seguido depois para Lisboa. Flor di Mundo esteve muitos anos sem o ver, reencontrando-o em Lisboa já adulto. Antes de ir para São Tomé, o pai tinha trabalhado na agricultura, na carpintaria e na construção civil, ofício que retomou depois da chegada a Lisboa.

encontro para a comunidade cabo-verdiana. São exemplos importantes a considerar as visitas regulares da irmã de Florzinho, que vive no Casal da Boba, ao 6 de Maio, bem como a estadia de uma sua tia que vive no interior da ilha de Santiago e que veio a Portugal para uma peregrinação a Fátima.

A casa e os percursos migratórios

O bairro 6 di Maio apresenta características próprias de acolhimento aos imigrantes. É um lugar onde se registam diferentes dinâmicas relativamente à habitação. Em muitos casos trata-se de um lugar de primeira recepção de recém-chegados de Cabo Verde à Europa, servindo de “placa giratória” (Góis, 2006: 195), mas aquilo a que pretendo dar ênfase neste ponto é o bairro enquanto polo perene na vida das pessoas que o habitam. Mesmo com mobilidades associadas à migração ou à efetivação de relacionamentos amorosos, este lugar funciona como o “lugar de nascimento”, onde há sempre um retorno ou perspectivas de retorno, argumento validado pela manutenção das habitações mesmo quando já se estabeleceu a vida noutros lugares do país ou da Europa. Por outro lado, as decisões relativas à morada (lugar de habitar), tendo em conta a “sequência” de grupos domésticos em que os homens se integram ao longo da vida e os lugares onde vão habitando, polarizam-se em torno do bairro.

Entre a casa que construiu e a casa onde habita atualmente – ainda enquanto trabalhador na Carris e posteriormente enquanto operário da construção civil –, e antes de começar a morar nesta casa, Flor di Mundo viveu com Luísa⁴⁶ até esta falecer em 2000, numa casa alugada a um português, no bairro Estrela d’África. Esta casa destaca-se das demais por ter um quintal de tamanho considerável e algumas árvores. Nessa altura, começou também o período migratório de Florzinho.

Em 1995, Flor di Mundo negociou a saída da Carris através de uma reforma antecipada. Daí para cá emigrou periodicamente para outros destinos de Portugal e Europa, onde trabalhou na construção civil enquanto armador de ferro em várias firmas. A migração permitiu-lhe conhecer outras realidades, fazer novas amizades e estabelecer outras relações afetivas. Abriu um novo período da sua vida, marcado por vários fluxos migratórios que o levaram a habitar noutros lugares em Portugal e na Europa. Mas entende sempre a sua casa como sendo a do 6 de Maio e vê-se também pertencendo sempre a esta comunidade, apesar da mobilidade migratória

⁴⁶ Utilizo nome fictício para proteger a privacidade.

que marca a sua vida. Em 1996 foi para Rybnik, na Polónia, onde esteve aproximadamente três meses a trabalhar em várias obras de construção civil, como uma estrada, um centro comercial e um parque de estacionamento. Em Rybnik vivia numa casa paga pela firma onde trabalhava, que partilhava com os seus colegas de trabalho. Entretanto viajou em passeio a Frankfurt e Berlim. Durante este período emprestou a sua casa (no bairro 6 de Maio) a uma pessoa que pensava ser sua amiga e quando voltou encontra-a transformada num polo de narcotráfico. Sentiu-se traído e teve de fazer queixa à polícia para resolver a situação. Foi um enredo que todo o bairro conhece e que levantou alguma polémica. Para defender a sua posição enquanto “proprietário” da habitação, fez queixa à polícia, quebrando uma das regras de conduta do 6 de Maio – não trazer polícia ao bairro. A partir deste momento gerou-se alguma desconfiança em torno dele. Ele queixa-se de ser ter sido tratado como “chibo” e “pide”, coisa que diz que não o afectou, mas que se sente na sua vivência de bairro, ao não querer entrar nas “entranhas” do bairro, ou ao não estar totalmente à vontade quando anda nelas. Por outro lado, o valor da “masculinidade” que demonstrou por ter enfrentado, até fisicamente, o indivíduo em causa, é tido em elevada conta. Várias pessoas me contaram este episódio. Todas elas nutriam uma grande admiração pelo senhor Florzinho. A sua luta é uma das histórias que faz parte da memória do bairro. Talvez seja por este facto que Flor di Mundo é tão acolhedor com as pessoas que vêm de fora do bairro para o conhecer. Mas houve também muita gente que me disse que não quer ver senhor Florzinho irritado.

Depois de umas férias em Cabo Verde, Flor di Mundo voltou para o bairro e não encontrou trabalho. Desta forma, em 1997 decidiu ir para Albufeira, no Algarve, onde trabalhou até 2000. Aqui viveu num quarto alugado com a namorada e continuou a trabalhar na construção civil. A maioria das obras onde trabalhou, durante este primeiro período no Algarve, foram moradias e hotéis. Voltou a migrar para o Algarve entre 2002 e 2003, mas para trabalhos entre Sagres, Silves e Lagos. Nesta altura viveu em pensões pagas pela firma onde trabalhava. Estes fluxos migratórios pendulares são determinados pela falta de trabalho nas proximidades do seu lar – a sua casa e o seu bairro. Tal como afirma Flor di Mundo, a sua casa é aqui, aqui é onde habita. Durante as suas ausências em trabalho mantinha sempre contato, nem que fosse pelo telefone, e deslocava-se ao bairro sempre que podia.

O bairro 6 de Maio é o local onde Flor di Mundo habita⁴⁷, onde se localiza a sua casa, o seu lar. O bairro é o núcleo “doméstico” de onde parte quando migra e para onde regressa.

⁴⁷ Considera-se o bairro Estrela d’África, também por ser de construção posterior, como sendo uma extensão do 6 de Maio. O bairro 6 de Maio é um bairro “amputado”, visto que as suas relações intensas como o bairro das Fontainhas foram extintas com a demolição deste último. As principais relações que mantém hoje são com o Estrela d’África (bairro também parcialmente demolido), embora neste a população seja maioritariamente de origem guineense. Esta franja urbana que marcava o início territorial do concelho da Amadora, uma “cidade” charneira entre Lisboa e Amadora é por mim considerada enquanto um todo. Embora os habitantes nutram alguma consideração pelo bairro de Santa Filomena (extinto em 2012) e pelos bairros de realojamento do Casal da Boba e do Casal da Mira (os principais bairros onde foram realojados os moradores das Fontainhas), não verifiquei uma grande proximidade ao bairro do Alto da Cova da Moura, por motivos que ainda não consigo explicar.

Dentro do seu intenso percurso migratório em vários locais de Portugal e da Europa, afirma que o seu lar é a sua casa no 6 de Maio. O que se verifica é a ocorrência de uma série de períodos migratórios nos quais a atividade laboral é intensa e condensada no tempo (ou espaço/tempo), onde o objetivo é trabalhar o máximo para obter o máximo de dinheiro para sustentar períodos de pausa associados ao estar no local onde se habita, ao seu quotidiano, ao estar no bairro e aproveitar todas as suas dinâmicas de socialização e lazer. Mesmo as trajetórias residenciais do senhor Florzinho polarizam-se em redor deste bairro, este núcleo de pertença que conheceu logo após a chegada a Portugal.

O caso de Carlos⁴⁸, embora este pertença a uma geração diferente (tem por volta de trinta anos), tem características relevantes e similares. Ainda que seja calceteiro de profissão, Carlos escolheu trabalhar noutro ramo durante períodos migratórios intensos. Passa temporadas de trabalho em longas jornadas diárias (durante as quais chega a trabalhar doze a catorze horas por dia) em empresas de congelação em Inglaterra, durante dois ou três anos, voltando depois para o bairro para levar uma vida mais tranquila, mais próxima da família e dos amigos. Durante a sua última estadia em Portugal, no momento em que o conheci, em novembro de 2011, tinha montado um pequeno bar – a Casa do Benfica do 6 de Maio⁴⁹. Transformou com as suas mãos o local onde o pai tinha antes trabalhado com ferragens, tendo o espaço sido pensado com algum cuidado: todos os azulejos que revestem as paredes do pequeno bar deveriam ter fotografias de jogadores do Benfica, o resto das paredes que o envolvem estão preenchidas, de cima a baixo, com cachecóis e outros símbolos relacionados com o clube. Este é um café frequentado por gerações mais novas e tem equipamentos que não existem noutros espaços similares, como um grande plasma para ver jogos de futebol e aparelhagens para música. No entanto, as formas de sociabilidade e de trocas em volta do grogue são as mesmas; os temas das conversas sim, esses são diferentes. Mas não deixa de ser um espaço associado à masculinidade e ao seu culto. Carlos não habita no bairro desde que um incêndio destruiu a habitação da sua família. Foram realojados noutro local, mas é no 6 de Maio que ele passa os seus dias e onde tem as suas principais redes de sociabilidade.

Apesar de os percursos migratórios terem sido intensos e embora a sua casa tenha passado a situar-se num bairro de realojamento, verifica-se uma ligação quase umbilical de Carlos

⁴⁸ Utilizo nome fictício para proteger a privacidade.

⁴⁹ A Casa do Benfica de Carlos foi demolida em julho/agosto de 2012, supostamente ao abrigo do programa PER.

ao 6 de Maio, o bairro onde “realmente vive” – uma ligação semelhante à que sente relativamente ao concelho do Tarrafal, na ilha de Santiago, onde nasceu. É no bairro que se verificam as suas principais sociabilidades – que, como para os homens em geral, parecem ter uma importância maior do que a das que ocorrem no espaço da casa.

“As relações que temos nos lugares, em vez de serem apenas concebidas enquanto representativas e cognitivas, são incorporadas no que fazemos no espaço, em como coordenamos os movimentos e organizamos rotas, em como as sentimos, no que focamos e no que ignoramos. [...] O espaço é produzido pelos seus habitantes através do hábito, através do constante engajamento com o mundo que se revela em rotinas familiares, que constrói um mapa espacial através da ação das mobilidades do dia a dia. [...] Enquanto prática imersa, a acumulação de eventos repetitivos torna-se sedimentada no corpo para condensar um irrefletido sentido de estar [ser] no lugar.” (Edensor, 2002: 56)

Como já referi, a percepção do “doméstico” parece ultrapassar as fronteiras físicas da casa, talvez sobretudo para os homens. A vivência do quotidiano doméstico ultrapassa a barreira da célula habitacional. O bairro 6 de Maio aparece assim “não só como unidade territorial urbana mas também como quadro social denso e multifacetado e, ainda, como categoria simbólica de referência social identitária” (Costa, 1998: 590). Isto leva-nos a questionar se a âncora identitária mais valorizada pelos habitantes será a casa, ou se será o bairro propriamente dito, com as suas dinâmicas próprias.

Capítulo III

O bairro enquanto casa

A vivência no espaço doméstico para o senhor Florzinho e para os homens da sua geração tem muito menos importância do que o “estar fora de casa”, do que o viver a rua. O “espaço comum” do bairro e as suas redondezas são o território principal do quotidiano destes homens reformados ou sem atividade, por onde vão vagueando à procura de momentos de sociabilização. Para a construção de modos de vida, e para além das condições da sua própria existência, são vetores essenciais as relações que os sujeitos estabelecem entre si, as redes que se criam entre eles e os espaços de atividade com que se identificam. As pessoas “não são apenas suportes de estruturas mas atores práticos e reflexivos, capazes de opções variadas e comportamentos diversos” (Costa, 2008: 282). Nas ocasiões de sociabilização no 6 de Maio, o sujeito obedece às práticas quotidianas de viver neste bairro, as quais envolvem opções pessoais de modos de estar:

“Tais práticas e opções não deixam, no entanto, de estar enquadradas por campos de possíveis e condicionadas por capacidades diferenciadas de intervenção de cada um sobre a sua própria situação social, presente e futura. Os modos de vida tendem, assim, a assumir eles próprios configurações mais ou menos padronizadas [...]” (Costa, 2008: 282)

Ao mesmo tempo, é no contexto local do 6 de Maio e no decorrer das experiências e aprendizagens aqui efetuadas que o perfil de comportamento do sujeito e as formas de estar que ele incorpora na interação social – de forma mais ou menos espontânea – permitem que ele se integre no bairro (Costa, 2008: 109)

Sociabilidades masculinas no bairro: o homem exterior à casa

Acompanhei regularmente o senhor Florzinho nas suas trajetórias quotidianas, durante as quais me mostrava a zona ao mesmo tempo que ia tratando dos seus assuntos pessoais, que incluíam desde o acompanhamento e resolução de situações complicadas de famílias amigas – a cujos detalhes não tive acesso – a deslocações aos postos de correio ou à Junta

de Freguesia da Venda Nova. De todas as trajetórias, a que mais me chamou a atenção, por ser a mais frequente, foi a “visita” regular a cafês e pequenos bares. Para os homens do bairro, estes são espaços de sociabilidade de eleição. Os pequenos bares e cafês que se inserem no bairro e os que existem nas redondezas, nos arruamentos limítrofes, “alimentam” as sociabilidades masculinas desta geração. Cada um destes cafês tem características próprias, um público próprio e uma hora do dia própria para se ir. O pequeno Café do Português, situado numa esquina em frente ao aglomerado do bairro, com três mesas apenas e um grande balcão, decorado com símbolos dos três principais clubes de futebol portugueses, está cheio durante as manhãs. Ir ao café é um pretexto para beber grogue, que se torna a “música de fundo” e o “alimento” das mais variadas conversas.

Para além de encontrar amigos, ver televisão e ler os títulos dos jornais diários, “mata-se” o tempo: fala-se de futebol, de festas passadas e daquelas que hão de vir, de boatos de bairro, da família emigrada, de Cabo Verde, ou joga-se às cartas ou ao ouril. Ir a estes bares faz parte do dia-a-dia destes homens e é uma ação indispensável para a marcação das suas masculinidades, tal como Vale de Almeida (1996) verificou numa aldeia do Alentejo:

“Para um homem o café é não só aceitável como de certa forma obrigatório. É a ‘casa dos homens’ – e a metáfora melanésica não é só analogia, no sentido em que a domesticidade e a solidão são mal vistas, como sintomas de anti-sociabilidade e de virilidade diminuída. Não basta estar com os outros homens. O que se faz com eles – beber, fumar, partilhar, conversar, competir, brincar e discutir – são atividades coercivas. E não são feitas com qualquer homem, mas sim com iguais sociais [...]. É a isto que se assemelha a comensalidade do café. Ela exprime ainda um ideal político que é o da igualdade fundamental dos homens: como comunidade, como grupo social (os trabalhadores), e como género. Isto é: a masculinidade (como princípio simbólico) é mobilizada para a definição de um género sexual (os homens). O que ajuda a perceber como o género é um princípio identitário tão construído e mutável como os que subjazem à ‘comunidade’ ou ‘grupo social’.” (Almeida, 1996: 11)

Os cafês são territórios essencialmente masculinos e o gesto, o corpo, a linguagem e mesmo o tom de voz são ferramentas de “palco” utilizadas de uma forma exagerada nestes lugares de *performances* sociais, que apresentam múltiplas funções nas dinâmicas das sociabilidades de bairro. Todos estes pequenos espaços de lazer presentes no 6 de Maio são lugares de circulação de bens, pessoas e ideias, de produção de relações sociais que podem estabelecer solidariedades e convivialidades ou conflitos e disputas. Mas também são espaços cuja frequência é ritmada, ou seja, consoante a hora do dia, as pessoas que encontramos em cada um deles são diferentes.



Imagem 9: Jogando cartas num café do bairro. (Fotografia de João Vasconcelos, 2012)

A ênfase que aqui dou aos cafés está relacionada com as diferentes vivências do espaço do 6 de Maio, consoante as gerações dos sujeitos e os processos sociais que agem sobre eles, que por sua vez engendram a forma como eles acabam por agir no bairro onde habitam. Com efeito, consoante a geração em causa, os espaços e as formas de interação social variam e obedecem a diferentes formas de estar e modos diferentes de ver o bairro, ligados a processos identitários próprios consoante o grupo. É nesta dinâmica que se cria, não esquecendo os fatores externos ao 6 de Maio, uma “identidade” de bairro. O que Firmino da Costa (2008) refere para Alfama⁵⁰ é aplicável, em várias dimensões, ao bairro 6 di Maio:

“Os habitantes do bairro não vivem dispersos, não se desconhecem entre si, não estão isolados uns dos outros. Pelo contrário. É fundamental, para a sua existência e, muito em particular, para a formação e para a ativação da sua identidade [...], a teia relacional densa que se tece entre eles, o quadro de interação local, as formas culturais que ali criam e recriam, os processos sociais que protagonizam em conjunto.” (Costa, 2008: 109)

Se os homens mais velhos preferem percorrer as margens do bairro, salvo algumas exceções, as gerações de rapazes mais novos apropriam-se das suas entranhas e vivem-no com uma aparência de total “liberdade”. Penso que o sentimento de pertença ao bairro é maior nas gerações mais novas, que já ali nasceram. Para os mais velhos, parece haver

⁵⁰ Com as semelhanças entre a malha urbana labiríntica do 6 de Maio e a de Alfama, bairro urbano de formação medieval, notam-se grandes paralelismos na utilização do espaço comum. Para aprofundar o conhecimento sobre Alfama, consultar a obra de Firmino da Costa (2008).

algum tipo de “pudor” por ali habitar, ou melhor, por não terem conseguido sair dali, sem ser para um bairro de realojamento, onde o sentimento de “pudor” seria o mesmo:

Sinto que há um interior e um exterior do bairro, ou melhor, o bairro interior e o bairro exterior, aquele que forma os limites do bairro. Em moradores como o senhor Florzinho, transparecem algumas reticências em entrar no interior do bairro. Pergunta-me primeiro se já lá fui e entramos, apesar das hesitações dele. Diz que não gosta dos problemas do bairro. Mas eu sinto que não são essas as verdadeiras razões para não me querer mostrar o bairro. Sinto que tem medo do que vou pensar sobre a paisagem construída e a maneira de viver. Mas eu já conhecia o interior do bairro, nunca tinha era ido lá com ele.

(Diário de campo, 23 de novembro de 2011)

A tessitura do interior do bairro é formada por vielas estreitas, becos e pátios – muitos deles resultantes de recentes demolições – e evidencia uma relação íntima entre a casa e a rua, o que faz com esta seja um prolongamento da casa. A rua torna-se, assim, um espaço de utilização coletiva, um espaço comum. Não é por isso de estranhar a contínua utilização de mobiliário doméstico neste espaço comum, bem como a expansão para o exterior de algumas atividades domésticas, como estender a roupa lavada ou assar linguiça durante o fim-de-semana, e outras de carácter mais pessoal, como fazer tranças ou penteados aos vizinhos (que podem ser parentes ou amigos). Para tal, como para atividades de lazer, é sistemática a utilização de alguns lugares do espaço labiríntico do bairro, como certos pátios, “entradas do bairro”, esquinas ou largos resultantes de demolições recentes – como a rua Guita, o espaço Toosexy ou o Bolama – enquanto elementos organizadores das redes de sociabilidade. Só os habitantes dominam inteiramente a estrutura do espaço, os seus usos quotidianos e a localização das atividades presentes, através de sinais, gestos e sons, música e os ritmos da rotina das pessoas.

O bairro está sempre em transformação, é maleável, vai-se moldando consoante as presenças e ausências. Ao mesmo tempo que aparecem novos moradores que ocupam casas desocupadas, desaparecem amigos que emigram para outros pontos da Europa ou regressam a Cabo Verde. Concomitantemente à demolição de construções e à “desestruturação” do espaço conhecido, aparecem novas construções de carácter mais efémero, ou então as construções que já existem sofrem alterações. Por vezes, iniciativas exteriores ao bairro tentam dar-lhe “cor”. Foi o que aconteceu com o projeto EVA:

“[...] Decidimos, então, pintar o bairro. Quisemos enchê-lo dele próprio. Lavar-lhe a cara e devolver orgulho através das cores. Traçamos um percurso por entre ruas, becos e escadas, onde pintamos, juntamente com as crianças e adultos do bairro, as paredes das pequenas casas [...]”⁵¹

Ou, mais recentemente, com uma intervenção do EBANO Collective:

“[...] Ghetto Six (assim o bairro foi rebatizado pelos jovens) utiliza materiais que sobraram das operações de demolição das casas (painéis de vários materiais, portas, portas de estantes, ondulados de alumínio, madeiras, etc.) como suportes para a inscrição de um ‘retrato’ do bairro, através de técnicas mistas que incluem a fotografia e a pintura [...] Ao mesmo tempo uma experiência de etnografia visual e uma homenagem à vida social de um bairro destinado ao desaparecimento, Ghetto Six pretende evocar a precariedade mas também a criatividade e a estética de uma forma de vida. A instalação foi transferida para o bairro 6 de Maio no início de 2013, e vai aí permanecer até data indefinida, tornando-se parte do próprio bairro até à sua destruição final. Os restos da demolição vão assim voltar ao seu contexto de origem, mas transformados em elementos visuais de crítica social dentro do espaço urbano [...]”⁵²



Imagem 10: Ruela do 6 de Maio pintada em 2010 no âmbito do projeto EVA. (Fotografia de João Vasconcelos, 2012)

No entanto, estas manifestações artísticas não conseguem ter tanto impacto na população como a proliferação de *graffitis*, que ocupam as paredes vazias das construções e que são iniciativa de alguns moradores do bairro, próximos da cultura *hip-hop*. Tal como o próprio

⁵¹ Iniciativa do projeto EVA (Exclusão de Valor Acrescentado), que consistiu na elaboração de projetos artísticos orientados para a comunidade. Durante dois meses de 2010 – Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social – um conjunto de artistas interveio em várias zonas problemáticas da AML, numa ação promovida pelo Programa Escolhas em parceria com o Clube Português de Artes e Ideias. No bairro 6 de Maio, entrevistaram as artistas Catarina Gonçalves, Catarina Vasconcelos e Joana Manaças. Para mais informação sobre o projeto, ver <http://catarinagonsalves.jimdo.com/em-performance-performing/projecto-eva-2010/> (consultado em janeiro de 2011).

⁵² Para mais informações sobre esta intervenção e sobre o EBANO Collective, coordenado por Lorenzo Bordonaro, ver <http://www.ebanocollective.org/#!team/c1enr> (consultado em março de 2013).

bairro no seu todo, servem de cenário a vários videoclips produzidos no local, para música feita no local, como é o caso dos vídeos de Baby Dog⁵³.

Sendo um bairro fisicamente fechado, o 6 de Maio acolhe uma rede de interações definida pelos processos relacionais e simbólicos que marcam as práticas quotidianas relativas a diferentes gerações e agentes externos, de que os processos de “redefinição” da sua imagem que referimos são exemplo. As constantes demolições pontuais de habitações provocam uma alteração da paisagem construída, da mesma forma que as dinâmicas de produção de *graffitis* ou de *tags* nas novas paredes vazias, que marcam uma mutação na envolvente percebida e vivida pelos moradores. É num ambiente de mutação da imagem e da materialidade do bairro que os sujeitos se integram e vão produzindo novas vivências do espaço. Sendo assim, é na sua maleabilidade arquitetónica que se criam e recriam práticas sociais e culturais e processos identitários com significados de pertença. A especificidade arquitetónica do bairro consiste em este estar em constante mutação, como se de um organismo vivo se tratasse.

Viver a rua: geração X

Para conhecer o interior do labiríntico bairro, zona principal de convívio com gerações mais jovens, foi essencial o acompanhamento de Júlio e de Zé, ambos nascidos em Portugal, mas com percursos pessoais com algumas diferenças. Efetivamente, estar no bairro envolve ter interação com pequenos narcotraficantes e consumidores, algo em que o senhor Florzinho não quer estar envolvido, algo que diz respeito a outras gerações. Abordarei adiante este assunto. Com efeito, os códigos de bairro ali presentes “organizam a conduta, sistematizam os gostos, fazem compartilhar estilos de procedimentos, delimitam permitido e o interdito, a impregnação da vivência quotidiana pelas formas locais de cultura popular urbana e pela identidade coletiva bairrista” (Costa, 2008: 294).

⁵³ De entre os videoclips de Baby Dog, ver por exemplo “Protocolo” (2013), “Magistral” (2012) e “Realidadí” (com Vado, 2012), respetivamente em <http://www.youtube.com/watch?v=9m2qYW7WiFo>, <http://www.youtube.com/watch?v=N3slAgG6La4> e <http://www.youtube.com/watch?v=HrBC8ydmFug>.

Júlio

Júlio⁵⁴ saiu da prisão no dia 15 de março de 2012. Conheci-o através de Flor di Mundo, numa situação de extrema precariedade. A casa onde habitava havia dois meses iria ser demolida no dia seguinte e ele não sabia o que fazer. Já tinha colocado os poucos bens que possuía em casa do senhor Florzinho, a maior parte dos seus haveres ainda estava no estabelecimento prisional de Beja. Os ‘proprietários’ da casa em questão estão emigrados algures na Europa e Júlio tinha pedido autorização para ficar a viver lá. Embora não tenha ficado claro se se tratava de uma situação de aluguer, subaluguer ou empréstimo, trata-se de uma forma usual de ocupação de habitações no bairro – ocupar as casas desabitadas com a autorização dos seus proprietários⁵⁵.

Júlio já tinha antes habitado no bairro, durante quatro anos, consecutivamente em casas diferentes, consoante a relação amorosa que tinha. Sempre que passava na última casa em que se fixou com a ex-companheira com quem teve uma filha, ficava nostálgico e com saudades dela. Depois da separação, a ex-companheira não deixou contato, e ele não consegue ver a filha há vários anos. Começou nessa altura uma vida de migração por vários países da Europa, como a França, a Alemanha e a Suíça.

Júlio nasceu em Portugal em 1975, filho de pais cabo-verdianos originários do concelho de Tarrafal, mas, muito novo, voltou para Cabo Verde, visto que os pais consideravam que viver precariamente em Portugal não lhes dava as condições necessárias para cuidar bem dos filhos. Trabalhou como estivador na cidade da Praia, mas resolveu voltar a Portugal porque, diz hoje, o seu sonho sempre foi viver na Europa. E aqui não entram apenas em consideração as condições económicas, mas também o querer passar por outras vivências. De Portugal, partiu para outros locais da Europa, num misto de busca de novas experiências e necessidades laborais. Regressou a Portugal, mas desta vez foi para Beja, onde se estabeleceu e arranjou trabalho fixo. O Alentejo encantou-o, talvez haja alguma coisa que o faça lembrar Cabo Verde. Gostava do mundo rural que o envolvia, das pessoas, do quotidiano que encontrava. Disse-me que gostava do tamanho do céu e das estrelas. Durante umas férias em Cabo Verde, arranjou uma namorada que iria viver para a Amadora. Regressou a Beja, mas foi quase imediatamente detido por conduzir sem carta de condução.

⁵⁴ Utilizo um nome fictício para proteger a identidade da pessoa.

⁵⁵ “É muito difícil saber-se com exatidão o tipo de propriedade em que as pessoas vivem. Há muitas formas clandestinas de alugar, vender ou emprestar uma casa [...]. O tipo de propriedade é essencialmente a própria clandestina (81,3% das famílias); as casas consideradas *alugadas* são muitas vezes arrendadas ilegalmente, ou seja há um “suposto” proprietário que aluga barracas clandestinas, ou, como neste bairro, aluga quartos sem o mínimo de condições aos imigrantes que se encontram a trabalhar em Portugal. As casas anotadas como próprias (através de empréstimos ou a pronto pagamento) encontram-se em situação semelhante à exposta anteriormente, isto é, para os moradores a casa é própria, tiveram que pagar por ela uma determinada quantia ao anterior ‘dono’, no entanto estas são clandestinas.” In “Grupos marginais ou socialmente desfavorecidos – O problema do emprego e da formação: Caracterização de uma zona carenciada de Lisboa – Amadora, Venda-Nova/Falagueira, Bairro 6 de Maio”, Ministério do Emprego e da Segurança Social, Lisboa, 1994, pp. 19-20.

Esteve preso dois anos e dois meses. Durante o tempo que passou no estabelecimento prisional de Beja, todos os dias telefonava à sua namorada e pensava ir viver com ela. Acreditava que ela estava à espera dele.

Descreve-se como um homem sério e trabalhador. Gosta de reggae, da natureza e de andar bem arranjado. A decisão de voltar a viver no bairro 6 de Maio é uma consequência da proximidade que esperava ter com esta última namorada, que nunca mais lhe atendeu o telefone após a sua saída da prisão. Embora Júlio continuasse a telefonar, os sonhos de refazer a vida com ela e com a sua filha foram-se desfazendo. As condições da casa onde agora coabitava com outros três cabo-verdianos em situação ilegal no país (trabalhadores da construção civil) eram de extrema precariedade. Não apenas pela casa em si, mas pela grande quantidade de pessoas para o espaço a habitar: “Viver lá? Dormir! A gente não está a viver. A gente está a dormir lá, a desenrascar aí.”⁵⁶ Após a demolição desta habitação, foi viver para casa do senhor Florzinho, dormindo numa pequena despensa com um metro de largura que a casa tem.

Ao mesmo tempo que foram feitas demolições no bairro 6 de Maio de uma forma “cirúrgica”, o bairro de Santa Filomena (igualmente no concelho da Amadora, e com características semelhantes) foi avisado pela CMA da sua demolição em breve – que viria a consumir-se nesse mesmo ano de 2012. Com esta ameaça, os moradores de Santa Filomena apresentaram uma carta (ver Anexo 1) à CMA com um pedido de suspensão do processo que levou a uma inesperada e mediática intervenção policial. Aconteceram outras demolições no bairro 6 de Maio, ao abrigo do programa PER, situação que se foi prolongando pontualmente até agora. A amargura de “não ter teto” começou a ser vivida por muita gente.

Em pouco tempo, Júlio saiu da casa do senhor Florzinho. Esta mudança de casa deveu-se a um anseio de privacidade, de poder estar só com ele próprio e também de ter as convívências que queria sem a vigilância protetora do senhor Florzinho, que com o período de coabitação e partilha de vida já o via como um filho. Um conhecido, que estava detido num estabelecimento prisional, mas já com saídas precárias, emprestou-lhe a casa, com melhores condições. Júlio pôde, por fim, encontrar-se com ele próprio e ter um sítio para viver, e não apenas sobreviver.

⁵⁶ Entrevista a Júlio efetuada a 18 de abril de 2012.

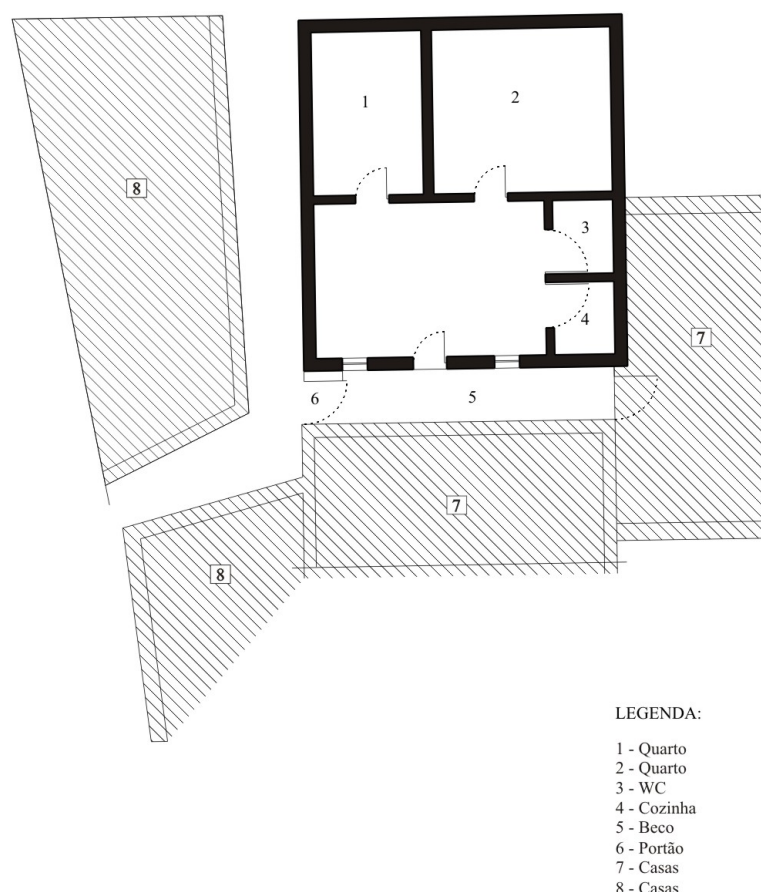


Imagem 11: Planta da casa onde Júlio viveu mais recentemente.

Quando chegou ao 6 de Maio, Júlio era um rapaz muito solitário, talvez pela experiência prisional recente, por não se querer conotar com o narcotráfico ou por ainda não estar integrado nas redes de sociabilidade presentes no bairro. Permaneceu angustiado nesta espera, primeiro com uma atitude de recusa em relação às vivências mais marginais do bairro e saindo de casa poucas vezes, posteriormente numa tentativa de integração com o grupo de pessoas com que se identificava, saindo mais à noite e indo a mais festas no bairro e nas redondezas. A partir deste momento começou uma nova fase da sua vida no 6 de Maio.

Quando percebeu que não conseguia arranjar emprego como pedreiro, começou a sair de casa e foi-se integrando com os rapazes que param numa das entradas do bairro, associadas ao pequeno narcotráfico. As raparigas já o olhavam de uma forma diferente e conseguiu arranjar namoradas, coisa que não acontecia quando se apresentava como pedreiro. Sugiro que a integração de Júlio neste grupo que se encontra na entrada do bairro foi essencial para a (re)construção da sua masculinidade após a estadia na prisão. A sua integração nas

sociabilidades do bairro foi o que lhe permitiu sair do seu mundo próprio e criar a sua identidade no local, deixando de ser estigmatizado dentro do próprio bairro.

Sair de casa seria a forma que o faria integrar-se nas sociabilidades de bairro e marcadora da sua masculinidade (Almeida, 1995: 64). Ao escolher um grupo de convivência associado a uma certa agressividade, a competições, ao narcotráfico⁵⁷ e também a estadias na prisão, Júlio recolhe as “vantagens” de ter a sua imagem enquanto homem “viril” reforçada. É neste contexto que volta a sentir-se livre, porque é neste contexto que consegue integrar-se nas sociabilidades do bairro e no seu perfil identitário:

“É um perfil identitário que cada indivíduo vai incorporando, no contexto social e no decurso das experiências e aprendizagens efetuadas, e que é por ele acionado, de maneira mais espontânea ou mais estudada e estratégica, em variadíssimas circunstâncias da sua vida social e num amplo espectro de modalidades de relacionamento humano. Neste sentido, constitui uma identidade coletiva na medida em que se trata de um perfil identitário pessoal partilhado por um coletivo de indivíduos.” (Costa, 2010: 109)

De um modo geral, a participação no pequeno tráfico de drogas como economia informal de sustento, tal como o estigma que decorre de ser negro, pobre e morador num bairro clandestino, são elementos de discriminação e marginalização dos jovens como Júlio. Estes rapazes “dos bairros” vivem em condições tais de vulnerabilidade, precariedade e preconceito que o “exterior” e os *media* os reconhecem, quase sempre, como autores de violência e de atos ilegais. Quando esta vulnerabilidade é vivida de forma quotidiana, propicia o cultivo de uma ética e uma estética de subversão e de resistência ao poder vigente – cuja face imediata, por ser a que está mais próxima, é a polícia. Da mesma forma que Bourgois (2003) defende a existência de uma *street culture of resistance* nos guetos de East Harlem, considero que o narcotráfico e o consumo de estupefacientes no 6 de Maio estão integrados numa cultura particular de resistência política:

“This ‘street culture of resistance’ is not a coherent, conscious universe of political opposition but, rather, a spontaneous set of rebellious practices that in long term have emerged as an oppositional style. [...] although street culture emerges out of a personal search for dignity and a rejection of racism and subjugation, it ultimately becomes an active agent in personal degradation and community ruin.” (Bourgois, 2003: 9)

⁵⁷ O bairro é um lugar de compra de estupefacientes mas não um lugar de consumo como era, por exemplo, o Casal Ventoso.

Um exemplo disso foi a detenção de Júlio por posse de uma pequena quantidade de haxixe. A integração num grupo e o desemprego fizeram com que se integrasse nas redes do pequeno narcotráfico. Depois desta detenção, a sua popularidade no grupo aumentou. Este tipo de delito tende a ser visto no bairro como um elemento que reforça a identidade masculina. Passado este incidente, ao fim de algumas semanas, Júlio emigrou, sem avisar os amigos.

O consumo constante de *cannabis* no espaço coletivo do bairro faz parte do seu quotidiano, nunca tendo eu observado o consumo de outras drogas ilícitas. Parece mesmo haver um culto da *cannabis* em detrimento de outras substâncias, culto que está presente tanto em imagens que se encontram muito na decoração dos cafés (pósteres, bandeiras, autocolantes), como em algumas letras de *rap* de um músico do bairro, como ainda em símbolos usados em t-shirts e colares. Faz parte do quotidiano ver alguns dependentes de drogas duras terem uma “posição satélite”. Em função do código de “não trazer polícia ao bairro”, há uma clara fronteira entre quem vende e quem consome drogas mais pesadas e os restantes, visível até nas posturas corporais.



Imagem 12: Conversa na rua Guita.

Viver a rua: geração Y

Ao preparar as primeiras deslocações ao 6 de Maio, e quando pesquisava também as recentes intervenções policiais ali realizadas, resolvi ouvir igualmente alguma da música produzida no local. Baby Dog chamou-me a atenção pela qualidade do *rap* criado, pelas preocupações estéticas das suas *performances*, pela descrição do bairro 6 de Maio enquanto casa ou “porto seguro” e pela revolta que imprime às suas músicas, tanto nas letras como na composição musical.

Esta aproximação ao bairro 6 de Maio através da música de Baby Dog marcou um primeiro momento do meu conhecimento do local. A questão da habitação está presente desde logo no local de produção criativa do *rap* de Baby Dog. Os videoclips mostram os processos de concepção musical do músico nas suas sessões de *freestyle* no interior do seu quarto⁵⁸, com amigos. A vivência do mundo privado que é a casa, mais precisamente o quarto, é a de um espaço de liberdade de expressão e produção criativa. A história da emigração cabo-verdiana é outro tema omnipresente. Enquanto faz uma “viagem” ao seu eu⁵⁹ e à sua vida, problematiza os principais contextos da sua vivência e da dos seus pais – os trajetos migratórios, as suas ambições e as condições reais que dificilmente permitem que os sonhos se realizem. As letras abordam vários problemas que afetam os moradores do bairro, como é o caso do abandono escolar e das implicações que isso terá no futuro:

“A educação escolar é o principal caminho para ascender às classes médias da sociedade, mas os jovens de origem cabo-verdiana abandonam, geralmente, a escola cedo, muitas vezes mesmo antes de completarem a instrução obrigatória. Isso impede-os de competir pelos empregos melhor remunerados e apenas lhes deixa acessíveis os empregos pior remunerados no sector dos serviços (na região onde vivem não existe praticamente emprego industrial em larga escala). As suas aspirações a um estatuto de classe média ficam assim comprometidas. Correm, antes, o risco de ver o seu estatuto social degradar-se em relação ao dos seus pais, num processo que alguns têm classificado como ‘assimilação descendente’ (*downward assimilation*).” (Batalha, 2007: 27)

⁵⁸ Como exemplo destes “ensaios” em casa, veja-se <http://www.youtube.com/watch?v=RvXYe1RCPsw> (consultado em maio de 2012).

⁵⁹ O estilo de escrita de Baby Dog é a “Egotrip”, que assim se define: “[...] é basicamente uma viagem ao ego, uma viagem do eu. Geralmente algo que tu escreves se torna numa Egotrip quando tu comesças a escrever sobre alguma coisa em específico e de repente comesças a falar sobre algo de ti, seja fictício ou não, o que importa é que tu estejas no meio. Se aconteceu ou não, não importa...O importante és tu a contá-lo em primeira pessoa.” In <http://www.youtube.com/watch?v=KlxczszJ50Y> (consultado em maio de 2012).

Vemos por mais este exemplo, o de Baby Dog, que há diferentes formas de viver o território do bairro, sobretudo pelos homens. Diferentes grupos escolhem espaços diferentes para convívio, consoante as suas afinidades pessoais, de gosto e de identificação em termos de modos de vida e formas de estar. Apesar da presença destes diferentes grupos, tece-se entre eles uma teia relacional, ao nível da interação no bairro, que permite criar as dinâmicas locais de construção de uma identidade conjunta:

“Os habitantes do bairro não vivem dispersos, não se desconhecem entre si, não estão isolados uns dos outros. Pelo contrário. É fundamental, para a sua existência social e, muito em particular, para a formação e para a ativação da sua identidade [...], a teia relacional densa que se tece entre eles, o quadro da interação local, as formas culturais que ali criam e recriam, os processos sociais que protagonizam em conjunto.” (Costa, 2008: 109)

O espaço coletivo do bairro é um palco de afirmação de identidades, de pertença ao bairro mas também da diferença perante outros grupos. Nas gerações mais novas, destacam-se os grupos que se identificam com a cultura *hip-hop*, como é o caso dos Clan Fuz Más Ki Ás, que poderá considerar-se uma *crew*. De acordo com a cultura *hip-hop*, impregnada por referências culturais dos EUA, “as *crews* são agrupamentos informais, fortemente territorializados, cujos integrantes se revêm em práticas comuns (neste caso a música *rap*), partilham o mesmo estilo de vida” (Raposo, 2010:131). Um dos sinais mais significativos desse estilo de vida é a denominação alternativa deste bairro por estes jovens: Ghetto Damaia Six, ou Gueto Six, numa associação aos guetos afro-americanos dos EUA, onde nasceu a cultura *hip-hop*, um movimento cultural urbano que tem como base a prática da música *rap*, *djing* (*disc-jockey*), *break-dance* e *graffiti* (Raposo, 2010: 130) e em cuja concretização ideal haveria uma sobreposição espaço-tempo das várias práticas que o constituem.

O *rap* é um dos principais componentes identitários dos jovens que se costumam encontrar na rua Guita – um largo aberto no meio do bairro marcado por um extenso e colorido *graffiti*. A construção identitária do sujeito em redor do *rap* desenvolve-se através da forma de vestir (*sweatshirts* com gorro, *caps*, anéis, brincos), das escolhas musicais, dos tipos de lazer e das sociabilidades. Esta forma de estar na vida é organizadora de valores, normas e atividades que a acompanham e dão um sentido ao dia-a-dia do grupo, altamente estigmatizado (Raposo, 2010:136). Nos momentos de convívio em grupo afirmam a sua postura perante os contextos em que se inserem:

“[...] enquanto se divertem gozam uns dos outros e afirmam um jeito de estar na vida que desvaloriza determinados tipos de normas e instituições (escola, trabalho, polícia, etc.) que não vão ao encontro das suas formas de viver o mundo. [...] Viver conjuntamente essas ocasiões e acontecimentos que expressam um modo de vida comum ligadas às experiências partilhadas nas ruas do bairro e à marginalidade social, é o que determina a adesão ao grupo.” (Raposo, 2010:132)

Este estilo musical proporciona os principais recursos da construção das referências culturais dos sujeitos e da linguagem verbal e corporal com que se expressam, tanto a nível da criação musical e *performance*, como na identificação da sua forma de estar enquanto forma de resistência e crítica à sociedade que os rodeia:

“A música *rap* ocupa um lugar central na vida destes jovens, que se apropriam do estilo com uma postura que visa pôr em causa o seu lugar social. Neste processo reelaboram o significado de ser jovem [pobre, marginalizado e negro] em Portugal, formulando identidades positivas, ao mesmo tempo que subvertem os discursos estigmatizadores.” (Raposo, 2010: 127)



Imagem 13: *Rappers* em palco na festa do 6 de Maio, 2012.

As experiências partilhadas no bairro e na cidade, de sociabilidades, estilo de vida e formas de pensar, são os vetores que permitem a pertença ao grupo. Os códigos que organizam o modo de estar dos jovens ligam as referências da cultura *hip-hop* à vivência quotidiana do bairro, o que cria um sentimento especial de pertença a este. Isso tanto se verifica na forma de vestir, no crescendo de *graffitis* que aparecem nas paredes das casas recentemente demolidas, como na grande quantidade de público e de músicos de *rap* que aparecem nos eventos organizados no bairro. Para além da corporalidade e da gestualidade, a linguagem tem aqui um papel central, antes de tudo pela utilização do crioulo, no quotidiano e no *rap*, como elemento de resistência no sentido de uma “*street culture of resistance*”, tal como Bourgois (2003: 9) a define.

Com efeito, há diferenças entre o *rap tuga* (cantado em português) e o *rap krioulu*, muito mais interventivo:

“[...] Cape Verdeans did not linguistically adjust to continental Portuguese over the time but rather have insisted on Krioulu as an essential element in socialization and basic identification. [...] Krioulu is a linguistic practice that creates locality through social participation, i.e., a ‘speech community’, and a more literal connection of the discursive to the material of the city. [...] ‘I am Kriolu’ followed by ‘It’s a sentiment of Cape Verdean movement’ are not simply elements of nostalgic identity [...] since it implies an identity-language isomorphism but, more important, as a practice. Namely, ‘to be krioulu’ involves working through a series of contact zones and making sense of various ‘contact perspectives’. The phrase refers to a series of indexical chronotopic affirmations regarding migration, diaspora, abandonment, labor, family, youth, and/or, in this case, general hip-hop nationhood.” (Pardue, 2012: 84, 88, 90)

Tal como Pardue (2012) afirma, Lisboa é uma zona de contacto e a utilização do crioulo é uma expressão identitária intensa e, de alguma forma, contrapoder. Um bairro tão estigmatizado como o 6 de Maio é denominado um gueto pelos Clan Fuz Más Ki Ás e outros moradores, pois sentem que as práticas políticas criam marginalidades e precarização de modos de vida neste bairro, ou seja, que corresponde a uma área de “violência coletiva concretizada no espaço urbano” (Wacquant, 2004).

Num contexto marcado por uma grande vulnerabilidade, como é o caso do 6 de Maio, o *rap* proporciona formas de integração tanto a nível do bairro em si, como numa escala exterior ao bairro. Refira-se aqui as músicas, as sessões *freestyle*⁶⁰ (que se caracterizam pela utilização de letras improvisadas pelo *rapper*, onde este expressa o que sente sobre certo tema) ou as *performances* que Baby Dog realiza no bairro e noutros pontos da AML e até do país. Ao cantar – a sua forma de expressão, a sua linguagem – Baby Dog fala das suas experiências e do quotidiano vivenciado, por ele e pelos Clan Fuz Más Ki Ás, dando uma outra vida às experiências, aos espaços e às situações do imaginário coletivo do bairro:

“[...] estrada é degradada, baladas de um soldado / estrada é degradada, baladas de um soldado / traumas do passado, batalhas dentro da rua / mano tu és livre, mas onde está a liberdade? / onde tu vives, onde está a verdade? / mas onde a gente vive / há mais batalhas, vive a vida cada dia / mano tu és livre, mas onde está a liberdade? / onde tu vives onde está a verdade? / mas onde a gente vive / a gente mata para sobreviver / tão cedo deixaste de estudar a sério! /

⁶⁰ O *freestyle* também pode consistir a disputa entre dois ou mais *rappers*. A música de Baby Dog “Nos é Tropa” (2012) pode ser vista nesse sentido. Consultar <http://www.youtube.com/watch?v=KcdnhhK3qQ0>.

deixaste de jogar... / tão cedo começaste a procurar / tão cedo começaste a furtar / conselhos do teu pai atraí mágoas de revolta / conselhos da tua mãe foram, nada mais volta [...] mas hoje já cresceste, agora já és homem / vês o dia de hoje ontem e amanhã / quanto mais viveres, mais sentires / mais correres onde está o medo / mais sobreviveres, tu persistes morrer ainda é cedo / traz as tuas memórias irmão brevemente vem a glória / história e dramática e foda aquilo que tens na memória / sê mais tu e abraça as tuas desculpas / olha para dentro de ti e guarda sentimento de culpa [...] mas cabeça é para cima o destino nunca é manso / mas vai com calma o caminho é sem descanso / mas tudo foi tão escassos momentos, tudo é breve / onde estão esses braços naquele tempo não tiveste / mas talvez arrependido foram as promessas prometidas / uma vez entendido cabeça está comprometida / mas o sentimento e a culpa acredita que pesam / ao guardar o consentimento acredita que divulgas as tuas fraquezas [...].”

(Baby Dog, “Homi dja bu ka da”, 2012)⁶¹

O *rap* promove o resgate da identidade dos jovens que habitam no 6 de Maio e noutros bairros precários e valoriza-os. A estigmatização quotidiana e o racismo enfrentados pelos jovens da Arrentela, afirma Raposo (2010), são constrangimentos que têm forte presença nos processos de construção identitária destes sujeitos. O *rap* possibilita uma nova interpretação da realidade, questionando os discursos de uma sociedade que os desvaloriza (Raposo, 2010: 137), ao mesmo tempo que abre um espaço para os *rappers* e as suas *crews* comunicarem com os outros os dilemas presentes no seu quotidiano: “[...] influencia decisivamente ideais, projetos, estilos e identificações culturais. Para muitos deles o sentimento de pertença ao grupo é um dos principais apoios para ultrapassarem as dificuldades e frustrações da vida” (Raposo, 2010: 131). O sentimento de pertença ao grupo e os seus mecanismos de autodefesa estendem-se também ao bairro. Pertencem à *crew* como pertencem ao bairro. Este duplo sentimento de pertença é similar e indissociável, isto é, um não existiria sem o outro.

“[o] carácter labiríntico do espaço local, na forma urbana e no ambiente sociocultural, contribui, assim, de maneira relevante, para os sentimentos de pertença coletiva que os residentes tendem a desenvolver para com o bairro: não só de que ‘lhe pertencem’ mas de que ele ‘lhes pertence’. Frequentam-no, percebem-no, sabem usá-lo.” (Costa, 2008: 303)

Todas as ruas, esquinas, muros, largos e becos do 6 de Maio – o espaço comum do bairro – são lugares de experiência de vida e com grande significado, carregados de recordações coletivas. Este “espaço comum” constitui o território onde têm mais liberdade de

⁶¹ Baby Dog, “Homi dja bu ka da” (2012), originalmente cantado em crioulo. A tradução para português aqui apresentada é a que se encontra no link do YouTube <http://www.youtube.com/watch?v=qN2RsdkrzNU> (consultado em agosto de 2013).

expressão. As relações de sociabilidade aqui desenvolvidas e a relação sujeito/espço são essenciais para criação dos processos associados à cultura *hip-hop*. Tal como Raposo (2010: 135) refere, no seu trabalho sobre o Red Eyes Gang, da Arrentela, as palavras de Chullage indicam a importância que a sociabilidade de rua tem para os criadores de *hip-hop*:

“A rua é teu apoio, é o teu chão, a tua fonte de inspiração, é tudo; onde estão os teus tropas, tás a ver. Se tu fores a ver a falta de mobilidade que há do people que cresce aqui, se for, vê que 70% das tuas referências vieram da televisão ou vieram desta rua.” (Chullage, cit. por Raposo, 2010: 135)

O *hip-hop*, enquanto forma de expressão “globalizada”, é também uma forma de integração no espaço escola e no espaço mediático. Os sentimentos de pertença ao 6 di Maio são assumidos de uma forma não estigmatizada, e também bairrista, nos comentários sobre as *performances* de Baby Dog publicados no YouTube, por exemplo: “*É nu bairro 6 de Maio GHETTO SIX. É NOS*”⁶². O bairro funciona enquanto uma grande casa, um local de acolhimento, gerador de sociabilidades e solidariedades de vizinhança. Um dos principais exemplos disso foi a onda de revolta gerada pela morte de Musso⁶³, que apresentou expressões diferentes. Reagindo à morte do adolescente do 6 di Maio, alguns jovens do bairro decidiram manifestar a sua revolta deitando fogo a viaturas e partindo montras de dois estabelecimentos comerciais⁶⁴. Outros escolheram outras formas de expressão, como Vado Muchatcho, *rapper* do bairro, que criou uma música em homenagem a Musso⁶⁵, ou os criadores de um memorial em *graffiti* no bairro.

⁶² Comentário ao videoclip de Baby Dog “Homi dja bu ka da”, consultado em janeiro de 2013 no link do YouTube <http://www.youtube.com/watch?v=qN2RsdkrzNU>.

⁶³ “Ontem, 12 de junho [2013], o Bairro 6 de Maio ficou chocado com a notícia da morte de Musso, jovem negro de 15 anos de idade. Uma pancada na cabeça é a causa da morte. Segundo os familiares há um mês atrás ele foi levado para a Esquadra da Reboleira e foi torturado pelos agentes policiais. Regressou a casa a queixar-se de uma forte dor de cabeça e contou à família que a polícia o tinha torturado. Dali, foi conduzido para os Serviços de Urgência do Hospital de Santa Maria. Ficou internado, durante uns dias, depois foi mandado para casa. Contudo, as dores não cessaram. O jovem continuou a queixar-se das dores e foi, de novo, encaminhado para o hospital. Desta vez, para o Hospital de Amadora Sintra. Ficou internado durante mais uns dias e ontem veio a falecer devido a uma lesão que acabou por rebentar-lhe uma veia cerebral.” In <http://plataformagueto.wordpress.com/2013/06/13/musso-mais-um-jovem-negro-morto-pela-policia-na-amadora/> (consultado em junho de 2013).

⁶⁴ Ver http://www.jn.pt/PaginaInicial/Policia/Interior.aspx?content_id=1871020 (consultado em junho de 2013) para mais informações sobre este tema.

⁶⁵ Ver em <http://www.youtube.com/watch?v=MkSSo0xadQ8> (consultado em agosto de 2013).



Imagem 14: Memorial a Musso, no bairro 6 de Maio.⁶⁶

As festas

Esta solidariedade não se encontra só em momentos trágicos, mas também na execução e participação nas regulares festas de que o 6 de Maio é palco. Os momentos de festa são aqueles em que há maior convívio intergeracional e a partilha musical constitui o pano de fundo. As festas – desde as mais formais às mais espontâneas – apresentam um carácter identitário próprio que consolida a pertença ao bairro. São manifestações expressivas que servem de suporte à integração dos sujeitos no quotidiano adverso da AML. Do sobreviver passam para o viver intensamente. São momentos de liberdade onde a precariedade é sublimada.

A festa do bairro 6 de Maio – comemoração do nascimento do bairro nesse dia de 1976 – é o maior evento que ocorre no local. A festa dura mais do que um dia, normalmente ocupa um fim-de-semana. Em 2011, uma série de apresentações teve início no sábado às 16h30, num palco montado nas margens do bairro, junto à Edifer, para este evento. O palco e todo o material elétrico utilizado foram emprestados por empresas da zona. Na abertura do evento, os apresentadores da festa lançaram uma pergunta ao público: “Porquê 6 di Maio? Porque a associação de moradores deste bairro dirigiu-se à conservatória no dia 6 de Maio de 1976 e batizou-o nesta data!”

⁶⁶ Foto anónima retirada em setembro de 2013 de <https://www.facebook.com/pages/Descansa-em-paz-Musso/358416500947101?fref=ts>.

A festa começou com um desfile de trajes africanos realizado por integrantes no Projeto Escolhas “Anos Ki Ta Manda” (“nós é que mandamos”). Posteriormente, seguiu-se muita música, dança e animação proporcionada por jovens que se têm destacado no bairro em projetos artísticos, como grupos de dança, batuque, funaná, a banda feminina PEDG e a banda *rap* Guetto Tsunami, da Reboleira, entre outros. A festa entrou pela madrugada dentro e só acabou no dia seguinte. A partilha gastronómica também é muito importante nestes eventos e o bairro fica cheio de aromas que remetem para Cabo Verde. A cachupa, os pastéis de milho, a linguiça ou as asas de frango assadas e também alguns doces, estão sempre presentes. Os habitantes levantam pequenas barracas por iniciativa própria onde vendem estas iguarias e bebidas, e onde o grogue e as minis não podem faltar.

Há muito mais festejos no 6 de Maio, sobretudo festas espontâneas, sempre com música e onde o *rap* pontifica, que ocorrem durante todo o ano e que têm como palco espaços interiores do bairro como a rua Guita ou o espaço Toosexy. Os participantes são convidados via Facebook ou via mensagem de telemóvel, o que implica que para fazer parte destas festas é preciso uma grande proximidade com os moradores. Os gostos das gerações mais jovens não entram em conflito com as manifestações expressivas tradicionais. Esta convivência de formas de estar e de gostos aumenta a identidade do bairro e os sentimentos de pertença. Os diferentes géneros musicais que se executam e desfrutam acabam por ser representações da interação geracional do bairro enquanto uma entidade coletiva, que cria afinidades entre diversas expressões musicais e também com as obras de *graffiti* que invadem o espaço, anteriormente marcado por pinturas *naïfs* que remetiam para Cabo Verde. Este ecletismo estético é o palco do quotidiano bairro e da criação do sujeito dentro deste contexto.

Ao verificar que o espaço coletivo do bairro é mais importante que a célula habitacional em si, visto que a rua é um prolongamento da casa e que o 6 de Maio funciona enquanto “fortaleza” de proteção dos seus habitantes, propõe-se que o domínio privado do bairro seja o elemento essencial que permite a ação do sujeito fora deste domínio (Levinas, 2008: 145). O espaço do bairro em si é para o sujeito o “em sua casa” (Levinas, 2008: 145). Neste local, ele adquire e cria mecanismos de regulação pessoal e sociabilidades que moldam a construção do seu ser, e que lhe garantem um abrigo seguro que lhe dá orgulho e força para “combater” as hostilidades do mundo exterior.

Conclusão

A partir da década de sessenta do século XX a emigração cabo-verdiana teve como destino principal Portugal, mais concretamente a Área Metropolitana de Lisboa. Uma proporção significativa dos imigrantes cabo-verdianos concentrou-se em bairros autoconstruídos de génese clandestina na periferia da capital. O bairro 6 de Maio nasceu neste contexto de fronteira, tanto em termos da sua posição geográfica, como em termos da sua materialidade e do lugar social que os seus habitantes ocupam no mundo urbano. Após a demolição dos bairros adjacentes – Fontainhas e Estrela d'África (demolição parcial) – o 6 de Maio mantém a sua especificidade arquitetónica, marcada pela criatividade e pelo improvisado, bem como sociabilidades e teias relacionais próprias, que se definem entre os sujeitos e o lugar onde que habitam, incluindo aqui os elementos edificados. Ao mesmo tempo, tal como outros bairros de construção informal, trata-se de um contexto urbano onde as práticas políticas fomentam marginalidades e a precarização de modos de vida (Bourgois, 2003). O 6 de Maio constitui-se pelo somatório de células habitacionais que definiram o espaço construído e os seus vazios. Cada célula habitacional é inacabada – tanto a nível construtivo como a nível da organização e modelação do seu espaço. As casas, a sua vivência e a relação da sua materialidade com os sujeitos que as habitam e as constroem – os homens –, constituíram o ponto de entrada desta análise ao habitar o bairro.

A ocupação dos terrenos abandonados junto à antiga Estrada Militar – que delimitava toda a fronteira norte do concelho de Lisboa, de Benfica a Sacavém – para construção de habitação num contexto migratório revelou-se um “campo de possibilidades” (Velho, 1994) que permitiu uma grande liberdade construtiva e de criatividade – a outra face da moeda da clandestinidade e da precariedade. Os cabo-verdianos que aqui se fixaram e que levantaram com as suas mãos os bairros da então cintura periurbana de Lisboa construíram casas e um quotidiano em muitos aspetos próximos da realidade que se encontra nas ilhas. Com efeito, a forma de construir as habitações parece replicar a arquitetura doméstica rural de Cabo Verde. Não considerando os materiais utilizados para construção, mas atendendo à forma geral do modelo habitacional, é sobretudo na organização do espaço doméstico,

que as casas do bairro 6 de Maio parecem ter raízes nos modelos habitacionais que se encontram no arquipélago.

Parece tratar-se de uma nova forma de arquitetura vernacular, na medida em que estamos perante uma arquitetura doméstica que evoca as habitações existentes em Cabo Verde – principalmente a nível da sua organização interior – e que os moradores constroem as habitações pelas suas próprias mãos utilizando materiais presentes nos locais onde elas são edificadas. A formação clandestina do bairro abriu uma liberdade de ação que permitiu que o “saber fazer” trazido de Cabo Verde fosse posto em prática neste local. A articulação da necessidade técnica do construir/habitar com os materiais presentes no contexto migratório, e a necessidade simbólica de manter a organização do espaço interior doméstico, possibilitam formas de viver o lado mais privado do quotidiano de maneira próxima à da sociedade de origem. Tal facto é corroborado pelo facto de no 6 de Maio, tal como em Cabo Verde, as casas apresentarem uma maleabilidade espacial relativamente às suas funções e à sua forma, por a zona mais pública da casa ser a sala – que tem sempre uma relação de contiguidade com o espaço exterior – e pela exiguidade das cozinhas, relacionada talvez com a história secular de fome e escassez alimentar escondida, “envergonhada”, do arquipélago.

Na sua origem as casas têm dimensões mínimas e a sua ampliação progressiva relaciona-se com o aparecimento de novas necessidades de espaço, bem como com o aumento das capacidades económicas. Neste sentido, a arquitetura das casas está intimamente ligada aos processos que pautam a vida quotidiana dos seus construtores e moradores. A sua construção é um processo contínuo no tempo, sempre em aberto, que tem como duração o período em que o local é habitado. Para além disso, o processo de autoconstrução da casa e a casa em si são também elementos simbólicos chave, na medida em que correspondem à constituição de novos núcleos domésticos que se geram, na generalidade, com o nascimento de um filho. No caso dos homens jovens, a construção da célula habitacional é iniciada pelos seus pais – quando estes residem já no bairro – e completada aquando da formalização de uma nova família, através da coabitação conjugal que habitualmente – embora nem sempre – decorre da coparentalidade. Se na sociedade camponesa da ilha de Santiago, o pai ajuda o filho solteiro a “levantar parede” (Couto, 2010) em terrenos anexos à sua própria casa, no bairro, e por escassez de terrenos livres, as casas são levantadas por cima das casas dos pais. Este facto evidencia a continuidade, em contexto migratório, das regras de residência presentes na sociedade camponesa da ilha de Santiago (Couto, 2010).

A ocupação de casas do bairro que se encontram desabitadas – incluindo aqui a ocupação propriamente dita, o empréstimo, o aluguer e o subaluguer – ocorre quando os homens abandonam uma relação conjugal por motivo de separação ou, mais raramente, de viuvez. Quando a separação de um casal é motivada pela existência de uma nova relação amorosa, é habitual não apenas que seja o homem a sair de casa, mas também que construa uma nova habitação, símbolo de uma nova união. Para tal, e por não existirem terrenos vazios no bairro – bem como para fugir aos constrangimentos criados pelo programa PER – constrói-se em cima de lajes de cobertura “cedidas” por outros moradores, muitas vezes familiares.

Por outro lado, o bairro no seu conjunto mostra ser para os seus moradores a “casa” da qual se parte e onde se chega – tanto no que se refere às mobilidades pendulares quotidianas (dia/noite), como às migrações laborais externas, como ainda às deslocações de familiares cabo-verdianos a Lisboa. O espaço comum do bairro é o local privilegiado das sociabilidades masculinas, verifica-se a extensão de algumas atividades domésticas para este território coletivo, e os homens mostram ter uma maior ligação afetiva ao bairro em si do que a uma habitação particular. A mudança de células habitacionais, muito frequente, parece importar-lhes pouco, desde que continuem no bairro. Este facto é reforçado por no universo masculino existirem formas de habitar em que as funcionalidades da casa são “dissociadas” em diferentes células habitacionais espalhadas pelo bairro: dorme-se numa casa, come-se noutra e convive-se na rua ou em outro espaço, por exemplo.

Sugere-se por isso que o 6 de Maio seja visto enquanto “a casa” para os homens, mais importante que a célula habitacional em si. Os homens vivem o bairro como o seu espaço, parando pouco nas suas casas propriamente ditas. A sua mobilidade e a vivência em conjunto do espaço comum do bairro é marcante na constituição da sua pessoa, da sua masculinidade e das suas sociabilidades, independentemente da geração a que pertençam. De facto, os sujeitos constituem-se a si próprios num processo contínuo de interação com outras pessoas e com a envolvente espacial e material do lugar onde habitam. Há uma dinâmica relacional entre o espaço e a pessoa. O espaço vai ser construído e reconfigurado por esta, mas este processo é biunívoco: as mutações no ambiente e na materialidade do

bairro vão também ter consequências na pessoa, nas sociabilidades e nas suas formas de estar.

Se a construção clandestina e “espontânea” do bairro criou fronteiras em redor daquele território, tornando-o num “espaço privado”, separando-o desde a origem da cidade formal, olhar o bairro como casa justifica-se também porque o 6 de Maio é vivido como um espaço de conforto, conveniência, lazer e domesticidade, onde o corpo está irrefletidamente relaxado, o que Edensor (2002: 58) identifica como elementos próprios do viver a casa. Do mesmo modo, a sua materialidade e muitos aspetos da vida quotidiana, que estabelecem continuidades com o país de origem dos habitantes, fornecem um “chão fértil” para o desenvolvimento de sentimentos de pertença ao bairro. Num espaço diaspórico formado por casas onde vivem pessoas que partilham a naturalidade cabo-verdiana – a maioria proveniente do concelho do Tarrafal – o bairro também se faz casa pelo engajamento dos homens em dinâmicas de sociabilidade masculina que reproduzem e atualizam memórias-hábito do país de origem, Cabo Verde.

Bibliografia

- AA.VV. (1994), *Grupos Marginais ou Socialmente Desfavorecidos – O Problema do Emprego e da Formação: Caracterização de uma Zona Carenciada de Lisboa – Amadora, Venda-Nova/Falagueira, Bairro 6 de Maio*, vol. II, Lisboa, Ministério do Emprego e da Segurança Social.
- Achers, Zachary (2010), “O vernacular de favela na fronteira urbana”. In AA.VV., *São Paulo: Projetos de Urbanização de Favelas*. São Paulo: Superintendência de Habitação Popular/Secretaria Municipal de Habitação, pp. 12-13.
- Agrawal, Sandeep (2006), “Housing adaptations: a study of Asian Indian immigrant homes in Toronto”. *Canadian Ethnic Studies*, 38 (1), pp. 117–130.
- Åkesson, Lisa (2004), *Making a Life: Meanings of Migration in Cape Verde*. Tese de doutoramento em Antropologia Social, Göteborg, Universidade de Göteborg.
- Åkesson, Lisa (2008), “‘They are ungrateful!’ Cape Verdean notions of transnational obligations”. In Pedro Góis (coord.), *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-Verdiana*, Lisboa, Edições ACIDI, pp. 249-264.
- Almeida, Miguel Vale de (1995), *Senhores de Si: Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa, Fim de Século.
- Almeida, Miguel Vale de (1996), “Género, masculinidade e poder: revendo um caso do Sul de Portugal”. *Anuário Antropológico*, 95, pp. 161-190.
- Antunes, Marina Manuela (2002), *Estrela d’África, um Bairro Sensível: Um Estudo Antropológico Sobre Jovens na Cidade da Amadora*. Tese de doutoramento em Antropologia Social, Lisboa, ISCTE.
- Ascensão, Eduardo (2011), *The Postcolonial Slum: A Geography of Informal Settlement in Quinta da Serra, Lisbon, Portugal, 1970s-2010*. Tese de doutoramento em Geografia, Londres, King’s College London.
- Ascensão, Eduardo (2012), “Depois das barracas: história e teimosia na cidade informal”. *Le Monde Diplomatique*, edição portuguesa, agosto de 2012, pp.10-12.
- Barbosa, Carlos Elias *et al.* (2008), “Vozes e movimentos de afirmação: os filhos de cabo-verdianos em Portugal”. In Pedro Góis (coord.), *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-Verdiana*, Lisboa, Edições ACIDI, pp. 175-192.
- Barbuy, Heloisa (1996), “O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal”. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 4 (1), pp. 211-261.
- Bastos, Cristiana (1993), *Os Montes do Nordeste Algarvio*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Batalha, Luís (2004), *The Cape Verdean Diaspora in Portugal: Colonial Subjects in a Post-colonial World*, Lanham, Lexington Books.

- Batalha, Luís (2008), “Cabo-verdianos em Portugal: ‘comunidade’ e identidade”. In Pedro Góis (coord.), *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-Verdiana*, Lisboa, Edições ACIDI, pp. 25-36.
- Berg, Mette Louise (2006), “O desafio de encontrar e definir o terreno: reflexões em torno de uma investigação entre a diáspora cubana em Madrid”. In Ramon Sarró et al. (orgs.), *Terrenos Metropolitanos: Ensaio Sobre a Produção Etnográfica*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 35-51.
- Blier, Suzanne Preston (1987), *The Anatomy of Architecture: Ontology and Metaphor in Batammaliba Architectural Expression*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Bourdieu, Pierre (2002), *Esboço de uma Teoria da Prática, Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*, Oeiras, Celta Editora.
- Bourgois, Philippe (2003), *In Search of Respect: Selling Crack in El Barrio*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Brown, Susan Drucker (2001), “House and hierarchy: politics and domestic space in Northern Ghana”, *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 7 (4), pp. 669-685.
- Cardoso, Ana et al. (1994) “A cidade esquecida: pobreza em bairros degradados de Lisboa”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 15, pp. 99-111.
- Cardoso, Rui (2012), *CRIL : IC 17*, Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda.
- Carreira, António (1984), *Cabo Verde, Aspectos Sociais: Secas e Fomes do Século XX*, Lisboa, Edições Ulmeiro.
- Carsten, Janet (2000), *Cultures of Relatedness: New Approaches to the Study of Kinship*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Carvalho, José Ricardo (2008), *Do Biddonville ao Arrastão: Media, Minorias e Etnicização*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Cidra, Rui (2008), “Produzindo a música de Cabo Verde na diáspora: redes transnacionais, *world music* e múltiplas formações crioulas”. In Pedro Góis (coord.), *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-Verdiana*, Lisboa, Edições ACIDI, pp. 105-126.
- Contador, António Concorde (2001), *Cultura Juvenil Negra em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da (2008), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, Pedro et al. (2012), *No Quarto da Vanda: Conversa com Pedro Costa*, Lisboa, Midas Filmes e Orfeu Negro.
- Coutinho, Rosa Maria et al. (1990), *Uma Experiência de Desenvolvimento Integrado: Projecto Realizado em Dois Bairros Degradados da Área da Grande Lisboa – Bairro de Santa Filomena/Estrada Militar (Amadora)*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina.
- Couto, Carlos Ferreira (2010), *Incerteza, Adaptabilidade e Inovação na Sociedade Rural da Ilha de Santiago de Cabo Verde*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- De Certeau, Michel (1990), *L'Invention du Quotidien*, Paris, Folio.

- Dias, Manuel Graça (1994), “Veinte años de libertad: La Arquitectura Portuguesa desde la Revolución”. *Arquitectura y Vivienda*, 47, pp. 4-13.
- Edensor, Tim (2002), *National Identity, Popular Culture and Everyday Life*, Oxford, Berg.
- Fathy, Hassan (1973), *Architecture For the Poor*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Ferreira, António Fonseca *et al.* (1985), *Perfil Social e Estratégias dos “clandestinos”*: *Estudo Sociológico da Habitação Clandestina na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, Centro de Estudos de Sociologia do ISCTE.
- Figueirinhas, Rita do Carmo Alves (2011), *Bairro, Identidade, Interação: Um Olhar Etnográfico sobre o Centro Social do Bairro 6 de Maio*. Tese de mestrado em Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Fikes, Keshia (2009), *Managing African Portugal: the Citizen-Migrant Distinction*, Durham, Duke University Press.
- Filho, João Lopes (2007), *Imigrantes em Terra de Emigrantes*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Firmino, Ana (1988), *Desenvolvimento Industrial na Amadora* (relatório policopiado), Lisboa, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Fortes, Meyer (1958), “Introduction”. In Jack Goody (ed.), *The Developmental Cycle in Domestic Groups*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-14.
- França, Elizabete (2010), “O que são as favelas?”. In AA.VV., São Paulo: *Projetos de Urbanização de Favelas*. São Paulo: Superintendência de Habitação Popular/Secretaria Municipal de Habitação, pp. 10-11.
- França, José Augusto (1989), *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- França, Luís de (1992), *A Comunidade Cabo-Verdiana em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Frangella, Simone (2009), *Corpos Urbanos Errantes: Uma Etnografia da Corporalidade de Moradores de Rua em São Paulo*, São Paulo, Annablume/Fapesp.
- Freed, Stanley *et al.* (1983), “The domestic cycle in India: natural history of a will-o’-the-wisp”. *American Ethnologist*, 10 (2), pp 312-327.
- Gieryn, Thomas F. (2002), “What buildings do”. *Theory and Society*, 31 (1), pp. 35-74.
- Goffman, Erving (1993), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa, Relógio D’Água.
- Góis, Pedro (2006), *Emigração Cabo-Verdiana para (e na) Europa e a Sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão, Roterdão*, Lisboa, ACIME.
- Góis, Pedro (2008), “Entre Janus e Hydra de Lerna: As múltiplas faces dos cabo-verdianos em Portugal”. In Pedro Góis (coord.), *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-Verdiana*, Lisboa, Edições ACIDI, pp. 9-24.
- Góis, Pedro *et al.* (2008), “Práticas transnacionais dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal”. In Pedro Góis (coord.), *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-Verdiana*, Lisboa, Edições ACIDI, pp. 87-104.

- González, Luiza Oca (2007), “Badiu na Galiza: mar di homi, tera di mudjeres”. In Marzia Grassi *et al.* (orgs.), *Gênero e Migrações Cabo-verdianas*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 99-122.
- Grassi, Marzia (2008), “Identidades plurais na Europa contemporânea: auto-percepções e representações nos jovens de origem africana em Portugal”. In Pedro Góis (coord.), *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-Verdiana*, Lisboa, Edições ACIDI, pp. 155-174.
- Heidegger, Martin (1951), “Construir, habitar, pensar”. Disponível em http://www.proureb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf, consultado em dezembro de 2011.
- Horta, Ana Paula Beja (2008), *A Construção da Alteridade: Nacionalidade, Políticas de Imigração e Acção Colectiva Migrante na Sociedade Portuguesa Pós-Colonial*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Ingold, Tim (2000), *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*, Londres, Routledge.
- Lefebvre, Henri (1986), *La Production de l'Espace*, Paris, Anthropos.
- Levinas, Emmanuel (2008), *Totalidade e Infinito*, Lisboa, Edições 70.
- Liebow, Eliot (2003 [1967]), *Tally's Corner: A Study of Negro Street Corner Men*, Maryland, Rowman & Littlefield.
- Lobo, Andréa de Souza (2008), *Tão Longe, Tão Perto: Organização Familiar e Emigração Feminina na Ilha da Boa Vista, Cabo Verde*. Tese de doutoramento em Antropologia Social, Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.
- Lobo, Andréa de Souza (2010), “Um filho para duas mães? Notas sobre a maternidade em Cabo Verde”. *Revista de Antropologia*, 53 (1), pp. 117-145.
- Lopes, Leão (2001), *Manual Básico de Construção: Guia Ilustrado para a Construção de Habitação*, Praia, Ministério das Infraestruturas e Habitação.
- Malheiros, Jorge Macaísta (1996), *Imigrantes na Região de Lisboa, Os Anos da Mudança*, Lisboa, Edições Colibri.
- Malheiros, Jorge Macaísta (1999), “Um percurso pela cintura cabo-verdiana da Amadora: o bairro do Alto da Cova da Moura, na Buraca”. In Jorge Macaísta Malheiros, *Á Descoberta dos Novos Descobridores*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 102-127.
- Malheiros, Jorge Macaísta (2001), *Arquipélagos Migratórios: Transnacionalismo e Inovação*. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Marcelin, Louis HERNs (1999), “A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano”. *Mana*, 5 (2), pp. 31-60.
- Martins, João (2012), “Bairro da Liberdade: uma abordagem habitacional da urbanização à portuguesa”. In Rita Ávila Cachado e João Baía (orgs.), *Políticas de Habitação e Construção Informal*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp.43-55.
- McCallum, Cecilia *et al.* (2012), “Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia”, *Etnográfica*, 16 (2), pp. 221-246.
- Monteiro, Dina *et al.* (2003), *Do Outro Lado da Linha*, Amadora, Centro Social 6 de Maio.

- Oliveira, Ernesto Veiga *et al.* (1994), *Construções Primitivas em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Oliver, Paul (1997), *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*, Cambridge, Cambridge University Press, 3 vols.
- Oliver, Paul (2003), *Dwellings: The Vernacular House Worldwide*, Londres e Nova Iorque, Phaidon Press.
- Pardue, Derek (2012), “Cape Verdean Krioulu as an epistemology of contact”. *Cadernos de Estudos Africanos*, 24, pp. 73-94.
- Pina-Cabral, João de (1989), *Filhos de Adão, Filhas de Eva: A Visão do Mundo Camponesa do Alto Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Portas, Nuno (2005), *Arquitectura(s): Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Porto, Publicações FAUP.
- Quedas, Maria João (1994), “Expectativas habitacionais e coexistência espacial de grupos étnicos: Inquérito à população mal alojada do concelho de Loures”. *Sociedade e Território*, 20, pp. 55-62.
- Raposo, Otávio (2010), “‘Tu és *rapper*, representa Arrentela, és Red Eyes Gang’: sociabilidades e estilos de vida de jovens do subúrbio de Lisboa”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 64, pp. 127-147.
- Rodrigues, Isabel P. B. Fêo (2007), “As mães e os seus filhos dentro da plasticidade parental: reconsiderando o patriarcado na teoria e na prática”. In Marzia Grassi *et al.* (orgs.), *Género e Migrações Cabo-verdianas*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 123-145.
- Rudofsky, Bernard (1987), *Architecture Without Architects*, Albuquerque, University of New Mexico Press.
- Salgueiro, Teresa Barata (1992), *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Porto, Edições Afrontamento.
- Salgueiro, Teresa Barata (1997), “Cidade pós-moderna, espaço fragmentado”. In *Actas do III Congresso de Geografia Portuguesa*, Porto, Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos, pp. 225-236.
- Salgueiro, Teresa Barata (2001), *Lisboa, Periferia e Centralidades*, Oeiras, Celta Editora.
- Salvador, Cristina (2005), “Cidade trazida, cidade levada: construção de lugares crioulos”. *Dá Fala*, Maio-Julho de 2005.
- Sampaio, Catarina (2001), “Portugal: Arquitectura e Sociedade, 1974-1986”. Prova Final de licenciatura em Arquitectura, orientada pelo Arquitecto Jorge Figueira, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Sampaio, Catarina (2006), *Habitação Rural em Santo Antão – Cabo Verde*. Dissertação de mestrado em Arquitectura, Território e Memória, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Santos, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974 -1988)*, Porto, Edições Afrontamento.
- Sarró, Ramon *et al.*, orgs. (2006), *Terrenos Metropolitanos: Ensaio Sobre Produção Etnográfica*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

- Segaud, Marion (2012), *Anthropologie de l'Espace: Habiter, Fonder, Distribuer, Transformer*, Paris, Armand Colin.
- Segurado, Joaquim Bivar (1983), *Relatório Interino sobre o Trabalho Antropológico Realizado no Quadro do Projecto "Estratificação Social e Necessidades Básicas num Ecossistema Frágil", na Região do Serelho, Ilha de Santiago, República de Cabo Verde, Novembro de 1982 e Agosto de 1983*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária.
- Silvano, Filomena (2010), *Antropologia do Espaço*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- Siza Vieira, Álvaro (1986), "O 25 de Abril e a transformação da cidade". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º18/19/20, pp. 37-40.
- Telles, Vera da Silva (2010), *A Cidade nas Fronteiras do Legal e do Ilegal*, Belo Horizonte, Argumentum Editora.
- Vasconcelos, João (2012), *Histórias do Racionalismo Cristão em São Vicente, de 1911 a 1940*. Mindelo: Comissão Organizadora da Comemoração do 1.º Centenário do Racionalismo Cristão em Cabo Verde, 2.ª ed.
- Velho, Gilberto (1994), *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Wacquant, Loïc (2004), "Que é o gueto? Construindo um conceito sociológico". *Revista de Sociologia e Política*, 23, pp. 155-164.
- Wacquant, Loïc (2008), *Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality*, Cambridge, Polity Press.
- Woollacot, John (1983), "A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal". *Análise Social*, XIX (77-78-79), pp. 1131-1155.

Anexo 1

“Ao cuidado do Presidente da Câmara Municipal da Amadora

Dizem-nos os senhores que vão arrasar as nossas casas e que, por não estarmos incluídos no recenseamento do PER, não temos direito a ser realojados/as. Fazem assim tábua rasa dos direitos sociais e humanos mais elementares, reconhecidos pela Constituição da República Portuguesa, e oferecem-nos como “alternativa” o passarmos a viver na rua. Porque é mesmo disso que se trata quando nos dizem que só alguns de nós terão direito a uma esmola de três meses de renda para casas que temos que encontrar e cujo valor da renda será por certo um valor que, passados esses três meses, não teremos depois forma de suportar.

O PER não pode ser o único critério que importa à Câmara Municipal da Amadora. Viver ou não numa barraca há 20 anos atrás não pode continuar a ser o único factor que obriga ao realojamento. É já um absurdo. A vida das pessoas é que tem de ser o critério.

A Constituição diz-nos que todos e todas têm direito a ter acesso à habitação e que o Estado tem obrigação de desenvolver os mecanismos para que esse acesso seja possível. Tal não está a ser cumprido: temos milhares de casas vazias e um mercado de compra ou arrendamento inacessível com os nossos rendimentos, o que se agrava ainda mais agora com a situação de desemprego generalizado no bairro.

Ao contrário do que a Senhora Vereadora com o pelouro de habitação, Carla Tavares, nos disse ontem - quarta feira 21 de Junho – em reunião na Câmara Municipal, nós não nadamos em dinheiro, não temos bons ordenados, não “andámos a viver acima das nossas possibilidades” e são poucas as pessoas do bairro que ainda conseguem arranjar trabalho. A esmagadora maioria de nós nem o salário mínimo recebe e está desempregada, e não são poucos os que padecem de uma qualquer daquelas doenças que costumam afetar quem sofre privações.

Por isso, recusamos a esmola de três meses de renda, que nem sequer é para todos, pela simples razão de que isso não nos deixa outro destino que a rua, a extrema vulnerabilidade, a insegurança total

Exigimos que nenhum de nós seja desalojado e que nenhuma habitação seja destruída sem que esta garanta o realojamento de quem lá vive.

A Câmara Municipal da Amadora tem uma situação económica razoável. É do conhecimento público e o mesmo foi-nos confirmado na reunião de quarta-feira. Deverá

também desenvolver esforços com outras entidades, no sentido de encontrar soluções, e colocar em primeiro lugar a segurança das pessoas. É apenas uma questão de vontade política, justiça social e respeito pelos nossos direitos encontrar soluções de realojamento que respeitem a nossa dignidade como seres humanos.

Queremos continuar o diálogo agora iniciado. Pelo que ficamos a aguardar uma resposta da Câmara e do seu Presidente a estas questões, dentro de uma semana, que pensamos ser um prazo razoável.

Amadora, 21 de Junho de 2012

Os moradores e as moradoras do bairro de Santa Filomena
A plataforma pelo Direito à Habitação”¹

¹. In <http://unipoppers.blogspot.pt/2012/06/hoje-quinta-feira-21-de-junho-pelas-10h.html>, consultado a 21 de Junho de 2012.